



# Estudos de Reordenamento Agrário

# 4

**PROGRAMA CADASTRO DE TERRAS E  
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL**

Perfil de Entrada dos Agricultores  
e Capacidade Operacional  
das Instituições



Flávio Borges Botelho Filho  
Amauri Daros Carvalho  
Arlindo Gomes Miranda  
Coordenadores da Pesquisa  
FUBRA/ UNB

1ª Edição  
IICA/MDA/PCT-Crédito Fundiário  
Brasília, 2008

Estudos de  
**Reordenamento Agrário**

**4**

**PROGRAMA CADASTRO DE TERRAS E  
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL**

Perfil de Entrada dos Agricultores  
e Capacidade Operacional  
das Instituições

**Presidente da República**

*Luiz Inácio Lula da Silva*

**Ministro**

*Guilherme Cassel*

**Secretário-Executivo**

*Daniel Maia*

**Consultoria Jurídica**

*Marcela Albuquerque Maciel*

**Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração**

*Jarbas Antonio Ferreira*

**Secretário de Agricultura Familiar**

*Adoniram Sanches Peraci*

**Secretário de Reordenamento Agrário**

*Adhemar Lopes de Almeida*

**Secretário de Desenvolvimento Territorial**

*José Humberto Oliveira*

**Presidente do INCRA**

*Rolf Hackbart*

**Diretor do Departamento de Reordenamento Agrário – DRA/SRA**

*Dino Sandro Borges de Castilhos*

### **Equipe de Elaboração da Pesquisa (FUBRA)**

*Flávio Borges Botelho Filho*

#### **Coordenação Geral**

*Amauri Daros Carvalho*

#### **Coordenação Geral**

*Arlindo Gomes Miranda*

#### **Coordenação Geral**

### **Suporte Administrativo (1ª. fase)**

*Rodrigo Medeiros*

### **Responsáveis pela definição do perfil de entrada dos agricultores familiares**

*Arilson Favareto (São Paulo)*

*Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro (Minas Gerais)*

*Núbia dos Reis Ramos (Bahia)*

*Rejane Maria Vasconcelos A. Carvalho (etapa de campo, Ceará)*

*Arthur Yamamoto e Tânia Andrade (análise de dados, Ceará)*

*Helciane de Fátima Abreu Araújo (Maranhão)*

### **Responsáveis pela avaliação da capacidade operacional das organizações**

*Andréia Regiane Nicolau Ferreira (São Paulo)*

*Elias Rodrigues de Oliveira (Minas Gerais)*

*Sérgio de Siqueira Bertoche (Bahia)*

*Tânia Andrade (Ceará)*

*Ana Cristina Pinheiro da Silva (Maranhão)*

### **Desenvolvimento do Banco de Dados e elaboração de consultas**

*Sergio Aparecido Ferreira*

### **Digitação do Banco de Dados**

*Elizabeth Vieira*

*Fábio Machado Caetano*

*Fernando Cleser Moreno de Almeida*

*Gilberto Alves de Oliveira Júnior*

*Guilherme Alvares Lapidus*

*Lílian Silva Rodrigues*

*Thalisson Alexandre Silva Mesquita*

*Vanessa Sgarzi*

### **Pesquisa de Campo**

#### **São Paulo**

*Carolina Simões Galvanese*

*Fernanda de Freitas Gonçalves*

*Rebecca Velloso de Luna Guidi*

*Marisa Barbosa Araújo Luna*

#### **Minas Gerais**

*Douglas Neres Ferreira*

*Izaías Fernandes dos Santos*

*Rafael Eduardo Chiodi*

#### **Bahia**

*Virginelani Souza dos Santos*

#### **Ceará**

*Ana Paula Rodrigues de Andrade*

*Gleiciani Maria de Oliveira Fernandes*

*Ivna Rachel Gomes Pinheiro*

*Marcelo Matos Michiles*

*Cesar Carlos Mota*

*Antonio Marcos de Sousa Silva*

*Maria da Conceição Barroso*

*Francisco Romunik M. Moreira*

*Marina Rebeca de Oliveira Saraiva*

*Edmilton de Almeida Lima*

*Simone da Costa Reis*

*Waldiane Sampaio Viana*

#### **Maranhão**

*Danielli dos Santos Firmo*

*José Renato Marques Borralho Junior*

## Ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretaria de Reordenamento Agrário

Esta é uma publicação da Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação.

O estudo publicado neste volume diz respeito à pesquisa realizada pela Fundação Universitária de Brasília - FUBRA/UnB, que ocorreu em 2007. Os objetivos desse estudo foram traçar o perfil de entrada dos beneficiários e avaliar a capacidade operacional das Instituições envolvidas no programa.

Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário (Brasil)

Estudos de Reordenamento Agrário Nº 4 /

Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007.

144p. : il.

ISBN 978-85-60236-03-9

1. Patologia Social – Brasil 2. Reordenamento Agrário - Brasil 3. Regularização Fundiária – Brasil  
4. Agricultura Familiar - Brasil

### **Organização e Revisão Técnica:**

Marlon Duarte Barbosa  
Daniele Fernandes Cunha  
Fernanda Gomes Philomeno

### **Produção e Editoração Gráfica**

TDA Comunicação

#### **Projeto Gráfico**

João Campello

#### **Diagramação**

Rael Lamarques

#### **Ilustrações**

Thiago Santos

#### **Revisão**

Mari Lúcia Del Fiaco

### **Fotografias**

Ubirajara Machado/BP  
Tamires Kopp/BP

**Tiragem:** 500 exemplares

**Editora:** IICA/MDA/PCT-Crédito Fundiário

Outubro de 2008

Ministério do Desenvolvimento Agrário  
Secretaria de Reordenamento Agrário  
Coordenação-Geral de Planejamento,  
Monitoramento e Avaliação  
SBN - Quadra 1 - Ed. Palácio do Desenvolvimento,  
Bl "D", 10º andar, sala 1008.  
CEP: 70.057-900  
<http://www.mda.gov.br>  
e-mail: [pma-sra@mda.gov.br](mailto:pma-sra@mda.gov.br)

## **Prefácio**

Com essa publicação damos continuidade à série “Estudos de Reordenamento Agrário” que, em seu quarto volume, firma-se como uma iniciativa bem sucedida enquanto meio de divulgação de pesquisas e estudos voltados para temas de reordenamento agrário no Brasil. O objetivo maior da série é fomentar o debate em torno de questões agrárias, subsidiando a tomada de decisões no âmbito governamental e proporcionando a interação entre pesquisa e formulação de políticas públicas.

Neste volume, apresentamos os resultados de uma extensa avaliação realizada pela Fundação Universidade de Brasília (FUBRA), que traçou o perfil de entrada dos agricultores beneficiados pelo Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil e avaliou a capacidade operacional das instituições envolvidas no mesmo.

Este programa tem como principal objetivo conhecer a situação fundiária dos imóveis rurais brasileiros, por meio do apoio aos estados para gerar informações que compoñham um Cadastro Nacional de Imóveis Rurais, assim como executar uma vasta ação de regularização fundiária, que visa beneficiar principalmente pequenos agricultores familiares com títulos de posse sobre suas terras.

O Programa é parcialmente financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o qual foi firmado Acordo de Empréstimo em maio de 2007, e será desenvolvido em cinco estados (Maranhão, Ceará, Bahia, Minas Gerais e São Paulo), os quais fizeram parte dessa primeira avaliação sobre o programa. A meta é realizar o cadastro georreferenciado de 144 mil imóveis e a regularização fundiária de mais de 44 mil posses da agricultura familiar em, aproximadamente, 80 municípios selecionados nos cinco estados em que atuará, num período de três anos.

As ações promovidas pelo Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil proporcionam uma série de benefícios. Em primeiro lugar, o novo sistema de cadastro permite sanar um problema comum no Registro Público de imóveis rurais, a existência de informações imprecisas acerca dos imóveis rurais no Brasil. A regularização fundiária, por sua vez, pode trazer uma série de melhorias para os agricultores beneficiados, desde a segurança jurídica até a possibilidade de acessar outras políticas públicas.

Sabemos, no entanto, que essas melhorias só podem ser efetivamente auferidas por meio da implementação de uma contínua política de avaliação e monitoramento, com vistas ao conhecimento dos resultados do programa e à possibilidade de ajustes e aperfeiçoamento em seu desempenho. É essa a nossa intenção ao realizar a avaliação do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil. Sua característica mais relevante é que, por se tratar de um Perfil de Entrada, essa avaliação revela-se como um mecanismo essencial para identificar aspectos do desenho do programa já em seu início, subsidiando a tomada de decisão.

A avaliação está dividida em dois temas: Perfil de Entrada dos Agricultores e Capacidade Operacional das Instituições. O primeiro deles diz respeito às condições iniciais de agricultores que serão beneficiados com a regularização fundiária, o que permitirá, num segundo momento, avaliar que melhorias a titulação de suas terras lhes proporcionou.

Já a avaliação sobre a capacidade operacional das instituições visou diagnosticar a forma de atuação e qualidade do desempenho das instituições envolvidas na execução do programa, uma vez que envolve diferentes níveis de governo, possuindo uma complexidade própria que deve ser levada em consideração. Essa pesquisa abordou assuntos como estrutura e processos organizacionais, assim como recursos humanos e materiais disponíveis.

Acreditamos que a divulgação desses resultados pode subsidiar o andamento do programa de forma a melhorar permanentemente sua atuação, tornando-o mais eficiente e eficaz em suas ações, a partir de uma gestão cuja tomada de decisão se fixa em informações confiáveis e consistentes.

Adhemar Lopes de Almeida

Secretário de Reordenamento Agrário





# Sumário

<b>Parte 1 – Metodologia</b>	<b>9</b>
1.1 Introdução	11
1.2 Delineamento amostral	11
1.2.1 Estados	12
1.2.2 Municípios (beneficiários)	12
1.2.3 Municípios (controle)	13
1.2.4 Cartórios de registro de imóveis	13
1.2.5 Distribuição geográfica das amostras	14
1.2.6 Número de amostras	15
1.3 Desenvolvimento dos questionários	16
1.3.1 Para avaliação da capacidade operacional das instituições	16
1.3.2 Para caracterização dos agricultores familiares	16
<b>Parte 2 – Perfil de entrada dos agricultores</b>	<b>17</b>
<b>1 Histórico do programa cadastro de terras e regularização fundiária no Brasil</b>	<b>17</b>
<b>2 Caracterização socioeconômica das famílias beneficiárias e não-beneficiárias do Programa</b>	<b>23</b>
2.1 Raça/Cor	25
2.2 Sexo	26
2.3 Idade	27
2.4 Estado civil	29
2.5 Nível de instrução	31
2.6 Documentos	33
2.7 Razões para ausência de documentos	35
2.8 Tempo de moradia no município	36
2.9 Tempo de trabalho no município	38
2.10 Local de moradia	39
2.11 Local de trabalho	41
2.12 Benefícios recebidos	42
2.13 Dificuldades por não possuir o título de posse da área	45
2.14 Número de moradores nas unidades de produção	47
2.15 Nível de instrução dos moradores das unidades de produção	48
<b>3 Grau de bem-estar da população beneficiária e não-beneficiária</b>	<b>51</b>
3.1 Serviços públicos acessados e qualidade	53
3.2 Quantidade de casas	55
3.3 Material de construção utilizado	56
3.4 Estágio de construção	58
3.5 Quantidade de cômodos	59
3.6 Destino do lixo produzido nas unidades de produção	60
3.7 Acesso à energia elétrica	62
3.8 Bens de consumo	63
3.9 Investimentos feitos nos últimos dois anos	64

<b>4 Rendas</b>	<b>69</b>
4.1 Rendas por transferências públicas	71
<b>5 Tecnologia e organização da produção</b>	<b>73</b>
5.1 Prática de agricultura orgânica	75
5.2 Proteção de recursos naturais	76
5.3 Orientação técnica	78
5.4 Principais produtos explorados	79
5.5 Destino da produção	81
5.6 Integração à agroindústria	83
5.7 Métodos e práticas utilizadas	84
5.8 Composição da mão-de-obra	88
5.9 Acesso ao crédito convencional	89
5.10 Acesso ao Pronaf	93
5.11 Grau de inadimplência	94
<b>6 Grau de organização</b>	<b>97</b>
6.1 Entidades	99
<b>7 Conclusões</b>	<b>101</b>
<b>Parte 3 – Capacidade operacional das instituições</b>	<b>105</b>
<b>1 Discussão dos resultados</b>	<b>105</b>
1.1 Órgãos estaduais de terra	107
1.1.1 Perfil organizacional	107
1.1.2 Recursos humanos.	108
1.1.3 Planejamento	109
1.1.4 Informática	110
1.1.5 Procedimentos e capacidade instalada para regularização fundiária	112
1.2 Cartórios de registro de imóveis	114
1.2.1 Perfil organizacional	114
1.2.2 Grau de organização	115
1.2.3 Informática	117
1.2.4 Organização e métodos para registro e controle de imóveis públicos rurais	118
1.3 Considerações finais	122
<b>Bibliografia</b>	<b>125</b>
<b>Apêndices</b>	<b>129</b>
Apêndice A - Organogramas dos órgãos estaduais de terra	131
Apêndice B – Fluxo de regularização fundiária adotado pelos estados	138

# PARTE 1

## Metodología

# 1

## Fundamentos metodológicos





## 1.1 Introdução

A avaliação realizada pela Fundação Universidade de Brasília (FUBRA/UnB) acerca do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil teve como objetivo primordial analisar as condições iniciais de implementação do programa tanto no que diz respeito à situação atual dos agricultores familiares, quanto no que diz respeito à capacidade operacional das instituições responsáveis pela sua implementação.

A intenção foi investigar a estrutura e operacionalização do programa, a facilidade com que seus objetivos são entendidos pelos diferentes atores e agentes e o arranjo institucional existente para viabilizá-lo. A importância desta avaliação é ter os subsídios necessários para entender as dificuldades que o programa poderá enfrentar e assim poder minimizá-las, alcançando os melhores resultados possíveis.

O conhecimento destas informações foi considerado essencial para o êxito de um programa tão complexo, uma vez que envolve a integração de ações entre os níveis de governo que devem, portanto, estar devidamente aparelhados, tanto do ponto de vista tecnológico quanto organizacional. A partir da linha de base criada pela pesquisa, será possível ao MDA acompanhar a evolução dos agricultores familiares e das instituições públicas envolvidas na execução do programa, subsidiando a adoção de políticas públicas capazes de promover o desenvolvimento sustentável.

## 1.2 Delineamento amostral.

Há certo consenso de que agricultura familiar pode ser definida pelas relações específicas que são estabelecidas entre trabalho, terra e ambiente, unificados sob a gestão da unidade familiar. Assim, ela sempre será definida associada a determinadas matrizes culturais, o que dificulta uma conceituação precisa e ampla que compreenda todo o país, com a grande diversidade de ambientes, recursos e culturas existentes.

Esta dificuldade costuma ser contornada por meio de dois mecanismos. Ou se enfatiza o aspecto fundiário, analisando as áreas de terras ocupadas e a estrutura agrária associada às unidades familiares, ou se analisa a composição das forças de trabalho, privilegiando o tamanho e a composição da família para dimensionar o horizonte produtivo de uma unidade doméstica. Estes dois procedimentos costumam ser os mais corriqueiros para identificar nichos, bolsões ou áreas de concentração de agricultores familiares.

Nesta pesquisa, no entanto, essas praxes corriqueiras esbarraram numa limitação estrutural: a ausência de dados recentes sobre terra e trabalho no rural brasileiro. O último Censo Agropecuário foi realizado em 1996; embora cubra com minúcia todos os municípios que serão analisados mais à frente, o Censo torna-se um instrumento limitado dado o tempo decorrido, uma década, período que se torna bastante longo para definição de amostra por dois motivos fundamentais.

Primeiro motivo, fundiário: porque este tempo decorrido é o suficiente para muitos rearranjos no que toca à sucessão, à herança e à migração desses agricultores, questão que se torna ainda mais crítica por tratar-se de lavradores com formalização muito precária de acesso à terra e envolvidos em ciclos periódicos e generacionais de migração (Woortmann, 1990; Ribeiro, 1993).

Segundo motivo, demográfico: porque ocorreu uma rápida transição demográfica nas últimas décadas no Brasil, com um impacto diferenciado e acelerado no campo, cujos efeitos foram redução do número de membros por família, aumento da proporção de idosos e crescimento desproporcional do número de aposentados. Acrescentando a estas mudanças as migrações de retorno que se acentuaram em vários estados brasileiros, tudo leva a crer que o cenário demográfico dos anos 2000 é substantivamente diverso daquele dos anos 1990. Isto levou ao abandono dos dados censitários como referência de construção de amostras de pesquisa.

Frente à necessidade de recortar uma amostra de agricultores familiares nos municípios selecionados foi necessário adotar um procedimento mais heterodoxo, mas nem por isso menos rigoroso: uma apreensão dos conhecimentos locais sobre agroambientes, captado por meio de entrevistas com especialistas qualificados.

São dois os pontos de partida para a elaboração desta metodologia.

Um: a existência de um saber local sobre o rural que é dominado por agentes de mediação – sindical, técnica, política ou religiosa – que tem certo grau de formalização, irradiação e legitimação no âmbito dessas comunidades. Esta constatação foi feita por alguns autores clássicos de Ciências Sociais, como Brandão (1986) e Posey (1987); estudando sociedades rurais, estes autores observaram que o conhecimento sobre aquela realidade tende a ser depositado em alguns sujeitos qualificados – os “especialistas” – que acumulam saberes a respeito de “disciplinas” diversas a partir da observação sistemática e da prática cotidiana de mediação entre aquela população e diversas agências ou populações diversas. Estes saberes são respeitados e constantemente realimentados pela população do entorno, de maneira que se constrói um cabedal especificado de conhecimento ajustado a determinada realidade. Por isso, dada uma determinada realidade rural, sindicalistas, extensionistas, vereadores de base rural e agentes religiosos desenvolvem no correr da sua trajetória profissional um conhecimento detalhado e qualificado daquele meio. Como este conhecimento é constantemente atualizado na prática profissional, é possível ser debatido, adaptado, utilizado e apreendido por meio de investigação sistemática.

Dois, que a situação material da agricultura familiar tradicional do Brasil rural é, em grande parte, determinada pelos recursos disponíveis no meio. Isto se deve ao fato destes lavradores em sua maioria terem ficado à margem dos processos integrativos acelerados pela denominada revolução verde. Assim, há um peso considerável da disponibilidade de terras, florestas, água e outros recursos naturais que acabam por condicionar fortemente a lógica de reprodução desses lavradores. Apreendendo os agro-ambientes e suas dessemelhanças, é possível tipificar regimes agrários, sistemas de produção, perfis técnicos e manejos de recursos. Enfim, é possível tipificar agricultores familiares a partir de características ambientais bem definidas (Dayrell, 2000; Galizoni, 2002; Altieri e Weid, 2003).

Os princípios expostos acima fundamentaram a localização dos segmentos amostrais da agricultura familiar nos municípios selecionados, cujos procedimentos estão anotados a seguir.

### **1.2.1 Estados**

Os estados pesquisados foram aqueles definidos no Programa como os de maior concentração de terras devolutas e de agricultores familiares e cujos órgãos estaduais de terra possuem maior capacidade operacional. Por estas razões são os estados que devem executar o Programa em um nível piloto. Os estados estudados foram: Bahia, Ceará, Minas, Gerais, Maranhão e São Paulo.

Nestes estados foram realizados levantamentos nos órgãos estaduais de terra, nos Cartórios de Registro de Imóveis e nas Superintendências Regionais do Incra .

### **1.2.2 Municípios (beneficiários)**

A partir de uma relação fornecida pelo Incra, construída tendo como base as informações contidas em seu cadastro rural, a SRA indicou os municípios que deveriam ser estudados, posto que os mesmos, em tese, serão municípios de atuação dos OET para implantação do Programa.

De posse da relação dos citados municípios, as equipes estaduais da Fubra se ocuparam em agendar uma série de reuniões com representantes das Superintendências Regionais do Incra (SR) e seus pares nos OET. Os objetivos principais destas reuniões residiram na construção de uma aproximação entre a equipe do estudo e, em última análise, as instituições estudadas, assim como na indicação das áreas integrantes dos municípios previamente definidos.

### 1.2.3 Municípios (controle)

Uma vez definidos os municípios potencialmente beneficiários pelo Programa, tratou-se de definir os municípios cuja população rural tivesse perfil socioeconômico semelhante aquele, embora sem perspectivas de vir a ser seu beneficiário, assim chamados os municípios do Grupo Controle.

Também desta vez a SRA consultou os órgãos estaduais de terra que, de posse da lista de municípios beneficiários, indicaram municípios que atendiam aos critérios acima explicitados. As indicações feitas foram encaminhadas aos pesquisadores de campo que trataram de apontar, entre os sugeridos, os municípios operacionalmente mais adequados para a condução dos estudos.

O quadro 1.2.3.1, abaixo, representa o conjunto de municípios estudados.

Quadro 1.2.3.1 – Municípios, beneficiários e controle estudados.		
Estado	Municípios	
	Beneficiários	Controle
BA	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
CE	Beberibe	Cascavel
	Independência	Nova Russas
MA	Zé Doca	Penalva
	Pedro do Rosário	Pinheiro
	Cândido Mendes	Gov. Nunes Freire
MG	Minas Novas	Novo Cruzeiro
	João Pinheiro	Buritzeiro
SP	São Miguel Arcanjo	Barra do Turvo
	Iporanga	
	Eldorado	
	Sete Barras	Capão Bonito

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

### 1.2.4 Cartórios de registro de imóveis

Uma vez definidos os municípios, o trabalho concentrou-se na identificação dos Cartórios de Registro de Imóveis responsáveis pelos registros das negociações envolvendo imóveis rurais, vez que estes são peça chave do Programa Cadastro de Terras. Neste caso, a escolha recaiu sobre os cartórios localizados nos municípios beneficiários do programa ou naqueles cuja área de abrangência os envolvia.

Os cartórios pesquisados estão registrados no quadro 1.2.4.1, abaixo.

Quadro 1.2.4.1 – Relação de cartórios estudados.		
Estado	Municípios	Nome dos cartórios
BA	Bom Jesus da Lapa	Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas
	Beberibe	Cartório do 2º. Ofício de Registro de Imóveis
CE	Independência	Cartório do 3º. Ofício de Registro de Imóveis
		Cartório do 2º. Ofício de Registro de Imóveis
MA	Zé Doca	Cartório do 1º. Ofício Extrajudicial
	Pedro do Rosário	Cartório do 1º. Ofício Extrajudicial de Pinheiro
	Cândido Mendes	Serventia Extrajudicial do 1º. Ofício
MG	Minas Novas	Cartório do 1º. Ofício de Registro de Imóveis
	João Pinheiro	Cartório de Registro de Imóveis Jarbas Alves de Mendonça
SP	São Miguel Arcanjo	Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil de Pessoas Jurídicas e Protestos.
	Iporanga	Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil de Pessoas Jurídicas e Protestos.
	Eldorado	Cartório Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de Registro.
	Sete Barras	

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

### 1.2.5 Distribuição geográfica das amostras

Foi constituído um grupo de trabalho composto de profissionais da Fubra, da SRA e dos coordenadores estaduais do estudo que deliberou pelo estabelecimento dos seguintes passos para elaboração do desenho da amostra:

- a. levantamento preliminar de informações quantitativas e qualitativas sobre os municípios, identificando o perfil da distribuição fundiária e das agências relacionadas ao rural no município;
- b. identificação dos especialistas qualificados, agentes dotados de profundo conhecimento do meio rural e da realidade da agricultura familiar dos municípios;
- c. contato com esses especialistas, como dirigentes sindicais e extensionistas rurais, obrigatoriamente, e, adicionalmente, outros agentes de mediação como religiosos, técnicos de ONG, vereadores;
- d. reunião dos especialistas do município para debater quatro questões básicas:
  - a determinação de um zoneamento ambiental do município em termos de fertilidade do solo e disponibilidade de recursos naturais;
  - a distribuição da agricultura familiar pelo espaço do município, considerando seus perfis diferenciados de consolidação;
  - a delimitação dos pólos de concentração relativa de agricultores familiares pelas zonas do município;
  - a ocorrência de minifúndios, áreas abaixo do módulo rural nas diversas zonas do município.

Estas reuniões tiveram como propósito determinar as áreas prioritárias para pesquisa entre as comunidades rurais do município. Tomando como base as informações preliminares levantadas e as informações sistematizadas resultantes dos debates com especialistas, foi possível dispor de um panorama consistente da distribuição espacial dos agricultores familiares, da localização dos seus segmentos mais frágeis em termos de tamanho de área e acesso à terra. Levando em consideração estas informações, foi feito um zoneamento de cada município e após diagnosticar as diversas características em cada zona homogênea, foi realizada a seleção da amostra de forma aleatória e proporcional à concentração.



Esta metodologia funcionou a contento em todos os municípios, vez que foi possível identificar os nichos espaciais, áreas de maior concentração e a distribuição de agricultores.

Assim, a orientação dada pela coordenação do estudo no sentido de buscar a aproximação com outras organizações, além das oficiais, ganhou uma nova dimensão, passando a ser um imperativo para a realização de um correto desenho amostral, representativo do público beneficiário do Programa. O quadro abaixo apresenta as organizações governamentais e não governamentais que foram procuradas nos cinco estados

**Quadro 1.2.5.1 – Organizações consultadas para composição do desenho amostral**

Estado	Nome das entidades
BA	Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR); IBGE; Unidade Municipal de Cadastramento (UMC); Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário (EBDA);
CE	Secretaria de Agricultura e Pesca de Beberibe, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Prefeituras Municipais
MA	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA); Fundo Nacional da Saúde (FNS); Prefeitura Municipal; UMC; STR; Universidade Estadual do Maranhão; Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)
MG	Escritórios locais da Emater; STR, Cáritas Diocesana, Organização Não Governamental Campo-Vale, Fundação Cristã para Crianças. Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, Secretaria Municipais de Agricultura.
SP	Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira (Idesc) ; Instituto Socioambiental (Isa); Sindicato Regional dos Agricultores Familiares do Vale do Ribeira (Sintravale); Comitê de Gestão de Recursos Hídricos; Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Social (Consad);

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

### 1.2.6 Número de amostras

O montante de questionários aplicados foi calculado a partir dos dados apresentados pelo MDA, por meio da SRA. A partir destes valores, arbitrou-se um número total de amostras de 10% da população titulével, tendo como variável de controle arbitrou-se o número de entrevistas correspondente à 1/3 do número de beneficiários amostrados em cada município.

Assim como as demais informações, o número de famílias tituléveis foi fornecido pelo Incra. A partir destes critérios, o universo do estudo ficou assim definido:

**Quadro 1.2.6.1 – Tamanho da amostra.**

Estado	Municípios	Tamanho Amostra <sup>1</sup>	Grupo Controle
BA	Bom Jesus da Lapa	50	17
CE	Beberibe	246	83
	Independência	150	49
MA	Zé Doca	35	13
	Pedro do Rosário	15	6
	Cândido Mendes	62	20
MG	Minas Novas	109	30
	João Pinheiro	61	18
SP	São Miguel Arcanjo	63	21
	Iporanga	24	8
	Eldorado	59	20
	Sete Barras	111	37
<b>Total de questionários por tipo</b>		<b>985</b>	<b>322</b>
<b>Total geral</b>			<b>1.307</b>

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

## 1.3 Desenvolvimento dos questionários

### 1.3.1 Para avaliação da capacidade operacional das instituições

Os questionários para avaliação da capacidade institucional das instituições ligadas ao programa foram discutidos com profissionais da Secretaria de Reordenamento Agrário a partir de proposta elaborada pela Fubra que partiu do princípio de que a implantação do Programa Cadastro nos vários estados não está tão somente ligado à infra-estrutura das instituições responsáveis por sua implantação, mas também às capacidades instaladas, técnicas, políticas e cognitivas, sem as quais nenhuma infra-estrutura será adequadamente utilizada.

Por estas razões, o esforço que foi feito e a orientação dada aos responsáveis pelo estudo, foi a de buscar a maior integração possível com os profissionais de cada uma das organizações estudadas, inclusive com a formação de grupos de trabalho, o que nem sempre foi possível de ser realizado por questões que transcenderam a capacidade de superação da coordenação do estudo.

Ênfase maior foi dada aos aspectos ligados ao processo de regularização fundiária, com o levantamento de processos, identificação de hardwares e softwares existentes.

Uma ressalva deve ser feita para a correta leitura dos resultados deste estudo em particular - as áreas de atuação da instituição que forneceram as bases para os cálculos de recursos humanos, quantidade de equipamentos de veículos ou de equipamentos de informática não guardam correspondência com o organograma da organização. A idéia embutida neste procedimento foi a de captar a percepção dos profissionais envolvidos no estudo sobre as áreas que, de fato, operam dentro da organização e nem estão sempre presentes em seu organograma ou, ao contrário, sobre as áreas que embora presentes no organograma não são funcionais.

### 1.3.2 Para caracterização dos agricultores familiares

A elaboração dos questionários para caracterização dos agricultores familiares e da capacidade operacional dos cartórios e de outras instituições ligadas ao programa, partiu de alguns pressupostos:

- a) O questionário para caracterização dos agricultores familiares deve cumprir, de um lado, o objetivo de permitir comparações entre o perfil socioeconômico dos agricultores visitados e o seu grupo controle, solicitação expressa do MDA;
- b) Além disso, deve permitir comparar esse grupo com outros agricultores nas mesmas condições em outras regiões do país. Por esta razão, o questionário foi construído tendo como base as pesquisas para o Censo Agropecuário, do IBGE;
- c) O mesmo questionário deve permitir, também, que o MDA analise o perfil socioeconômico dessa população, comparando-o, se assim desejar, com o perfil de segmentos sociais beneficiários de outras políticas públicas, desenvolvidas no âmbito da própria Secretaria de Reordenamento Agrário. Desta forma, o questionário incorporou perguntas feitas em questionário utilizado para caracterização de trabalhadores rurais beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário;
- d) Além disso, ele deve ser elaborado tendo como perspectiva o início de uma série histórica que permita ao MDA ou a outros profissionais interessados, o acompanhamento da evolução do público beneficiado. Desta forma algumas perguntas sem uma aparente utilidade para a realidade atual, podem oferecer importantes pistas nos questionários aplicados ao longo dos anos;

A partir deles, profissionais do MDA e da Fubra elaboraram os modelos dos questionários aqui referidos, que encontram-se no Apêndice 9.3.

# PARTE 2

## Perfil de entrada dos agricultores

1

Histórico do programa cadastro de terras e regularização fundiária no Brasil <sup>1</sup>





O direito de propriedade no Brasil se funda no Direito português. Aplicava-se à Colônia Brasileira a lei de 26 de junho de 1375, que instituiu o sistema de sesmarias no Reino português. Logo em seu intróito, a lei esclarece que pretende obrigar “a prática da lavoura e o semeio da terra pelos proprietários, arrendatários, foreiros e outros”.

Todo o território brasileiro pertencia à Coroa Portuguesa, e a apropriação das terras ocorria pela concessão de sesmarias – grandes dotações de terra, de natureza ainda feudal, em que o sesmeiro tinha por obrigação atender às cláusulas da concessão, incluindo aproveitamento, medição e demarcação, cujo descumprimento implicava sua devolução ao patrimônio público.

Diversas tentativas de implantar o sistema de sesmarias foram feitas, incluindo as capitanias hereditárias, instituídas a partir de 1534, e os governos gerais, instituídos a partir de 1548, todos enfrentando dificuldades relacionadas aos conflitos com índios e estrangeiros pelo domínio do território.

O regime de sesmarias perdurou por 322 anos, durante os quais privilegiou o latifúndio, fato já detectado no censo de 1823. Ao lado, porém, das grandes propriedades oficiais, já se constituía um processo de ocupação espontânea das terras públicas que se concentrava sobre as terras de difícil acesso ou de pior qualidade, sesmarias abandonadas ou não totalmente exploradas, não confirmadas.

Confusa, a legislação sobre sesmarias vigeu praticamente inalterada até 17 de julho de 1822, às vésperas da independência brasileira, quando foi suspensa por resolução de D. Pedro, confirmada por provisão do Império após três meses. Essa conjuntura gerou um vazio legal que perdurou até a edição da primeira legislação de terras do Brasil, a Lei 601, de 18 de setembro de 1850, que entrou em vigor pelo Regulamento 1.318, de 30 de janeiro de 1854.

Foram 32 anos (até a vigência do Decreto-Lei nº 1.318 de 1854 que regulamentou a lei nº. 601 de 1850) durante os quais foi suspensa a concessão de títulos dominiais expedidos pelo poder público. Este clima de incerteza gerou uma série de litígios judiciais e extrajudiciais criando uma situação ainda mais caótica. (TRECCANI, 2001:70).

A Lei 601 de 1850 visava regularizar a situação fundiária do país, já a essa altura fortemente irregular, dispondo sobre ‘as terras devolutas no Império’, ‘as possuídas a título de sesmaria sem preenchimento das condições legais’, e as possuídas ‘por simples título de posse mansa e pacífica’. Previa a alteração do regime de apropriação de terras devolutas, introduzindo a compra<sup>2</sup> e a regularização de posses<sup>3</sup>, sempre condicionadas à existência de cultura efetiva e morada habitual.<sup>4</sup> O Decreto 1.318 de 1854 regulamentava minuciosamente a regularização de posses produtivas, através do seu registro junto ao Vigário da paróquia respectiva<sup>5</sup>, nos prazos e condições que instituiu. (ANDRADE, 2003).

<sup>1</sup> Com a colaboração de Tânia Andrade e Andréia Ferreira

<sup>2</sup> Lei 601 de 1850, Artigo 1º - Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

<sup>3</sup> Lei 601 de 1850, Artigo 5º - Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas, ou com princípio de cultura e morada habitual do respectivo posseiro ou de quem o represente, guardadas as regras seguintes: (seguem 4 parágrafos).

<sup>4</sup> Lei 601 de 1850, Artigo 6º - Não se haverá por princípio de cultura para a revalidação das sesmarias ou outras concessões do Governo, nem para a legitimação de qualquer posse, os simples roçados, derrubadas ou queimas de matos ou campos, levantamentos de ranchos e outros atos de semelhante natureza, não sendo acompanhados da cultura efetiva e morada habitual exigidas nos artigos antecedentes.

<sup>5</sup> Decreto 1318 de 1854, Artigo 97 – Os Vigários de cada uma das Freguesias do Império são os encarregados de receber as declarações para o registro das terras, e os incumbidos de proceder a esse registro dentro de suas Freguesias [...].

Os registros paroquiais ou registros do vigário eram obrigatórios para todas as terras, independentemente da natureza da sua ocupação – propriedades, sesmarias (confirmadas ou não), posses, terras de mineração, terras comunais etc. Os vigários não tinham poder para contestar ou corrigir as declarações; os registros resultantes geralmente eram vagos, omitiam detalhes importantes sobre a localização do imóvel, sequer servindo para provar a posse, menos ainda a propriedade<sup>6</sup> (TRECCANI, 2001).

A primeira Constituição da República (1891) destinou aos estados as terras devolutas situadas em seus territórios, passando para sua competência a regularização de posses e a cessão de novas áreas e mantendo para a União as áreas de fronteira e outras áreas específicas, conformação que prossegue até a Constituição brasileira de 1988.

Desde lá, os mecanismos de registro e controle precários e não sistematizados possibilitaram a proliferação dos registros fantasmas, grilos, registros duplos, sobreposições e toda sorte de falcatruas e ‘contos do vigário’ que deram origem a um verdadeiro caos documental que persiste até os nossos dias. Embora a lei de registro público determine a especificidade e a continuidade como requisitos essenciais, grande parte dos registros não os cumpre. Há inúmeros registros de propriedade que começam do nada, ou que aumentam misteriosamente de tamanho, ou cuja descrição não identifica nada. São imóveis que nem existem ou diferem completamente da realidade.

Tal caso pode ser exemplificado por uma determinada Ação de Desapropriação Indireta que tramitou pela comarca de Ubatuba, onde o Estado (de São Paulo) foi condenado a indenizar o proprietário do imóvel, que supostamente foi restringido no exercício pleno do direito de propriedade, por ocasião da criação do Parque Estadual da Serra do Mar, sendo o valor da indenização estipulado em 1 bilhão de reais. Essa vultosa indenização teve seu pagamento sustado, por haver sido constatado, com o auxílio do ETLC V (Escritório do Itesp) de Taubaté, sobreposição do imóvel objeto da indenização, com outro imóvel já indenizado anteriormente pelo Estado, em ação análoga, aliado ainda ao fato de que o registro imobiliário respectivo estava maculado por várias irregularidades (Itesp, 2000).

Em 1964, com a promulgação do Estatuto da Terra (Lei Federal n. 4.504, de 30 de novembro de 1964), criou-se o Cadastro Rural, através do qual todos os proprietários de imóveis rurais deveriam repassar informações ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Baseando-se nesse cadastro, foram feitas propostas de complementação das informações denominadas “Cadastrros Técnicos”, nos quais se incorporavam estudos sobre características de solo, relevo, drenagem etc.

Em 1972, foi instituído o Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR (Lei Federal n. 5.868, de 12 de dezembro de 1972) com informações sobre uso e posse de terras, buscando apurar o cumprimento da finalidade da terra como instituído por lei. O SCNR era composto por:

1. cadastro de imóveis rurais;
2. cadastro de proprietários e detentores de imóveis rurais;
3. cadastro de arrendatários e parceiros;
4. cadastro de terras públicas.

A preocupação com a localização geográfica das propriedades cadastradas surgiu em 1978 com a utilização de cartas do IBGE e em 1992, na revisão geral do cadastro que solicitava a entrega de plantas dos imóveis, permitindo confeccionar mapas temáticos do uso da terra.

Essas propostas buscaram melhorar a caracterização dos imóveis rurais no Brasil. Porém, o banco de dados formado apresenta ainda importantes fragilidades para conhecimento da situação fundiária no país: o caráter declaratório da fonte de dados, falta de informação gráfica consistente, descompasso do SNCR com o cadastro

<sup>6</sup> Nos tribunais, embora não haja unanimidade, hoje prevalece tese que não reconhece os títulos paroquiais como títulos de domínio.

de registro de imóveis e atualização de parte do banco de dados.

Por tudo isso, em abril de 1997, a Associação dos Órgãos Estaduais de Terras (Anoter) promoveu em Belém (PA) o Congresso Brasileiro sobre Cadastro Rural, cujo resultado consolidado em documento foi entregue ao MDA, dando origem às discussões entre a Associação e o Ministério sobre o tema. Tais discussões envolviam ainda um segundo grupo de trabalho, mais abrangente, que se propôs a discutir e sugerir reformulações para a Lei de Registros Públicos, o que culminou na Lei n. 10.267, de 28 de agosto de 2001, quando o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) tornou-se obrigação legal.

Desde então, inúmeras tentativas foram entabuladas, até que, nos anos de 2001 e 2002, um grupo de trabalho formulou uma proposta de financiamento internacional para colocar em prática um programa<sup>7</sup> de levantamento georreferenciado de todas as terras do território brasileiro, cuja proposta ultrapassava os limites da mera estruturação dos órgãos de terra para alcançar as raízes da questão fundiária.

O resultado desse esforço é o programa financiado pelo Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID), qual seja, Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil, cuja implementação está sob responsabilidade da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) do MDA em parceria com os órgãos estaduais de terra (OET). Sua meta é cadastrar e georreferenciar 145.142 imóveis rurais no período compreendido entre 2005 e 2007 e regularizar 53.590 posses de agricultores familiares.

No entanto, restrições orçamentárias determinaram a implantação de um projeto inicial que implementa o programa em caráter piloto nos estados da Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Ceará e Maranhão para um período de três anos. A previsão era que, a partir de 2008, o Programa se estendesse aos demais estados da Federação.

Na estratégia operacional do Programa, a unidade de trabalho é o município, com o objetivo de cadastrar todos os imóveis rurais dos municípios alvo da ação fundiária. Esta será executada pelos órgãos estaduais de terra, tendo como objetivo a coleta de dados e de elementos necessários ao georreferenciamento e certificação, à regularização fundiária e à retificação do registro dos imóveis cuja área não exceda a quatro módulos fiscais.

Os dados coletados também deverão propiciar o processo de elaboração de diagnósticos fundiários, os quais, entre outras possibilidades, proverão os governos de informações que subsidiarão o processo de tomada de decisão no que se refere às questões agrárias e fundiárias. A propositura de políticas públicas, estratégias e planos de ação governamental poderão ter como base a realidade cadastral e fundiária.

O Programa irá disponibilizar recursos para viabilizar o desenvolvimento de soluções de Tecnologia da Informação e a aquisição de soluções de Geoprocessamento necessárias à implantação de um sistema de informações geográficas adequadamente dimensionado, interligado e com capacidade para atender aos trâmites exigidos na Lei n. 10.267/01.

Este sistema também possui um módulo referente aos cartórios que possibilitará a comunicação sobre todas as modificações ocorridas no registro dos imóveis. Além disso, possibilitará a automação do processo de elaboração das matrículas.

A grandeza deste trabalho impõe como desafio ao Ministério do Desenvolvimento Agrário não apenas o conhecimento da situação atual dos agricultores familiares, fundamental para o monitoramento do impacto do Programa sobre eles, mas também o conhecimento da capacidade organizacional das instituições responsáveis pela sua implantação.

---

<sup>7</sup> Projeto Cadastro de Imóveis Rurais e Regularização Fundiária no Brasil tem por objetivo implantar o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) no país, conforme a Lei n. 10.267/2001, além de ser um amplo programa de regularização fundiária para agricultores familiares. O projeto original tinha valor total superior a US\$ 500 milhões, a ser financiado pelo BID (Banco Inter-Americano de Desenvolvimento), com contrapartida de 40%-42% da União e 8%-10% dos estados, e seria executado por parcerias envolvendo União, estados e municípios.





# 2

## Caracterização socioeconômica das famílias beneficiárias e não-beneficiárias do Programa





## 2.1 Raça/Cor

Com relação à raça/cor dos titulares das unidades de produção, a análise dos estudos realizados demonstra que a maior parcela dos agricultores familiares participantes do Programa Cadastro de Terras se identificam como pardos, o mesmo sendo verificado para os agricultores que fazem parte do grupo controle. O município com a maior incidência de pardos em sua população entre os beneficiários é o município de Cândido Mendes, no estado do Maranhão, com 74,2%, supostamente por força da grande exploração mineral havida no período colonial, com o uso intensivo de mão-de-obra escrava. O município entre os beneficiários que mais se distancia desse perfil demonstrado é São Miguel Arcanjo, no estado de São Paulo, com apenas 9,5% de pardos em sua população.

Tabela 2.1.1 São Paulo							
Raça/Cor	São Paulo(%)						
	Beneficiário				Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Negro/preta	3,2	10,7	9,4	6,5	-	6,3	2,3
Parda	9,5	57,1	45,3	42,6	75,0	59,4	52,4
Branca	85,7	28,6	39,1	50,0	25,0	34,4	45,3
Amarela	1,6	-	4,7	-	-	-	-
Indígena	-	-	-	0,9	-	-	-
Sem resposta	-	3,6	1,6	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

Tabela 2.1.2 Maranhão						
Raça/Cor	Maranhão (%)					
	Beneficiário				Controle	
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Negro/preta	11,4	33,3	16,1	69,2	-	-
Pardo	68,6	60,0	74,2	30,8	66,7	90,0
Branco	20,0	6,7	6,5	-	33,3	10,0
Amarelo	-	-	3,2	-	-	-
Indígena	-	-	-	-	-	-
Sem resposta	-	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

Tabela 2.1.3 Ceará				
Raça/Cor	Ceará(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Negro/preta	9,8	4,6	8,4	16,4
Pardo	64,3	44,7	61,4	61,2
Branco	22,5	46,7	27,8	10,2
Amarelo	1,7	2,0	2,4	6,1
Indígena	1,7	2,0	-	6,1
Sem resposta	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

Tabela 2.1.4 Bahia		
Raça/Cor	Bahia(%)	
	Beneficiário	Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
Negro/preta	18,0	-
Pardo	54,0	41,2
Branco	18,0	58,8
Amarelo	2,0	-
Indígena	8,0	-
Sem resposta	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

Tabela 2.1.5 Minas Gerais				
Raça/Cor	Minas Gerais(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritzeiro
Negra/preta	28,4	8,2	23,3	16,7
Parda	36,7	19,7	53,7	33,3
Branca	31,2	67,2	20,0	27,8
Amarela	0,9	-	-	-
Indígena	-	-	-	11,1
Sem resposta	2,8	4,9	3,0	11,1

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

## 2.2 Sexo

Os responsáveis pelas unidades de produção familiar são predominantemente do sexo masculino tanto para os grupos beneficiários como para o grupo controle. O município beneficiário que melhor expressa essa característica é Zé Doca, no estado do Maranhão, com 94,3% de homens que responderam ao questionário. O município que mais se distancia desse perfil é Minas Novas, em Minas Gerais, com 37,6% dos questionários respondidos por mulheres.

Tabela 2.2.1 São Paulo							
Sexo	São Paulo(%)						
	Beneficiário				Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Masculino	93,7	82,1	75,0	77,8	79,2	65,6	78,4
Feminino	6,3	17,9	25,0	22,2	20,8	34,4	21,6

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

**Tabela 2.2.2 Maranhão**

Sexo	Maranhão(%)					
	Beneficiário			Controle		
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Masculino	94,3	80,0	72,6	76,9	66,7	95,0
Feminino	5,7	20,0	27,4	23,1	33,3	5,0

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

**Tabela 2.2.3 Ceará**

Sexo	Ceará(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Masculino	73,6	73,3	72,3	81,6
Feminino	26,4	26,7	27,7	18,4

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

**Tabela 2.2.4 Bahia**

Sexo	Bahia(%)	
	Beneficiário	Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
Masculino	78,0	88,2
Feminino	22,0	11,8

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

**Tabela 2.2.5 Minas Gerais**

Sexo	Minas Gerais(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritizeiro
Masculino	62,4	83,6	70,0	77,8
Feminino	37,6	16,4	30,0	22,2

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

## 2.3 Idade

De maneira geral, os estabelecimentos rurais pesquisados são conduzidos por trabalhadores com faixa etária de 40 a 59 anos de idade, tanto no que se refere aos beneficiários como no que se refere ao grupo controle. O município beneficiário que mais se encaixa no perfil encontrado é Zé Doca, no estado do Maranhão, com 57,1% dos titulares com faixa etária de 40 a 59 anos de idade. Os municípios que apresentam maior variação com relação ao perfil encontrado são Pedro Rosário, no Maranhão, e Independência, no Ceará, ambos com apenas 33,3% dos titulares com faixa etária de 40 a 59 anos de idade.

Tabela 2.3.1 São Paulo							
Faixa etária	São Paulo(%)						
	Beneficiário				Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
0 - 6 anos	-	-	-	-	-	-	-
7 - 14 anos	-	-	-	-	-	-	-
15 - 19 anos	-	-	-	-	-	-	-
20 - 24 anos	1,6	-	-	0,9	-	-	-
25 - 39 anos	17,4	17,8	9,7	7,4	8,3	9,4	13,6
40 - 59 anos	52,4	39,3	35,5	49,1	37,5	75,0	43,2
> 60 anos	28,6	42,9	54,8	42,6	54,2	15,6	43,2
Sem resposta	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 2.3.2 Maranhão						
Faixa Etária	Maranhão (%)					
	Beneficiário				Controle	
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
0 - 6 anos	-	-	-	-	-	-
7 - 14 anos	-	-	-	-	-	-
15 - 19 anos	-	-	-	-	-	-
20 - 24 anos	-	-	-	-	-	-
25 - 39 anos	14,3	13,4	16,1	30,8	33,4	5,0
40 - 59 anos	57,1	33,3	43,6	69,2	33,3	55,0
> 60 anos	28,6	53,3	40,3	-	33,3	40,0
Sem resposta	-	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

Tabela 2.3.3 Ceará				
Faixa Etária	Ceará(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
0 - 6 anos	-	-	-	-
7 - 14 anos	-	-	-	-
15 - 19 anos	0,4	0,7	-	2,0
20 - 24 anos	1,2	1,3	-	2,0
25 - 39 anos	11,4	10,7	15,7	8,2
40 - 59 anos	41,1	33,3	36,1	51,0
> 60 anos	45,5	52,0	48,2	36,8
Sem resposta	0,4	2,0	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

Tabela 2.3.4 Bahia		
Faixa Etária	Bahia(%)	
	Beneficiário	Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
0 - 6 anos	-	-
7 - 14 anos	-	-
15 - 19 anos	-	-
20 - 24 anos	-	11,8
25 - 39 anos	10,0	35,3
40 - 59 anos	56,0	29,4
> 60 anos	34,0	23,5
Sem resposta	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

Tabela 2.3.5 Minas Gerais				
Faixa etária	Minas Gerais(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritizeiro
0 - 6 anos	-	-	-	-
7 - 14 anos	-	-	-	-
15 - 19 anos	0,9	-	-	-
20 - 24 anos	2,8	1,6	3,3	5,6
25 - 39 anos	22,9	21,3	33,3	11,1
40 - 59 anos	45,0	45,9	43,4	66,8
> 60 anos	28,4	27,9	20,0	16,7
Sem resposta	-	3,3	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

## 2.4 Estado civil

Com relação ao estado civil dos titulares das unidades de produção, a análise dos estudos realizados demonstra que a maior parcela dos agricultores familiares participantes do Programa Cadastro de Terras se identificam como casados, o mesmo sendo verificado para os agricultores que fazem parte do grupo controle. O município que apresenta a maior incidência de casados em sua população entre os beneficiários é o município de Zé Doca, no Maranhão, com 82,9%. O município entre os beneficiários que foge desse perfil é Pedro do Rosário, no estado do Maranhão, com “apenas” 46,7% de casados em sua população.

Tabela 2.4.1 São Paulo							
Estado Civil	São Paulo(%)						
	Beneficiário				Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Casado	77,8	69,2	61,5	68,8	83,4	65,6	66,7
Solteiro	6,3	3,9	12,3	9,2	8,3	18,7	19,0
União estável	4,8	7,7	3,1	9,2	8,3	15,7	-
Viúvo	7,9	11,5	20,0	7,3	-	-	11,9
Desquitado	3,2	7,7	3,1	3,7	-	-	2,4
Sem resposta	-	-	-	1,8	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 2.4.2 Maranhão						
Estado Civil	Maranhão (%)					
	Beneficiário				Controle	
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Casado	82,9	46,7	61,3	53,8	66,7	70,0
Solteiro	2,9	0,0	9,7	-	-	5,0
União estável	2,8	53,3	22,6	46,2	33,3	20,0
Viúvo	5,7	-	6,4	-	-	5,0
Desquitado	5,7	-	-	-	-	-
Sem resposta	-	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 2.4.3 Ceará				
Estado Civil	Ceará(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Casado	65,1	68,0	63,9	77,6
Solteiro	12,2	11,3	1,2	6,1
União estável	8,5	4,0	12,0	4,1
Viúvo	12,6	14,0	18,1	4,1
Desquitado	0,8	2,0	4,8	2,0
Sem resposta	0,8	0,7	-	6,1

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006



Tabela 2.4.4 Bahia		
Estado Civil	Bahia(%)	
	Beneficiário	Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
Casado	80,0	76,5
Solteiro	6,0	5,9
União estável	-	-
Viúvo	8,0	-
Desquitado	4,0	-
Sem resposta	2,0	17,6

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 2.4.5 Minas Gerais				
Estado Civil	Minas Gerais(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritizeiro
Casado	64,2	75,4	60,0	77,8
Solteiro	11,9	6,6	10,0	16,7
União estável	10,1	8,2	13,3	5,5
Viúvo	12,8	9,8	16,7	0,0
Desquitado	1,0	-	-	-
Sem resposta	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

## 2.5 Nível de instrução

O nível de instrução é um indicador importante para a classificação dos níveis de desenvolvimento socioeconômico dos estados e municípios. Nos estados do Sudeste, a porcentagem de analfabetismo é muito menor que a observada nos demais estados, certamente devido a um maior acesso à escola rural ou a programas de alfabetização para adultos. Também chama a atenção a porcentagem de agricultores que se declaram analfabetos, em alguns casos chega a 45%, como no município de Governador Nunes Freire, no Maranhão, o que evidencia a necessidade da adoção de políticas estruturantes que criem condições propícias para a viabilização de políticas públicas como as que aqui são preconizadas. Em geral, os entrevistados possuem ensino fundamental de 1ª a 4ª série. O município beneficiado pelo Programa Cadastro de Terras que mais se enquadra nesse perfil é São Miguel Arcanjo, no estado de São Paulo, com 58,7% de seus titulares com ensino fundamental de 1ª a 4ª série. O município que mais se distancia desse perfil é Bom Jesus da Lapa, no estado da Bahia, pois apenas 18% de seus titulares possuem ensino fundamental de 1ª a 4ª série.

Tabela 2.5.1 São Paulo							
Nível de instrução do Titular	São Paulo(%)						
	Beneficiário				Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Analfabeto	4,8	10,7	25,0	13,2	29,2	15,6	32,4
Lê e Escreve	7,9	10,7	6,3	-	4,2	3,1	-
Fundamental: 1ª a 4ª série	58,7	46,4	48,4	54,7	62,5	62,5	51,4
Fundamental: 5ª a 8ª série	12,7	10,7	15,6	19,8	4,2	6,3	8,1
Médio	11,1	14,3	4,7	6,6	-	12,5	8,1
Técnico	-	-	-	1,9	-	-	-
Superior	3,2	3,6	-	2,8	-	-	-
Sem resposta	1,6	3,6	-	1,0	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

Tabela 2.5.2 Maranhão						
Nível de Instrução do Titular	Maranhão (%)					
	Beneficiário				Controle	
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Analfabeto	22,8	33,3	22,6	7,7	17,0	45,0
Lê e Escreve	2,9	-	-	-	-	-
Fundamental: 1º a 4ª série	48,6	53,3	58,1	53,8	67,0	45,0
Fundamental: 5ª a 8ª série	2,9	6,7	14,5	30,8	16,0	10,0
Médio	8,6	-	4,8	7,7	-	-
Técnico	-	-	-	-	-	-
Superior	5,6	-	-	-	-	-
Sem resposta	8,6	6,7	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

Tabela 2.5.3 Ceará				
Nível de Instrução do Titular	Ceará(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Analfabeto	28,0	38,7	36,1	36,7
Lê e Escreve	2,8	5,3	-	2,0
Fundamental: 1ª a 4ª série	31,7	27,3	31,3	32,7
Fundamental: 5ª a 8ª série	6,9	11,3	7,2	20,4
Médio	2,4	6,0	2,4	-
Técnico	-	-	-	-
Superior	1,2	-	-	-
Sem resposta	27,0	11,4	23,0	8,2

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

**Tabela 2.5.4 Bahia**

Nível de Instrução do Titular	Bahia(%)	
	Beneficiário	Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
Analfabeto	42,0	11,8
Lê e Escreve	18,0	-
Fundamental: 1ª a 4ª série	18,0	-
Fundamental: 5ª a 8ª série	2,0	-
Médio	4,0	-
Técnico	-	-
Superior	-	-
Sem resposta	16,0	88,2

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

**Tabela 2.5.5 Minas Gerais**

Nível de instrução do Titular	Minas Gerais(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritizeiro
Analfabeto	20,8	16,4	14,3	19,4
Lê e Escreve	-	-	1,10	-
Fundamental: 1ª a 4ª	33,0	41,4	38,5	33,9
Fundamental: 5ª a 8ª	24,4	21,1	23,0	30,6
Médio	12,5	18,8	6,6	11,3
Técnico	-	-	-	-
Superior	0,7	2,3	-	2,3
Sem resposta	8,6	-	16,5	2,5

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

## 2.6 Documentos

De maneira geral, o perfil apresentado pelos titulares das unidades de produção é possuir os principais documentos, RG, CPF e título de eleitor. O município no qual essa ocorrência é menor é Minas Novas, no estado de Minas Gerais, onde 11,9% dos titulares das unidades de produção não possuem RG. O município controle em que menos indivíduos possuem CPF é Pedro Rosário, no Maranhão, onde 6,6% dos titulares das unidades de produção não possuem este tipo de documentação. O município controle onde menos indivíduos possuem título de eleitor é Eldorado, no estado de São Paulo, onde 6,1% dos titulares das unidades de produção declaram não ser eleitores.

**Tabela 2.6.1 São Paulo**

Documentos que não possui	São Paulo(%)						
	Beneficiário				Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
RG	0,0	0,0	1,5	0,0	4,2	0,0	2,4
CPF	0,0	0,0	3,1	0,0	0,0	3,1	2,4
TE	1,6	0,0	6,1	0,9	4,2	3,1	2,4

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

<b>Tabela 2.6.2 Maranhão</b>						
Documentos que não possui	Maranhão (%)					
	Beneficiário			Controle		
	Zé Doça	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
RG	2,8	0,0	0,0	7,7	0,0	0,0
CPF	0,0	6,6	0,0	0,0	0,0	0,0
TE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

<b>Tabela 2.6.3 Ceará</b>				
Documentos que não possui	Ceará(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
RG	1,2	3,3	1,2	2,0
CPF	2,8	2,7	1,2	2,0
TE	2,4	2,0	2,4	0,0

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 2.6.4 Bahia</b>		
Documentos que não possui	Bahia(%)	
	Beneficiário	Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
RG	0,0	0,0
CPF	0,0	0,0
TE	0,0	0,0

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

<b>Tabela 2.6.5 Minas Gerais</b>				
Documentos que não possui	Minas Gerais(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritizeiro
RG	11,9	8,2	6,7	5,5
CPF	1,8	0,0	6,7	5,5
TE	1,0	1,6	3,3	5,5

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

## 2.7 Razões para ausência de documentos

Considerando que a grande maioria dos agricultores pesquisados declara possuir os principais documentos de identificação e que, entre as demais opções apresentadas na pesquisa, figuravam conta-corrente, carteira de motorista ou nota de produtor, não causa estranheza o fato de que a falta de dinheiro ou a falta de necessidade estejam entre as principais razões apresentadas pelos agricultores para não possuírem aqueles documentos.

**Tabela 2.7.1 São Paulo**

Razões para não possuir documentos	São Paulo(%)						
	Beneficiário				Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Não sentiu necessidade	42,9	53,8	21,5	42,2	66,7	40,6	35,7
Não tem dinheiro para tirar	9,5	7,6	32,3	18,4	-	31,2	14,3
Não são importantes	-	7,7	27,7	14,7	4,1	6,2	23,8
Desconhece os documentos	-	-	-	-	-	-	-
Não teve acesso	-	-	6,2	2,7	-	-	4,7
Outras razões	15,9	7,7	12,3	16,5	12,5	15,6	19,0
Sem resposta	31,7	23,2	-	5,5	16,7	6,4	2,5

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

**Tabela 2.7.2 Maranhão**

Razões para não possuir documentos	Maranhão (%)					
	Beneficiário			Controle		
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Não sentiu necessidade	25,7	20	29,3	7,7	-	-
Não tem dinheiro para tirar	20	13,3	8,1	7,7	50,0	10,0
Não são importantes	2,9	-	-	-	-	-
Desconhece os documentos	22,9	-	4,8	-	-	-
Não teve acesso	2,9	13,3	-	7,7	-	-
Outras razões	40,0	26,7	50	92,3	76,7	75,0
Sem resposta	-	26,7	7,8	-	-	15,0

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

**Tabela 2.7.3 Ceará**

Razões por não possuir documentos	Ceará(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Não sentiu necessidade	44,7	30,7	44,6	4,1
Não tem dinheiro para tirar	23,2	25,3	20,5	24,5
Não são importantes	9,8	14,7	10,8	28,6
Não teve acesso	8,5	4,4	12,0	4,1
Outras razões	11,0	18,7	13,3	24,5
Sem resposta	13,8	18,7	15,7	22,4

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

<b>Tabela 2.7.4 Bahia</b>		
Razões por não possuir documentos	Bahia(%)	
	Beneficiário	Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
Não sentiu necessidade	36,5	26,3
Não tem dinheiro para tirar	42,3	57,9
Não são importantes	7,7	-
Desconhece os documentos	-	-
Não teve acesso	1,9	10,5
Outras razões	11,6	5,3
Sem resposta	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

<b>Tabela 2.7.5 Minas Gerais.</b>				
Razões para não possuir documentos	Minas Gerais(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritizero
Não sentiu necessidade	8,9	6,5	10,0	5,6
Não tem dinheiro para tirar	7,9	4,9	10,0	-
Não são importantes	6,0	-	16,7	11,1
Desconhece os documentos	-	4,9	-	-
Não teve acesso	-	-	3,3	-
Outras razões	84,6	83,7	66,7	83,3
Sem resposta	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

## 2.8 Tempo de moradia no município

De maneira geral, mais de 50% dos titulares das unidades de produção apresentam tempo de moradia superior a 30 anos no local, o que evidencia que mesmo em condições desfavoráveis determinadas, entre outras coisas, pela ausência do documento de posse de suas terras e a restrição que isso significou durante anos, os agricultores pesquisados mantiveram certa estabilidade em seu modo de vida. Portanto, programas complementares à regularização fundiária dessas áreas, como o de Assistência Técnica e Extensão Rural, devem entender a estratégia de sobrevivência adotada por essas famílias para, a partir dela, proporcionar um salto de qualidade no seu modo de vida. Dois municípios controle fogem desse padrão: Pinheiro e Governador Nunes Freire, ambos no estado do Maranhão, apresentando um maior número de ocupações mais recentes.

Talvez por ocorrerem ocupações tão duradouras, os titulares das unidades de produção afirmem não apresentar dificuldades por não possuir o título de posse da área (ver quadro específico). Os municípios, em geral, seguem o perfil encontrado. O município de beneficiário que mais se aproxima desse perfil é Bom Jesus da Lapa, na Bahia, onde 88,0% dos titulares moram na unidade familiar de produção há mais de 30 anos. O município de beneficiário que mais se distancia do perfil encontrado é o município de Iporanga, no estado de São Paulo, onde 38,5% dos titulares moram na unidade familiar de produção há mais de 30 anos.

<b>Tabela 2.8.1 São Paulo</b>							
Tempo de Moradia	São Paulo (%)						
	Beneficiário				Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Até 10 anos	15,9	11,5	12,3	32,1	8,3	6,2	16,6
De 11 a 30 anos	28,6	50,0	23,1	25,7	8,3	37,5	21,2
Acima de 30 anos	55,5	38,5	64,6	42,2	83,4	56,3	52,3
Sem resposta	-	-	-	-	-	-	9,9

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

<b>Tabela 2.8.2 Maranhão</b>						
Tempo de Moradia	Maranhão(%)					
	Beneficiário				Controle	
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Até 10 anos	2,8	13,3	1,6	-	20,0	5,0
De 11 a 30 anos	42,8	40,0	17,7	23	46,7	75,0
Acima de 30 anos	54,2	46,7	80,6	76,9	33,3	20,0
Sem resposta	0,2	-	0,1	0,1	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

<b>Tabela 2.8.3 Ceará</b>				
Tempo de Moradia	Ceará(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Até 10 anos	6,9	11,3	7,2	6,1
De 11 a 30 anos	16,3	13,3	12,0	18,4
Acima de 30 anos	76,4	75,4	80,8	75,5
Sem resposta	0,4	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

<b>Tabela 2.8.4 Bahia</b>		
Tempo de Moradia	Bahia(%)	
	Beneficiário	Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
Até 10 anos	-	-
11 a 30 anos	12,0	88,2
Acima de 30 anos	88,0	11,8
Sem resposta	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

Tabela 2.8.5 Minas Gerais				
Tempo de Moradia	Minas Gerais(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritzeiro
Até 10 anos	6,4	9,8	6,6	5,6
De 11 a 30 anos	11,9	11,5	16,7	33,3
Acima de 30 anos	81,7	78,7	76,7	55,6
Sem resposta	-	-	-	5,5

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

## 2.9 Tempo de trabalho no município

Os titulares das unidades de produção apresentam geralmente tempo de trabalho entre 11 e 30 anos no município. O município que mais se enquadra no perfil encontrado é Bom Jesus da Lapa, na Bahia, onde 94,0 % dos titulares das unidades de produção têm de 11 a 30 anos de trabalho no município. O município beneficiário que mais se distancia do perfil encontrado é João Pinheiro, em Minas Gerais, onde 19,6% dos titulares das unidades de produção têm de 11 a 30 anos de trabalho no município.

Tabela 2.9.1 São Paulo							
Tempo que trabalha no município	São Paulo(%)						
	Beneficiário				Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Até 10 anos	38,1	19,2	24,6	34,9	29,1	34,4	33,3
De 11 a 30 anos	41,3	42,3	40,0	38,5	29,2	34,4	38,1
Acima de 30 anos	20,6	38,5	35,4	26,6	41,7	31,2	28,6
Sem resposta	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

Tabela 2.9.2 Maranhão						
Tempo que trabalha no município	Maranhão (%)					
	Beneficiário			Controle		
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Até 10 anos	20,0	20,0	17,7	30,8	50,0	45,0
De 11 a 30 anos	57,1	46,7	43,5	23,1	33,3	50,0
Acima de 30 anos	20,0	33,3	38,7	46,1	16,7	5,0
Sem resposta	2,9	-	0,1	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.



<b>Tabela 2.9.3 Ceará</b>				
Tempo que trabalha no município	Ceará(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Até 10 anos	24,8	27,3	32,5	18,4
De 11 a 30 anos	36,6	32,7	41,0	57,1
Acima de 30 anos	38,6	40,0	26,5	24,5
Sem resposta	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

<b>Tabela 2.9.4 Bahia</b>			
Tempo que trabalha no município	Bahia(%)		
	Beneficiário		Controle
	Bom Jesus da Lapa		Riacho de Santana
Até 10 anos	-	-	-
De 11 a 30 anos	94,0	88,2	
Acima de 30 anos	6,0	11,8	
Sem resposta	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

<b>Tabela 2.9.5 Minas Gerais</b>				
Tempo que trabalha no município	Minas Gerais(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritizeiro
Até 10 anos	21,1	39,4	23,3	27,8
De 11 a 30 anos	39,4	19,6	13,3	50,0
Acima de 30 anos	39,5	41,0	63,4	22,2
Sem resposta	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

## 2.10 Local de moradia

Os titulares da unidade familiar de produção moram, de maneira geral, na própria unidade familiar de produção. Há de se considerar ainda que o local de moradia às vezes se define em função de fatores como acesso aos serviços públicos, escolas para os filhos ou atendimento de saúde. Equivale dizer que mesmo os trabalhadores que declaram morar fora da unidade familiar de produção o fazem mais por dificuldades em acessar determinados serviços públicos do que pelo exercício de outra atividade que não a agricultura, embora haja um número expressivo de pessoas que trabalham parcialmente na unidade familiar e outra parte do tempo em uma ocupação externa – um indício da hipótese das rendas não-agrícolas para o orçamento das famílias de agricultores. O município de beneficiário que mais se aproxima do perfil encontrado é Minas Novas, no estado de Minas Gerais, onde 93,6% dos titulares moram na própria unidade familiar de produção. O município de beneficiário que mais se distancia do perfil encontrado é Cândido Mendes, no estado do Maranhão, onde 56,5% dos titulares moram na própria unidade familiar de produção.

Tabela 2.10.1 São Paulo							
Local de Moradia	São Paulo(%)						
	Beneficiário				Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Unidade Familiar Produção	79,4	64,3	88,9	84,3	91,6	68,8	73,0
Fora da UFP	19,0	14,3	11,1	10,2	4,2	12,6	18,9
Parcial UFP	1,6	21,4	-	5,6	4,2	15,6	8,1
Sem resposta	-	-	-	-	-	3,0	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

Tabela 2.10.2 Maranhão						
Local de moradia	Maranhão (%)					
	Beneficiário			Controle		
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Unidade Familiar Produção	57,1	60,0	56,5	100,0	100,0	40,0
Fora da UFP	40,0	26,7	25,8	-	-	25,0
Parcial UFP	2,9	13,3	17,7	-	-	35,0
Sem resposta	-	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

Tabela 2.10.3 Ceará				
Local de moradia	Ceará(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Unidade Familiar Produção	83,3	67,3	89,2	71,4
Fora da UFP	15,4	30,7	9,6	28,6
Parcial UFP	0,8	2,0	1,2	-
Sem resposta	0,5	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

Tabela 2.10.4 Bahia		
Local de Moradia	Bahia(%)	
	Beneficiário	Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
Unidade Familiar Produção	78,0	76,0
Fora da UFP	-	-
Parcial UFP	-	-
Sem resposta	22,0	24,0

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

**Tabela 2.10.5 Minas Gerais**

Local de Moradia	Minas Gerais(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritizeiro
Unidade Familiar Produção	93,6	85,2	96,7	94,4
Fora da UFP	5,5	11,5	3,3	5,6
Parcial UFP	0,9	-	-	-
Sem resposta	-	3,3	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

## 2.11 Local de trabalho

Os titulares das unidades de produção trabalham geralmente na própria unidade familiar de produção, geralmente com porcentagens superiores a 50%. Há casos em que o titular trabalha fora da unidade de produção, na cidade, mas os idosos ficam responsáveis pela unidade de produção, com a família se dividindo na administração da unidade familiar de produção. O município de beneficiário que mais se aproxima do perfil encontrado pelo Programa Cadastro de Terras é Cândido Mendes, no Maranhão, com 82,3% dos titulares das unidades de produção trabalhando dentro da própria unidade familiar de produção. O município beneficiário que mais se distancia do perfil encontrado pelo Programa é Iporanga, no estado de São Paulo, com 57,1% dos titulares das unidades de produção trabalhando dentro da própria unidade familiar de produção.

**Tabela 2.11.1 São Paulo**

Local de trabalho	São Paulo(%)						
	Beneficiário				Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Unidade Familiar Produção	69,8	57,1	77,8	75,9	75,0	58,1	62,2
Fora da UFP –Zona urbana	9,5	10,7	7,9	5,6	-	9,7	8,1
Parcial UFP	20,5	32,2	12,7	17,6	25,0	32,2	24,3
Não trabalha	-	-	1,6	-	-	-	5,4
Sem Resposta	-	-	-	0,9	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

**Tabela 2.11.2 Maranhão**

Local de trabalho	Maranhão (%)					
	Beneficiário			Controle		
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Unidade Familiar Produção	71,4	80,0	82,3	76,9	66,7	85,0
Fora da UFP – Zona urbana	11,4	6,7	3,2	-	-	-
Parcial UFP	11,4	-	14,5	15,4	16,7	15,0
Sem resposta	5,8	13,3	-	7,7	16,6	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 2.11.3 Ceará</b>				
Local de trabalho	Ceará(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Unidade Familiar Produção	76,4	76,0	83,2	79,6
Fora da UFP – Zona urbana	10,6	20,7	10,8	16,3
Parcial UFP	11,0	2,0	6,0	2,0
Sem resposta	2,0	1,3	-	2,1

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 2.11.4 Bahia</b>		
Local de trabalho	Bahia(%)	
	Beneficiário	Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
Unidade Familiar Produção	72,0	64,7
Fora da UFP – Zona urbana	-	-
Parcial UFP	28,0	23,5
Sem resposta	-	11,8

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 2.11.5 Minas Gerais</b>				
Local de trabalho	Minas Gerais(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritzeiro
Unidade Familiar Produção	78,9	75,4	76,7	72,2
Fora da UFP – Zona urbana	4,6	9,8	10,0	5,6
Parcial UFP	11,0	9,8	13,3	22,2
Sem resposta	5,5	5,0	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

## 2.12 Benefícios recebidos

Neste caso, os benefícios mais recebidos pelas famílias das unidades de produção são aposentadoria e Bolsa Família entre os estados participantes do Programa Cadastro de Terras. A grande quantidade de indivíduos que recebem a aposentadoria indica a grande importância de tal benefício para completar a renda familiar rural. O município beneficiário que mais se aproxima do perfil encontrado é Eldorado, no estado de São Paulo, onde 58,0% das famílias recebem aposentadoria e 22,5% recebem Bolsa Família. E o município beneficiário que mais foge do perfil encontrado é João Pinheiro, no estado de Minas Gerais, onde 31,1 % das famílias recebem aposentadoria e 9,8% recebem Bolsa Família.

**Tabela 2.12.1 São Paulo**

Benefícios que Recebe	São Paulo(%)						
	Beneficiário				Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Aposentadoria	52,4	65,0	58,0	50,5	82,4	27,2	52,4
Bolsa família	6,8	14,2	22,5	9,7	16,6	44,0	28,6
Pensão	18,7	28,5	16,7	15,2	16,7	23,8	23,5
PETI	3,3	-	-	-	-	-	-
Vale-gás	3,4	14,2	8,1	4,1	-	9,6	-
Bolsa cidadã	-	7,1	2,1	2,7	-	4,8	-
Bolsa escola	15,2	7,1	7,9	17,6	8,3	25,9	11,2
Cartão alimentação	-	-	-	2,8	-	5,0	-
BPC	-	-	-	-	-	-	-
Outros	6,4	-	-	-	-	15,0	5,9
Não recebe	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

**Tabela 2.12.2 Maranhão**

Benefícios que Recebe	Maranhão(%)					
	Beneficiário			Controle		
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Aposentadoria	28,6	46,7	43,6	7,7	16,7	30,0
Bolsa Família	25,7	20,0	37,1	61,5	50,0	30,0
Pensão	-	-	4,8	-	-	-
PETI	-	-	-	15,4	-	-
Vale-Gás	-	-	1,6	-	-	-
Bolsa cidadã						
Bolsa Escola	22,9	20,0	6,5	15,4	-	15,0
Cartão alimentação						
BPC	2,9	-	6,5	-	16,7	15,0
Outros	2,9	6,7	-	-	-	-
Não Sabe	34,3	-	22,6	15,4	-	30,0
Não recebe	-	20,0	-	-	16,7	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

continua

<b>Tabela 2.12.3 Ceará</b>				
Benefícios que Recebe	Ceará(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Aposentadoria	53,3	59,3	50,6	44,9
Bolsa família	32,1	16,0	19,3	30,6
Pensão	5,7	11,3	6,0	6,1
PETI	-	-	1,2	-
Vale-gás	6,5	8,7	6,0	6,1
Bolsa cidadã	1,2	-	2,4	-
Bolsa escola	15,0	16,0	13,3	6,1
Cartão alimentação	1,2	-	1,2	-
BPC	2,8	-	2,4	-
Outros	0,4	4,0	2,4	10,2
Não recebe	16,7	15,3	18,1	14,3

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

<b>Tabela 2.12.4 Bahia</b>			
Benefícios que Recebe	Bahia(%)		
	Beneficiário		Controle
	Bom Jesus da Lapa		Riacho de Santana
Aposentadoria	36,5		17,6
Bolsa família	5,8		11,8
Pensão	-		-
PETI	-		-
Vale-gás	-		-
Bolsa cidadã	1,9		5,9
Bolsa escola	11,5		5,9
Cartão alimentação	-		-
BPC	-		-
Outros	26,9		-
Não recebe	17,3		58,8

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

<b>Tabela 2.12.5 Minas Gerais</b>				
Benefícios que Recebe	Minas Gerais(%)			
	Beneficiário			Controle
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritizeiro
Aposentadoria	36,7	31,1	26,7	27,8
Bolsa família	28,4	9,8	20,0	33,3
Pensão	11,9	6,6	16,7	-
PETI	-	-	-	-
Vale-gás	5,5	1,6	10,0	-
Bolsa cidadã	-	-	13,3	-
Bolsa escola	3,7	9,8	3,3	16,7
Cartão alimentação	-	-	10,0	-
BPC	8,3	3,3	-	-
Outros	4,6	1,6	13,3	5,6
Não recebe	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

## 2.13 Dificuldades por não possuir o título de posse da área

Duas foram as situações preponderantes quando se investigaram as dificuldades enfrentadas pelos agricultores por não possuírem títulos de suas unidades de produção. De um lado, há um número expressivo de agricultores que declaram não enfrentar problemas decorrentes desse aspecto; de outro, agricultores que declaram que o maior obstáculo encontrado está relacionado à dificuldade em contrair empréstimos. Esse dado é interessante, na medida em que pode expressar um desconhecimento do próprio agricultor quanto à sua condição de posseiro ou um efetivo desprendimento do agricultor quanto a esse aspecto, já que a maioria declara morar e trabalhar na propriedade há mais de 30 anos. Há de se considerar também que, no modo de vida dessas famílias, a posse legal das terras só passa a ser motivo de preocupação quando o território é requisitado por outro ator social, o que também parece não ser o caso, já que há um número insignificante de respondentes que declara que sua posse esteja sujeita a conflitos.

<b>Tabela 2.13.1 São Paulo</b>							
Dificuldades	São Paulo(%)						
	Beneficiário				Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Não enfrento dificuldades	12,1	56,7	20,7	24,3	24,1	48,6	40,0
Não consigo fazer empréstimo	41,8	26,7	22,8	32,9	31,0	21,6	22,5
Sem segurança para investir	9,9	6,7	17,4	10,5	10,3	5,4	7,5
Sem segurança para planos futuros	18,7	6,7	19,6	18,4	17,2	10,8	7,5
Falta valorização da terra	11,0	-	4,3	3,9	3,4	-	2,5
Área sujeita a conflitos	5,5	3,3	10,9	2,7	3,4	2,7	7,5
Outros	1,1	-	4,3	7,3	10,6	10,9	12,5
Não se aplica	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

<b>Tabela 2.13.2 Maranhão</b>						
Dificuldades	Maranhão (%)					
	Beneficiário				Controle	
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Não enfrento dificuldades	20,0	26,7	6,5	30,8	33,3	25,0
Não consigo fazer empréstimo	62,9	13,3	43,6	23,1	66,7	45,0
Sem segurança para investir	51,4	40,0	50,0	38,5	20,0	35,0
Sem segurança para planos futuros	48,6	13,3	48,4	38,5	16,7	40,0
Falta valorização da terra	37,1	6,7	22,6	-	-	-
Área sujeita a conflitos	28,6	13,3	43,6	38,5	16,7	10,0
Outros	-	13,3	11,0	7,7	-	-
Não se aplica	-	6,7	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

<b>Tabela 2.13.3 Ceará</b>				
Dificuldades	Ceará(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Não enfrento dificuldades	66,7	84,0	62,7	65,3
Não consigo fazer empréstimo	13,0	4,7	4,1	20,4
Sem segurança para investir	15,0	4,0	24,1	2,0
Sem segurança para planos futuros	6,9	3,3	7,3	2,0
Falta valorização da terra	3,3	1,3	-	-
Área sujeita a conflitos	4,1	1,3	4,8	4,1
Outros	5,3	8,0	1,2	8,2
Não se aplica	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

<b>Tabela 2.13.4 Bahia</b>		
Dificuldades	Bahia(%)	
	Beneficiário	Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
Não enfrento dificuldades	0,5	-
Não consigo fazer empréstimo	24,9	25,0
Sem segurança para investir	24,3	25,0
Sem segurança para planos futuros	24,9	25,0
Falta valorização da terra	24,9	25,0
Área sujeita a conflitos	0,5	-
Outros	-	-
Não se aplica	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.



**Tabela 2.13.5 Minas Gerais**

Dificuldades	Minas Gerais(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritizero
Não enfrento dificuldades	72,5	77,0	80,0	77,8
Não consigo fazer empréstimo	-	6,6	6,7	11,1
Sem segurança para investir	2,8	1,6	3,3	-
Sem segurança para planos futuros	1,8	1,6	3,3	5,6
Falta valorização da terra	-	-	6,7	-
Área sujeita a conflitos	0,9	-	-	5,6
Outros	23,0	14,8	10,0	5,6
Não se aplica	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

## 2.14 Número de moradores nas unidades de produção

Neste item, mais da metade das unidades familiares de produção apresenta entre dois e cinco moradores sem considerar o titular da unidade de produção. O município beneficiário que mais se aproxima desse perfil encontrado é João Pinheiro, em Minas Gerais, onde 89,5% das unidades de produção possuem entre dois e cinco moradores. E o município que mais se distancia do perfil é Sete Barras, no Estado de São Paulo, onde 45,0% das unidades de produção possuem entre dois e cinco moradores.

**Tabela 2.14.1 São Paulo**

Número de Moradores	São Paulo(%)						
	Beneficiário				Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
1	17,5	23,1	24,6	25,7	12,5	18,7	12,0
Entre 2 e 5	65,1	53,8	49,2	45,0	65,5	34,4	2,3
Acima de 5	14,3	19,2	12,3	14,7	20,8	25,0	12,0
Sem resposta	3,1	3,9	13,9	14,6	1,2	21,9	73,7

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

**Tabela 2.14.2 Maranhão**

Número de Moradores	Maranhão (%)					
	Beneficiário			Controle		
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
1	8,6	13,3	3,2	7,7	-	25,0
Entre 2 e 5	60,0	46,7	64,5	69,2	66,7	60,0
Acima de 5	31,4	40,0	32,3	23,1	33,3	15,0
Sem resposta	-	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

Tabela 2.14.3 Ceará				
Número de Moradores	Ceará(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
1	14,6	16,0	13,3	10,2
Entre 2 e 5	48,8	64,7	50,6	79,6
Acima de 5	30,9	13,3	28,9	8,2
Sem resposta	5,7	6,0	7,2	2,0

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

Tabela 2.14.4 Bahia		
Número de Moradores	Bahia(%)	
	Beneficiário	Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
1	2,0	5,9
Entre 2 e 5	70,0	70,6
Acima de 5	28,0	23,5
Sem resposta	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

Tabela 2.14.5 Minas Gerais				
Número de Moradores	Minas Gerais(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritizzeiro
1	13,7	8,8	17,2	-
Entre 2 e 5	60,7	89,5	79,3	82,3
Acima de 5	25,6	1,7	3,5	17,7
Sem resposta	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

## 2.15 Nível de instrução dos moradores das unidades de produção

Os moradores das unidades de produção apresentam um perfil de escolaridade fundamental, de 1ª a 4ª série. No entanto, esses dados não podem ser vistos de modo absoluto por conta do número elevado de crianças e jovens nessa população, o que cria uma falsa impressão de baixa escolaridade entre os moradores das unidades de produção. Pode-se constatar que, apesar de os titulares da unidade de produção apresentarem um baixo nível de escolaridade, eles garantem o desenvolvimento escolar daqueles que moram com eles ou deles dependem, pois, embora estes apresentem idades variadas, o nível de instrução já é superior ao dos titulares. O município beneficiário que mais se aproxima desse perfil é São Miguel Arcanjo, no estado de São Paulo, onde 60,3% dos moradores das unidades de produção apresentam nível de instrução Fundamental de 1ª a 4ª série. E o município beneficiário que mais se distancia desse perfil é Independência, no estado do Ceará, onde 29,7% dos moradores das unidades de produção apresentam nível de instrução Fundamental de 1ª a 4ª série.

**Tabela 2.15.1 São Paulo**

Nível de instrução	São Paulo(%)						
	Beneficiário				Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Analfabeto	3,2	11,5	22,2	8,2	29,1	12,4	31,0
Lê ou escreve	9,5	11,5	7,9	4,6	4,2	6,2	2,4
Fundamental: 1ª a 4ª série	60,3	46,2	46,0	54,2	62,5	59,6	47,6
Fundamental: 5ª a 8ª série	12,7	7,7	15,9	18,3	4,2	6,3	9,5
Médio	11,1	19,3	4,7	6,4	-	15,5	9,5
Técnico	-	-	-	1,9	-	-	-
Superior	3,2	3,8	-	3,6	-	-	-
Sem resposta	-	-	3,3	2,8	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

**Tabela 2.15.2 Maranhão**

Nível de instrução	Maranhão (%)					
	Beneficiário			Controle		
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Analfabeto	20,0	36,3	12,8	18,0	26,9	28,0
Lê ou escreve	-	-	-	-	-	-
Fundamental: 1ª a 4ª série	43,6	38,8	54,6	32,8	34,6	25,3
Fundamental: 5ª a 8ª série	18,9	15,0	18,5	37,7	15,4	33,3
Médio	15,8	8,8	11,8	9,8	23,1	-
Técnico	-	-	-	-	-	-
Superior	0,6	1,1	2,0	1,6	-	-
Sem resposta	1,1	-	0,3	0,1	-	13,4

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

**Tabela 2.15.3 Ceará**

Nível de instrução	Ceará(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Analfabeto	16,1	17,3	16,3	18,2
Lê ou escreve	0,7	3,7	0,3	4,1
Fundamental: 1ª a 4ª série	34,1	29,7	35,4	31,1
Fundamental: 5ª a 8ª série	27,3	21,0	27,6	21,6
Médio	18,5	21,4	16,6	18,2
Técnico	0,1	0,2	-	-
Superior	0,9	1,7	0,8	2,7
Sem resposta	2,3	5,0	3,0	4,1

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

<b>Tabela 2.15.4 Bahia</b>		
Nível de instrução	Bahia(%)	
	Beneficiário	Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
Analfabeto	20,3	15,6
Lê ou escreve	2,5	1,6
Fundamental: 1ª a 4ª série	35,3	34,4
Fundamental: 5ª a 8ª série	26,1	29,7
Médio	13,3	7,8
Técnico	-	-
Superior	-	-
Sem resposta	2,5	10,9

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 2.15.5 Minas Gerais</b>				
Nível de instrução	Minas Gerais(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritizeiro
Analfabeto	20,8	16,4	14,3	19,4
Lê ou escreve	-	-	1,10	-
Fundamental: 1ª a 4ª série	33,0	41,4	38,5	33,9
Fundamental: 5ª a 8ª série	24,4	21,2	23,0	30,6
Médio	12,5	18,7	6,6	11,3
Técnico	-	-	-	-
Superior	0,7	2,3	-	2,3
Sem resposta	8,6	-	16,5	2,5

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

# 3

## Grau de bem-estar da população beneficiária e não-beneficiária





### 3.1 Serviços públicos acessados e qualidade

Depreende-se dos resultados obtidos que a maioria dos municípios pesquisados declara ter acesso aos principais serviços públicos listados – escola e posto de saúde são os dois serviços públicos mais acessíveis à população pesquisada, sendo que a escola também é o serviço de melhor qualidade.

Entre as opções apresentadas, a creche figura como o serviço público menos acessível à população.

Tabela 3.1.1 São Paulo							
Acesso	São Paulo(%)						
	Beneficiário				Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Telefone Público	93,6	100	83,1	99,0	100,0	90,6	100
Creche	38,0	11,5	43,1	55,0	45,8	15,6	33,3
Escola	79,4	100,0	89,2	86,2	95,8	78,1	95,2
Posto de saúde	87,3	100,0	89,2	98,1	87,5	75,0	100,0
Hospital	30,1	26,9	86,1	97,2	95,8	71,9	97,6
Transporte coletivo	15,9	38,5	72,3	55,9	62,5	15,6	100,0
Transporte escolar	88,9	100,0	93,8	84,4	100,0	93,7	83,3
Segurança Pública	88,9	88,5	56,9	78,0	83,3	90,6	50,0
Energia elétrica	88,9	76,9	90,8	99,0	100,0	62,5	97,6
Sem acesso	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 3.1.2 Maranhão						
Acesso	Maranhão (%)					
	Beneficiário			Controle		
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Telefone Público	91,4	86,7	74,2	76,9	83,3	85,0
Creche	60,0	66,7	25,8	15,4	66,7	10,0
Escola	91,4	86,7	82,3	76,9	100,0	75,0
Posto de saúde	80,0	86,7	64,5	53,9	83,3	80,0
Hospital	71,4	86,7	64,5	28,6	83,3	85,0
Transporte coletivo	68,6	80,0	23,0	5,7	83,3	15,0
Transporte escolar	68,6	60,0	-	17,1	83,3	15,0
Segurança Pública	74,3	86,7	47,0	28,6	100,0	70,0
Energia elétrica	85,7	80,0	71,0	25,7	100,0	55,0
Sem acesso	5,7	13,3	6,5	2,9	-	10,0

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 3.1.3 Ceará</b>				
Serviço	Ceará(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Telefone público	93,5	92,7	91,6	95,9
Creche	74,4	86,7	85,5	79,6
Escola	93,1	92,0	95,2	95,9
Posto de Saúde	91,5	89,3	92,8	85,7
Hospital	85,4	83,3	86,7	77,6
Transporte coletivo	91,5	86,7	91,6	79,6
Transporte escolar	96,3	84,7	95,2	79,6
Segurança pública	89,0	92,0	89,2	93,9
Eletrificação rural	96,7	92,7	97,6	95,9
Sem acesso	1,6	4,7	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 3.1.4 Bahia</b>			
Serviço	Bahia(%)		
	Beneficiário		Controle
	Bom Jesus da Lapa		Riacho de Santana
Telefone público	26,0		23,5
Creche	-		29,4
Escola	76,0		47,0
Posto de Saúde	16,0		-
Hospital	12,0		-
Transporte coletivo	20,0		82,4
Transporte escolar	74,0		53,0
Segurança Pública	4,0		-
Sem acesso	14,0		11,8

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 3.1.5 Minas Gerais</b>				
Serviços	Minas Gerais(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritzeiro
Telefone Público	61,5	77,1	83,3	94,4
Creche	36,7	29,5	33,3	38,9
Escola	84,4	77,1	76,7	94,4
Posto de Saúde	90,8	90,2	83,3	100,0
Hospital	81,7	85,2	76,7	94,4



**Tabela 3.1.5 Minas Gerais**

Serviços	Minas Gerais(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritizeiro
Transporte coletivo	88,1	96,7	100,0	88,9
Transporte escolar	85,3	73,8	70,0	88,9
Segurança pública	26,6	52,5	50,0	66,7
Eletrificação rural	48,6	68,9	100,0	66,7
Sem acesso	0,9	3,3	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

### 3.2 Quantidade de casas

Na maioria das unidades familiares de produção, só existe uma casa. O município beneficiário que mais se encaixa no perfil encontrado é João Pinheiro, no estado de Minas Gerais, onde 75,4% das unidades familiares de produção possuem somente uma casa. O município beneficiário que mais diverge do perfil encontrado é São Miguel Arcanjo, no estado de São Paulo, onde 41,3% das unidades familiares de produção possuem somente uma casa.

**Tabela 3.2.1 São Paulo**

Quantidade de casas	São Paulo(%)						
	Beneficiário				Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
01	41,3	63,0	59,4	57,4	58,3	75,0	54,1
02	34,9	25,9	15,6	26,9	16,7	18,7	24,3
03	9,5	3,7	10,9	6,5	16,7	-	10,8
Mais de 3	4,8	7,4	7,8	4,6	4,2	-	2,7
Sem Resposta	-	-	-	0,9	-	-	-

Fonte: pesquisa de campo, 2006

**Tabela 3.2.2 Maranhão**

Quantidade de casas	Maranhão (%)					
	Beneficiário			Controle		
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
01	71,4	53,3	54,8	92,3	33,3	65,0
02	11,4	13,3	21,0	-	16,7	25,0
03	-	-	4,8	-	-	-
Mais de 3	2,9	13,3	6,5	-	33,3	-
Sem resposta	14,3	13,4	12,9	7,7	16,7	10,0

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 3.2.3 Ceará</b>				
Quantidade de casas	Ceará(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
01	44,3	43,3	53,0	24,5
02	21,1	14,0	18,1	14,3
03	8,9	8,7	10,8	6,1
Mais de 3	15,0	12,0	12,0	18,4
Sem resposta	10,7	22,0	6,1	36,7

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 3.2.4 Bahia</b>		
Quantidade de casas	Bahia(%)	
	Beneficiário	Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
01	62,0	76,5
02	10,0	-
03	8,0	-
Mais de 3	4,0	-
Sem Resposta	2,0	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 3.2.5 Minas Gerais</b>				
Quantidade de casas	Minas Gerais(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritizero
01	66,9	75,4	56,7	61,1
02	18,3	16,4	23,3	-
03	7,3	6,6	20,0	-
Mais de 3	4,6	1,6	-	16,7
Sem Resposta	2,9	-	-	22,2

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

### 3.3 Material de construção utilizado

Com relação ao material de construção usado nas residências, não se deve considerar aspectos culturais da região, além da segurança que os titulares possuem para investir nas unidades familiares de produção e a renda deles, o que resulta em uma arquitetura própria. Nesse item, a grande maioria das casas localizadas nas unidades familiares de produção é feita de alvenaria ou de adobe. Tal perfil indica que os titulares das propriedades possuem certa confiança na posse das terras, mesmo sem ter o título de posse, pois a maioria das casas é de alvenaria, o que demanda um grande investimento para os titulares, que não o fariam caso não tivessem confiança na posse das terras. O município beneficiário que mais se encaixa nesse perfil é São Miguel Arcanjo, no estado de São Paulo, onde 88,9% das unidades familiares de produção possuem construções de alvenaria, e o município que mais se distancia desse perfil é Pedro Rosário, no estado do Maranhão, onde 6,7% das unidades familiares de produção possuem construções de alvenaria e 73,3% possuem construções de taipa.

**Tabela 3.3.1 São Paulo**

Material	São Paulo(%)						
	Beneficiário				Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Alvenaria	88,9	53,6	84,1	82,4	62,5	37,5	86,5
Madeira	3,2	32,1	7,9	8,3	25,0	43,8	13,5
Adobe	-	3,6	-	-	-	-	-
Taipa	-	7,1	6,3	4,6	12,5	12,5	-
Sem resposta	7,9	3,6	1,7	4,7	-	6,2	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

**Tabela 3.3.2 Maranhão**

Material	Maranhão (%)					
	Beneficiário			Controle		
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Alvenaria	31,4	6,7	9,7	7,7	33,3	10,0
Madeira	2,9	-	16,1	-	-	30,0
Taipa	48,6	73,3	59,7	84,6	50,0	50,0
Sem resposta	-	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

**Tabela 3.3.3 Ceará**

Material	Ceará(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Alvenaria	78,0	88,0	81,9	79,6
Madeira	0,9	-	-	-
Taipa	14,6	2,0	13,3	2,0
Sem resposta	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

**Tabela 3.3.4 Bahia**

Material	Bahia(%)	
	Beneficiário	Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
Alvenaria	28,0	29,5
Madeira	2,0	-
Adobe	44,0	47,0
Taipa	12,0	-
Sem resposta	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 3.3.5 Minas Gerais				
Materiais	Minas Gerais(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritizeiro
Alvenaria	11,0	86,9	56,7	66,6
Madeira	-	-	-	-
Adobe	87,1	11,5	33,3	27,8
Sem resposta	0,9	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

### 3.4 Estágio de construção

De maneira geral, as construções existentes nas unidades familiares de produção se encontram acabadas para seus proprietários – em João Pinheiro, 75,4% das construções na unidade de produção encontram-se nesse estágio. O município que mais se distancia desse perfil é Bom Jesus da Lapa, no estado da Bahia, onde apenas 4% das construções na unidade de produção encontram-se acabadas.

Tabela 3.4.1 São Paulo							
Estágio	São Paulo(%)						
	Beneficiário				Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Acabada	63,5	71,4	31,3	41,7	62,5	46,9	21,6
Semi-acabada	30,2	17,9	62,5	41,7	29,2	34,4	45,9
Sem Resposta	4,7	7,1	1,5	2,7	-	6,2	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 3.4.2 Maranhão						
Estágio	Maranhão (%)					
	Beneficiário			Controle		
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Acabada	17,1	6,7	21,0	15,4	83,3	40,0
Semi acabada	42,9	40,0	40,3	30,8	-	35,0
Sem resposta	17,1	20,0	14,5	-	16,7	10,0

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 3.4.3 Ceará				
Estágio	Ceará(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Acabada	30,5	75,3	32,5	71,4
Semi-acabada	58,5	13,3	60,2	4,1
Sem resposta	7,3	10,7	6,1	22,5

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 3.4.4 Bahia		
Estágio	Bahia(%)	
	Beneficiário	Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
Acabada	4,0	-
Semi-acabada	56,0	23,5
Sem Resposta	14,0	23,6

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 3.4.5 Minas Gerais				
Estágio	Minas Gerais(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritizeiro
Acabada	70,6	75,4	76,7	55,6
Semi-acabada	25,7	21,3	23,3	44,4
Sem Resposta	1,9	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

### 3.5 Quantidade de cômodos

A residência dos titulares das unidades de produção em geral possui de três a cinco cômodos. O município beneficiário que mais se aproxima desse perfil é Eldorado, no estado de São Paulo, onde 67,7% dos domicílios apresentam de três a cinco cômodos. O município que mais se distancia do perfil encontrado é Novo Cruzeiro, em Minas Gerais, onde 83,3% dos domicílios apresentam acima de cinco cômodos.

Tabela 3.5.1 São Paulo							
Número de cômodos	São Paulo(%)						
	Beneficiário				Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Até 2	6,3	10,7	6,5	6,5	-	3,2	13,5
De 3 a 5	50,8	64,3	67,7	67,0	50,0	54,8	73,0
Acima de 5	36,5	21,4	22,6	22,8	50,0	35,5	13,5
Sem resposta	6,4	3,6	3,2	3,7	-	6,5	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 3.5.2 Maranhão						
Número de cômodos	Maranhão (%)					
	Beneficiário			Controle		
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Até 2	17,1	6,6	24,2	-	-	25,0
De 3 a 5	54,2	66,6	56,5	23,0	83,3	65,0
Acima de 5	25,7	13,3	19,3	69,2	16,7	10,0
Sem resposta	3,0	13,5	-	7,8	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 3.5.3 Ceará</b>				
Número de cômodos	Ceará(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Até 2	6,5	11,3	2,4	20,4
De 3 a 5	63,0	33,3	39,8	24,5
Acima de 5	28,9	54,0	56,6	51,0
Sem resposta	1,6	1,4	1,2	4,1

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 3.5.4 Bahia</b>		
Número de cômodos	Bahia(%)	
	Beneficiário	Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
Até 2	20,0	29,4
De 3 a 5	50,0	23,5
Acima de 5	28,0	47,1
Sem resposta	2,0	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 3.5.5 Minas Gerais</b>				
Número de cômodos	Minas Gerais(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritizeiro
Até 2	1,8	1,6	-	-
De 3 a 5	23,8	31,1	16,7	33,3
Acima de 5	74,4	67,3	83,3	66,7
Sem resposta	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

### 3.6 Destino do lixo produzido nas unidades de produção

A prática adotada com relação ao lixo produzido nas unidades de produção pesquisadas é o da queima, sendo que 85,3%, em João Pinheiro, adotam essa prática. Interessante notar que a prática se mantém mesmo em situações relativamente atípicas para o meio rural, como é o caso da extensão dos serviços de limpeza para o meio rural. Em São Paulo, por exemplo, embora exista um número significativo de unidades de produção com acesso aos serviços de coleta de lixo, um número também expressivo continua adotando aquela prática.

<b>Tabela 3.6.1 São Paulo</b>							
Destino	São Paulo(%)						
	Beneficiário				Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Grota/cisterna	-	-	-	0,9	-	-	-
Queimado na propriedade	30,6	46,4	67,2	45,8	66,6	51,6	62,2
Terreno baldio/estrada	-	-	9,4	1,9	4,2	6,5	5,4
Caçamba de serviço de limpeza	46,8	42,9	12,4	42,1	8,3	32,3	27,0
Rio, lago ou mar	-	-	-	-	-	-	-
Enterrado na propriedade	14,3	7,1	1,6	3,7	16,7	-	-
Sem Resposta	6,7	3,6	1,6	3,7	-	9,6	5,4

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 3.6.2 Maranhão</b>						
Destino do Lixo	Maranhão (%)					
	Beneficiário			Controle		
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Em grota ou cisterna	8,6	6,7	1,6	-	-	-
Queimado na propriedade	60,0	40,0	71,0	84,6	50,0	55,0
Terreno baldio/estrada	22,9	20,0	17,7	7,9	33,3	20,0
Caçamba de serviço de limpeza	-	-	-	-	-	5,0
Rio, lago ou mar	-	-	-	-	-	-
Enterrado na propriedade	5,7	20,0	4,8	-	16,7	10,0
Sem Resposta	2,8	13,3	4,9	7,5	-	10,0

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 3.6.3 Ceará</b>				
Destino do Lixo	Ceará(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Grota/cisterna	4,5	1,3	1,2	1,3
Queimado na propriedade	46,3	48,7	54,2	48,7
Terreno baldio/estrada	5,3	38,0	10,9	38,0
Caçamba de serviço de limpeza	12,6	8,0	6,0	8,0
Rio,lago ou mar	0,4	-	-	-
Enterrado na propriedade	27,6	3,3	26,5	3,3
Sem Resposta	2,5	-	0,0	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 3.6.4 Bahia		
Destino do Lixo	Bahia	
	Beneficiário	
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
Grota/cisterna	-	-
Queimado na propriedade	30,6	76,5
Terreno baldio/estrada	57,2	5,9
Caçamba de serviço limpeza	-	-
Rio, lago ou mar	-	-
Enterrado na propriedade	2,0	-
Sem Resposta	4,1	17,6

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 3.6.5 Minas Gerais				
Destino	Minas Gerais(%)			
	Beneficiário			Controle
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritzeiro
Grota/cisterna	1,8	4,9	-	-
Queimado na propriedade	82,6	85,3	86,6	72,2
Terreno baldio/estrada	4,6	3,3	6,7	11,1
Caçamba de serviço limpeza	-	3,3	-	-
Rio, lago ou mar	-	-	-	-
Enterrado na propriedade	1,8	1,6	-	16,7
Sem Resposta	1,0	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

### 3.7 Acesso à energia elétrica

A maior parte das unidades familiares de produção são servidas de energia elétrica. O município beneficiário que mais se aproxima desse perfil é Beberibe, no estado do Ceará, onde 95% das unidades de produção são servidas por energia elétrica. O município beneficiário que mais se distancia desse perfil é Cândido Mendes, no Maranhão, onde 21% das unidades de produção são servidas por energia elétrica.

Tabela 3.7.1 São Paulo							
Eletrificação	São Paulo(%)						
	Beneficiário					Controle	
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Sim	84,1	53,6	92,1	92,5	100,0	43,3	91,9
Sem resposta	11,1	7,1	1,6	2,8	-	6,7	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006



<b>Tabela 3.7.2 Maranhão</b>						
Eletrificação	Maranhão (%)					
	Beneficiário			Controle		
	Zé Doça	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Sim	57,1	33,3	21,0	92,3	83,3	-
Não	42,9	66,7	79,0	7,7	16,7	100,0
Sem resposta	-	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 3.7.3 Ceará</b>				
Eletrificação	Ceará(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Sim	95,1	92,7	91,6	93,9
Não	4,9	7,3	8,4	6,1
Sem resposta	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 3.7.4 Bahia</b>		
Eletrificação	Bahia(%)	
	Beneficiário	Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
Sim	58,0	70,6
Não	42,0	29,4
Sem resposta	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 3.7.5 Minas Gerais</b>				
Eletrificação	Minas Gerais(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritzeiro
Sim	86,2	67,2	93,3	5,6
Não	13,8	32,8	6,6	94,4
Sem resposta	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

### 3.8 Bens de consumo

Neste caso, o bem mais encontrado nas unidades de produção é o aparelho de televisão, variando pouco de região para região. O município beneficiário que mais se aproxima desse perfil é São Miguel Arcanjo, no estado de São Paulo, onde 95,2% das famílias pesquisadas pelo Programa Cadastro de Terras possuem aparelho de te-

levisão. O município beneficiário que mais se distancia desse perfil é Bom Jesus da Lapa, na Bahia, onde apenas 22,0 % das famílias pesquisadas pelo Programa Cadastro de Terras têm aparelho de televisão.

Tabela 3.8.1 São Paulo							
Bens de Consumo	São Paulo(%)						
	Beneficiário				Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Televisão	95,2	63,0	75,5	76,8	95,9	44,8	81,1
Radio	-	63,0	67,8	69,4	85,0	65,5	-
Antena parabólica	85,7	-	52,7	70,4	90,5	41,4	70,3
Geladeira	100,0	77,8	88,3	85,2	100,0	51,7	89,2
Liquidificador	90,5	66,7	59,0	69,4	85,0	41,4	64,9
Máquina lavar roupas	80,9	70,4	-	-	-	-	62,2

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 3.8.2 Maranhão						
Bens de Consumo	Maranhão (%)					
	Beneficiário				Controle	
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Televisão	74,3	46,7	61,3	53,8	33,3	70,0
Rádio	48,6	66,7	56,5	53,8	50,0	30,0
Liquidificador	68,6	33,3	43,6	38,5	33,3	45,0
CD	45,7	6,7	17,8	23,1	33,3	30,0
Geladeira	68,6	40,0	45,2	23,1	66,7	70,0

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 3.8.3 Ceará				
Bens de Consumo	Ceará(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Televisão	84,1	88,0	88,0	87,8
Geladeira	73,2	76,7	77,1	81,6
Rádio	65,9	76,7	67,5	79,6
Liquidificador	51,6	50,7	42,2	57,1
Parabólica	50,0	41,3	14,5	51,0

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 3.8.4 Bahia		
Bens de Consumo	Bahia(%)	
	Beneficiário	Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
Televisão	22,0	14,3
Radio	29,9	33,3
Geladeira	13,0	9,5
Bicicleta	-	-
Telefone fixo	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 3.8.5 Minas Gerais				
Bens de Consumo	Minas Gerais (%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritizeiro
Televisão	65,1	68,9	86,7	-
Aparelho com CD	-	-	-	5,6
Geladeira	59,6	67,2	70,0	11,1
Liquidificador	37,6	55,1	66,7	-
Maquina de lavar roupa	-	-	-	5,6
Parabólica	35,8	62,3	83,3	-
Rádio	73,5	62,3	70,0	55,6
Automóvel	-	-	-	11,1
Nenhum	-	-	-	38,9

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

### 3.9 Investimentos feitos nos últimos dois anos

A maior parte dos titulares das unidades de produção não fez nenhum tipo de investimento na propriedade.

Tabela 3.9.1 São Paulo							
Tipo de Investimento	São Paulo(%)						
	Beneficiário			Grupo de Controle			
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Não houve investimento	36,8	14,0	41,6	16,4	32,4	24,0	24,4
Aumento da área plantada	13,2	11,6	15,6	17,9	-	10,0	17,8
Plantio ou melhoria de pastagem	7,9	18,6	9,0	12,9	8,8	20,0	4,4
Aquisição de animais	5,3	14,0	7,8	11,9	8,8	14,0	4,4
Reforma/ampliação de benfeitorias	6,6	-	5,2	8,5	8,8	10,0	2,3
Construção de novas benfeitorias	7,9	18,6	3,9	8,5	11,8	8,0	26,7
Reforma na casa	7,9	23,2	14,3	13,4	20,6	12,0	17,8
Aquisição de terras	-	-	1,3	6,5	2,9	-	-
Maquinário	3,9	-	-	2,0	5,9	2,0	2,2
Outros	10,5	-	1,3	2,0	-	-	-
Sem resposta	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 3.9.2 Maranhão</b>						
Tipo de investimento	Maranhão (%)					
	Beneficiário			Controle		
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Não houve investimento	17,1	26,7	25,8	76,9	33,3	45,0
Aumento da área plantada	11,4	9,1	25,8	-	-	
Plantio ou melhoria de pastagem	60,0	45,5	45,2	-	25,0	40,0
Aquisição de animais	20,0	18,2	14,5	-	-	15,0
Reforma/ampliação de benfeitorias	26,6	18,2	16,1	-	50,0	20,0
Construção de novas benfeitorias	17,1	9,2	11,3	7,7	25,0	20,0
Reforma na casa	-	27,3	19,4	7,7	25,0	10,0
Aquisição de terras	-		6,5	7,7	-	-
Maquinário	-	-	-	-	-	-
Outros	-		3,2	-	-	5,0
Sem resposta	-	18,2	-	-	25,0	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 3.9.3 Ceará</b>				
Tipo de investimento	Ceará(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Não houve investimento	61,0	64,0	69,4	57,8
Aumento da área plantada	9,3	11,3	14,3	8,4
Plantio ou melhoria de pastagem	4,9	2,0	-	16,9
Aquisição de animais	1,2	2,7	4,1	-
Reforma/ampliação de benfeitorias	1,6	3,3	2,0	2,4
Construção de novas benfeitorias	2,0	0,7	-	1,2
Reforma na casa	11,0	8,0	2,0	12,0
Aquisição de terras	3,3	1,3	-	1,2
Maquinário	0,4	0,7	2,0	-
Outros	2,4	2,0	-	1,2
Sem resposta	10,2	13,3	8,2	10,8

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 3.9.4 Bahia</b>		
Tipo de investimento	Bahia(%)	
	Beneficiário	Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
Não houve investimento	72,0	44,4
Aumento da área plantada	-	27,8
Plantio ou melhoria de pastagem	20,0	27,8
Aquisição de animais	-	-
Reforma/ampliação de benfeitorias	-	-
Construção de novas benfeitorias	-	-
Reforma na casa	-	-
Aquisição de terras	-	-
Máquinário	-	-
Outros	2,0	-
Sem resposta	6,0	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 3.9.5 Minas Gerais</b>				
Tipos de investimentos	Minas Gerais(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritizinho
Não houve investimento	48,6	29,6	36,7	27,8
Aumento da área plantada	9,2	8,2	3,3	-
Plantio ou melhoria de pastagem	9,2	18,0	6,7	11,1
Aquisição de animais	17,4	29,5	-	11,1
Reforma/ampliação de benfeitorias	10,1	24,6	13,3	11,1
Construção de novas benfeitorias	14,7	16,4	10,0	16,7
Reforma na casa	25,7	23,0	30,0	27,8
Aquisição de terras	-	4,9	-	-
Máquinário	2,8	11,5	-	-
Outros	5,5	-	6,7	16,7
Sem resposta	-	1,6	16,7	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006









## 4.1 Rendas por transferências públicas

Programas criados em vários governos com a intenção de minimizar as carências sociais são responsáveis por boa parte da renda percebida pelos agricultores familiares – o estudo realizado evidencia que uma das formas de renda mais importantes que os agricultores familiares possuem é a renda por transferências públicas. De acordo com os dados encontrados, os agricultores familiares potenciais beneficiários do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária percebem até um salário mínimo/mês.<sup>8</sup> O município de Bom Jesus da Lapa, na Bahia, é o local com maior concentração de agricultores nessa situação – lá, 76% declaram receber até um salário mínimo/mês. Os agricultores entrevistados em Minas Gerais, por outro lado, distanciam-se desse perfil – tome-se como exemplo o município de João Pinheiro, onde 59 % dos agricultores não recebem benefícios. Entre os agricultores entrevistados, uma parcela significativa declara possuir entre 40 e 59 anos, ou seja, agricultores que ainda não acessaram o sistema de seguridade social; a tendência, portanto, é que esse tipo de transferência assuma um peso ainda maior na renda auferida pelos agricultores. A média dos entrevistados que declara receber Bolsa Família é de aproximadamente 20%, percentual igual à média nacional. Aposentadoria e Bolsa Família são os benefícios mais recebidos.

**Tabela 4.1.1 – São Paulo**

Renda em Salários Mínimos	São Paulo (%)						
	Beneficiário				Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Não se aplica	65,2	61,6	60,0	62,3	50,0	43,7	57,1
<1	6,3	15,4	27,7	14,7	8,4	34,4	21,4
1 a 2	20,6	15,4	7,7	10,1	29,1	21,9	16,7
2 a 5	6,3	3,8	4,6	10,1	12,5	-	4,8
5 a 10	1,6	3,8	-	2,8	-	-	-
> 10	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

**Tabela 4.1.2 - Maranhão**

Renda em Salários Mínimos	Maranhão(%)					
	Beneficiário				Controle	
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Não se aplica	37,2	26,7	27,4	15,4	16,6	40,0
<1	51,4	53,3	48,4	84,6	66,7	40,0
1 a 2	11,4	20,0	24,2	-	16,7	20,0
2 a 5	-	-	-	-	-	-
5 a 10	-	-	-	-	-	-
> 10	-	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

**Tabela 4.1.3 – Ceará**

Renda em Salários Mínimos	Ceará(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Não se aplica	28,9	38,0	31,3	22,4
<1	49,2	56,0	54,2	55,1

<sup>8</sup> Salário mínimo pago em 2006.

Tabela 4.1.3 – Ceará				
Renda em Salários Mínimos	Ceará(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
1 a 2	20,7	4,7	14,5	22,5
2 a 5	1,2	1,3	-	-
5 a 10	-	-	-	-
> 10	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 4.1.4 – Bahia		
Renda em Salários Mínimos	Bahia(%)	
	Beneficiário	Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho Santana
Não se aplica	22,0	64,7
<1	76,0	35,3
1 a 2	-	-
2 a 5	2,0	-
5 a 10	-	-
> 10	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 4.1.5 - Minas Gerais				
Renda em Salários Mínimos	Minas Gerais (%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritzeiro
Não se aplica	44,9	59,0	40,0	27,8
<1	27,5	19,7	36,7	61,0
1 a 2	22,1	16,4	16,7	-
2 a 5	5,5	4,9	6,6	5,6
5 a 10	-	-	-	5,6
> 10	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

Tabela 4.1.6 – Benefícios recebidos												
Benefícios	Beneficiários (%)											
	São Paulo				Maranhão			Minas Gerais		Ceará		Bahia
	SMA	I	E	SB	ZD	PR	CM	MN	JP	BE	IN	BJL
Aposentadoria	52,4	65,0	58,0	50,5	28,6	46,7	43,6	36,7	31,1	53,3	59,3	36,5
Bolsa família	6,8	14,2	22,5	9,7	25,7	20,0	37,1	28,4	9,8	32,1	16,0	5,8
Pensão	18,7	28,5	16,7	15,2	-	-	4,8	11,9	6,6	5,7	11,3	-
Bolsa Escola	15,2	7,1	7,9	17,6	22,9	20,0	6,5	3,7	9,8	15,0	16,0	11,5
Vale Gás	3,4	14,2	8,1	4,1	-	-	1,6	5,5	1,6	6,5	8,7	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006.

# 5

## Tecnologia e organização da produção





## 5.1 Prática de agricultura orgânica

Entre os agricultores entrevistados, a maioria não pratica agricultura orgânica e, entre os que o fazem, um número insignificante afirma possuir uma certificação. O município que apresentou maior índice foi Beberibe, no Ceará, com 3,3% dos entrevistados declarando praticar uma agricultura orgânica certificada. A falta de orientação técnica, que poderá ser constatada mais adiante, responsável pela difusão de técnicas ecologicamente corretas e a ainda baixa percepção dos agricultores sobre os benefícios que uma agricultura orgânica pode trazer são fatores que podem justificar esse resultado.

**Tabela 5.1.1 – São Paulo**

Agricultura orgânica	São Paulo (%)						
	Beneficiário				Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Prática – Certificada	-	-	-	-	-	-	-
Prática – Não certificada	-	3,8	38,5	0,9	-	-	-
Não pratica.	100,0	96,2	61,5	99,1	100,0	100,0	97,6
Não respondeu	-	-	-	-	-	-	2,4

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

**Tabela 5.1.2 - Maranhão**

Agricultura orgânica	Maranhão (%)					
	Beneficiário				Controle	
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Prática – Certificada	-	-	-	-	-	-
Prática- Não Certificada	28,6	40,0	34,0	53,8	16,7	40,0
Não pratica	71,4	60,0	66,0	46,2	83,3	60,0

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

**Tabela 5.1.3 - Ceará**

Agricultura orgânica	Ceará(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Não prática	64,2	76,0	61,5	79,6
Prática – Certificada	3,3	1,3	8,4	-
Prática - Não certificada	32,5	22,7	30,1	20,4

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 5.1.4 - Bahia		
Agricultura orgânica	Bahia(%)	
	Beneficiário	Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
Não pratica	100,0	100,0
Pratica - Certificada	-	-
Pratica - Não certificada	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 5.1.5 - Minas Gerais				
Agricultura orgânica	Minas Gerais (%)			
	Beneficiário			Controle
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritizeiro
Pratica - Certificada	-	-	-	-
Pratica - Não certificada	68,8	39,3	63,3	83,3
Não Pratica	31,2	60,7	36,7	16,7

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

## 5.2 Proteção de recursos naturais

Entre os dados coletados na pesquisa, os recursos hídricos mais apontados como protegidos são os poços, fonte de água potável mais comum entre a população estudada. No município de Bom Jesus da Lapa, 36% dos agricultores apontaram os poços como recursos preservados. O estado de Minas Gerais apresentou dados um pouco diferentes daqueles dos outros estados, pois os recursos apresentados pelos agricultores foram os rios, com quase 36% em Minas Novas, e as nascentes, com mais de 50% em João Pinheiro.

De um lado, a percepção da importância de preservar aquilo que está mais próximo e com impacto direto sobre o seu bem-estar e de sua própria família (no caso dos poços) e, de outro, a representação de rios importantes como o São Francisco e o Jequitinhonha nos municípios mineiros e a visível diminuição do fluxo de água de alguns desses rios podem ser fatores que contribuíram para a conscientização desses agricultores quanto à preservação das fontes de recursos hídricos.

Tabela 5.2.1 – São Paulo							
Recursos naturais protegidos	São Paulo (%)						
	Beneficiário					Controle	
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Lago	17,5	15,4	12,3	12,8	3,1	20,8	2,4
Nascente	33,3	50,0	52,3	61,5	37,5	91,7	61,9
Poço	50,8	-	26,1	33,0	21,9	-	4,8
Rio	55,5	53,8	35,4	58,7	50,0	83,3	42,8
Sem resposta	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 5.2.2 - Maranhão</b>						
Recursos naturais protegidos	Maranhão (%)					
	Beneficiário				Controle	
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Lago	17,1	1,0	1,6	0,0	0,0	10,0
Nascente	2,9	0,0	14,5	0,0	0,0	10,0
Poço	28,6	33,3	41,9	0,0	66,7	65,0
Rio	25,7	40,0	8,7	30,8	33,3	25,0
Sem resposta	25,7	25,7	33,3	69,2	0,0	0,0

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 5.2.3 - Ceará</b>				
Recursos naturais protegidos	Ceará (%)			
	Beneficiário			Controle
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Lago	13,8	25,3	16,9	12,2
Nascente	0	0,7	1,2	0,0
Poço	30,5	40,0	14,5	34,7
Rio	15,0	5,3	13,2	0,0
Sem resposta	40,7	26,0	54,2	47,0

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 5.2.4 - Bahia</b>		
Recursos naturais protegidos	Bahia (%)	
	Beneficiário	Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
Lago	0,0	0,0
Nascente	6,0	11,8
Poço	36,0	47,1
Rio	0,0	0,0
Sem resposta	52,0	35,3

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 5.2.5 - Minas Gerais</b>				
Recursos naturais protegidos	Minas Gerais (%)			
	Beneficiário			Controle
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritizeiro
Lago	0,9	1,64	0,0	0,0
Nascente	18,3	50,8	26,7	16,7
Poço	5,5	3,3	30,0	0,0
Rio	35,8	44,3	46,7	38,9
Sem resposta	39,5	0,0	0,0	44,4

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

### 5.3 Orientação técnica

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural entre os agricultores potenciais beneficiários do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária são praticamente inexistentes. Para se ter uma idéia, no município de Zé Doca, no Maranhão, menos de 6% dos agricultores recebem orientação técnica. O estado de São Paulo apresentou números um pouco maiores, com média de quase 30% em Iporanga e Eldorado. Já o município de São Miguel Arcanjo, em São Paulo, apresentou índices maiores, o que talvez seja explicado pelo fato de que a maioria da orientação técnica recebida pelos agricultores seja proveniente de serviços particulares, diferentemente do que ocorre no resto do país, onde a maioria da orientação técnica é oferecida por serviços estatais.

Tabela 5.3.1 - São Paulo							
Orientação Técnica	São Paulo (%)						
	Beneficiário				Grupo de Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Sim	39,6	28,6	29,7	11,3	26,1	6,3	5,4
Não	57,1	67,8	70,3	75,0	73,9	90,6	91,9
Sem resposta	3,3	3,6	-	13,7		3,1	2,7

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 5.3.1a - São Paulo							
Origem	São Paulo (%)						
	Beneficiário				Grupo de Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
ONG	-	-	-	0,9	-	6,3	-
Serviço particular	15,9	-	-	0,9	4,2	-	-
Serviço municipal	-	-	18,8	8,4	-	-	-
Serviço estadual	12,7	25,0	3,1	7,4	16,6	-	-
Cooperativa	7,9	-	-	-	4,2	-	-
Outro	6,3	7,1	6,3	7,4	4,2	-	5,4

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 5.3.2 - Maranhão						
Orientação técnica	Maranhão (%)					
	Beneficiário				Controle	
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Sim	5,7	-	1,6	23,1	-	15,0
Não	94,3	100,0	98,4	76,9	100,0	85,0
Sem resposta	-	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006



<b>Tabela 5.3.3 – Ceará</b>				
Orientação técnica	Ceará (%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Sim	6,1	12,7	9,6	8,2
Não	93,9	87,3	90,4	91,8
Sem resposta	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 5.3.4 - Bahia</b>		
Orientação técnica	Bahia (%)	
	Beneficiário	Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
Sim	4,0	-
Não	96,0	100,0
Sem resposta	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 5.3.5 - Minas Gerais</b>				
Orientação Técnica	Minas Gerais (%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritizeiro
Sim	9,7	3,3	6,7	16,7
Não	90,3	96,7	93,3	83,3
Sem resposta	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

## 5.4 Principais produtos explorados

Os principais produtos apontados pelos agricultores são, em geral, os tipicamente produzidos pela agricultura familiar, respeitando a cultura e regionalidade, como é o caso do caju no Ceará. Assim, citam-se o feijão, o milho, o arroz, a abóbora, entre outros, como os produtos mais produzidos pelos agricultores. Ratificando o perfil de pequenos agricultores familiares, o grupo estudado declara que o autoconsumo é o principal destino da produção, não sendo significativo o número de agricultores que possuem excedentes para comercialização ou alguma eventual participação em programas de aquisição de alimentos patrocinados pela administração pública.

Tabela 5.4.1 – São Paulo							
Produtos	São Paulo (%)						
	Beneficiário				Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Arroz	-	13,3	-	-	-	10,0	-
Banana	-	16,3	22,9	22,0	-	16,3	37,8
Cana	-	-	-	-	-	-	11,1
Feijão	8,9	15,3	13,1	9,8	15,1	15,0	-
Frutas	-	-	-	-	-	-	10,0
Galinha	-	-	-	-	-	-	-
Laranja	-	-	-	-	17,4	-	-
Mandioca	11,2	16,3	18,3	16,8	10,5	20,0	18,9
Maracujá	-	-	7,2	-	-	-	-
Milho	9,5	15,3	10,5	9,1	19,8	20,0	-
Pasto	5,9	-	-	5,6	-	-	6,7
Uva	18,9	-	-	-	-	-	-
Verduras	-	-	-	-	10,5	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 5.4.2 – Maranhão						
Produto	Maranhão (%)					
	Beneficiário				Controle	
	Zé Doça	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Mandioca	43,0	66,7	90,0	92,3	83,3	75,0
Milho	60,0	73,3	83,0	92,3	66,7	80,0
Maxixe	-	33,3	58,0	61,5	50	50,0
Arroz	65,0	73,3	58,0	92,3	66,7	55,0
Quiabo	-	46,7	56,0	-	33,3	40,0
Carvão	-	-	-	53,8	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 5.4.3 – Ceará				
Produto	Ceará (%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Feijão	74,0	98,0	79,5	98,0
Milho	70,7	93,3	73,5	100,0
Algodão	-	1,3	-	-
Jerimum, macaxeira e melancia.	-	0,7	-	-
Algodão, arroz e capim	64,2	-	-	2,0
Mandioca	-	-	50,6	-
Caju in natura e castanha	37,4	-	49,4	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 5.4.4 – Bahia		
Produto	Bahia (%)	
	Beneficiário	Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
Feijão	28,2	24,6
Milho	24,4	18,5
Melancia	13,5	9,2
Capim	11,5	21,5
Abóbora	11,0	4,6

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 5.4.5 - Minas Gerais				
Produtos	Minas Gerais (%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritizeiro
Milho	88,1	60,7	66,7	44,4
Feijão	82,6	27,9	80,0	33,3
Mandioca	61,5	41,0	10,0	61,1
Cana-de-açúcar	50,5	59,0	10,0	16,7
Banana	38,5	-	-	27,8
Leite	-	31,2	6,7	-
Horta	-	-	13,3	16,7

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

## 5.5 Destino da produção

O principal destino da produção dos agricultores estudados é o consumo familiar. Bom Jesus da Lapa, na Bahia, apresenta 66% dos entrevistados afirmando esse destino para sua produção. Vários aspectos podem explicar esse fato: a baixa capitalização dos agricultores, o que os impede de realizar maiores investimentos em sua lavoura, portanto sem excedentes para comercialização; a ausência de um serviço de assistência técnica e extensão rural e a ausência de programas governamentais de aquisição de alimentos. O consumo animal e os intermediários também são destinos relevantes para a produção desses agricultores. O município de Beberibe, no Ceará, apresenta quase 28% dos agricultores estudados destinando sua produção para intermediários, e o município de Zé Doca, no Maranhão, aponta pouco mais de 34% dos agricultores destinando sua produção para o consumo animal. Considerando que o consumo animal, ao final, quase sempre remete ao consumo familiar, pois o leite produzido ou a ave abatida servirá para consumo da família do agricultor, pode-se esperar um percentual maior ainda de dependência da família pelos produtos por eles produzidos. O destino da produção para intermediários é o terceiro mais apontado e deve ser considerado à luz da baixa organização dos agricultores em torno de uma cooperativa de comercialização, por exemplo, como destacado nos itens anteriores.

Tabela 5.5.1 - São Paulo							
Destino da produção	São Paulo (%)						
	Beneficiário				Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Autoconsumo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Consumo animal	41,3	111,5	61,5	78,9	100,0	100,0	83,3
Governo	4,8	3,8	0,0	0,9	0,0	3,1	0,0
Intermediário	63,5	3,8	30,8	40,4	50,0	3,1	59,5
Mercado	28,6	57,7	33,8	17,43	70,8	100,0	21,4
Organizações sociais	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 5.5.2 – Maranhão						
Destinação	Maranhão (%)					
	Beneficiário				Controle	
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Autoconsumo	54,3	40,0	33,9	23,1	83,3	55,0
Consumo Animal	34,3	13,3	14,5	7,7	33,3	30,0
Intermediário	14,3	6,7	17,7	7,7	33,3	5,0
Mercado	22,9	-	8,1	15,4	-	10,0

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 5.5.3 – Ceará				
Destinação	Ceará (%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Autoconsumo	68,3	85,3	73,5	89,8
Intermediário	27,6	1,3	47,0	-
Consumo animal	6,9	6,0	13,3	2,0
Mercado	2,4	1,3	2,4	2,0

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 5.5.4 – Bahia		
Destino	Bahia (%)	
	Beneficiário	Controle
Autoconsumo	66,0	50,0
Consumo animal	34,0	50,0
Intermediário	-	-
Mercado	-	-
Organizações sociais	-	-
Governo	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 5.5.5 - Minas Gerais</b>				
Destino da produção	Minas Gerais (%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritzeiro
Autoconsumo	88,1	52,5	80,0	38,9
Consumo animal	32,11	60,6	16,7	11,1
Governo	-	-	-	-
Intermediário	1,8	19,7	26,7	-
Mercado	10,1	9,8	3,3	11,1
Organizações sociais	-	-	-	11,1

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

## 5.6 Integração à agroindústria

A integração dos produtos à agroindústria praticamente não ocorre entre esses agricultores. Os estados da Bahia e do Maranhão não apresentaram nenhuma resposta quanto a essa prática. Em João Pinheiro, Minas Gerais, houve uma ocorrência acima da apresentada nos outros municípios estudados com aproximadamente um quarto dos entrevistados afirmando integrar seus produtos à agroindústria, principalmente devido a um movimento firme de integração produtiva na cadeia do leite.

<b>Tabela 5.6.1 - São Paulo</b>							
Ocorrência de integração	São Paulo (%)						
	Beneficiário				Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Sim	6,3	0,0	3,1	13,8	33,3	0,0	0,0
Não	93,7	100,0	96,9	86,2	66,7	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 5.6.2 - Maranhão</b>						
Ocorrência de integração	Maranhão (%)					
	Beneficiário			Controle		
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Sim	-	-	-	-	-	-
Não	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 5.6.3 - Ceará</b>				
Ocorrência de integração	Ceará (%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Sim	13,0	3,3	44,	-
Não	87,0	96,7	55,4	100,0

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 5.6.4 - Bahia		
Ocorrência de integração	Bahia (%)	
	Beneficiário	Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
Sim	-	-
Não	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 5.6.5 - Minas Gerais				
Ocorrência de integração	Minas Gerais (%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritizeiro
Sim	3,7	26,2	13,3	11,1
Não	96,3	73,8	86,7	88,9

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 5.6.5.a - Minas Gerais				
Produtos	Minas Gerais (%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritizeiro
Aves	-	-	-	-
Suínos	75,0	-	-	-
Bovinos	75,0	93,3	50,0	-
Grãos	-	6,7	25,0	50,0
Cana	25,0	-	25,0	-
Outros	-	-	-	50,0

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

## 5.7 Métodos e práticas utilizadas

A queimada foi apontada por muitos agricultores como a prática mais adotada na instalação da lavoura. No estado do Maranhão, onde é comum encontrar a prática da roça de toco, ela ocorre em maior proporção, chegando a mais de 97% no município de Zé Doca, sendo menos relevante no estado da Bahia, com 15% no município de Bom Jesus da Lapa. Contudo, mesmo com tantas diferenças, o que se pode dizer é que os métodos são os mais tradicionais, ou seja, queimada, plantio direto, descanso do solo para recuperação, agrotóxicos e adubação química. Porém, vale ressaltar que o perfil traçado apresenta uma flutuação muito grande dependendo do município em questão, pois, quando se observa o município de São Miguel Arcanjo, em São Paulo, vê-se que a tração mecânica é muito utilizada, quase três em cada quatro agricultores, além de outros indicadores de modernização e emprego da técnica nas propriedades, bem diferente do que acontece em Bom Jesus da Lapa, na Bahia, onde pouco mais de 1% dos agricultores faz uso de tração mecânica.

**Tabela 5.7.1 - São Paulo**

Práticas de produção	São Paulo (%)						
	Beneficiário				Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Tração mecânica	74,2	7,1	-	19,4	50,0	3,1	-
Tração animal	8,1	13,6	4,7	1,9	45,8	-	-
Queimada	1,6	53,6	17,2	15,9	8,3	40,6	5,4
Rotação de culturas	41,9	-	23,4	24,1	54,2	34,4	13,5
Descanso do solo	38,7	-	32,8	33,3	29,2	43,8	21,6
Agrotóxico	79,0	-	49,2	36,1	58,3	6,3	51,4
Adubação química	80,6	-	46,9	36,1	70,8	6,3	32,4
Plantio direto	11,3	71,4	62,5	54,6	12,5	43,8	43,2
Rotação de pastagem	12,9	35,7	7,8	8,3	16,7	21,9	-
Bio-fertilizantes	45,2	7,1	7,8	14,8	8,3	15,6	8,1
Suplemento mineral	25,8	21,4	7,8	6,5	12,5	28,1	-
Calcário	77,0	-	21,9	36,1	62,5	-	2,7

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

**Tabela 5.7.2 - Maranhão**

Práticas de produção	Maranhão (%)					
	Beneficiário				Controle	
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governo Nunes Freire
Queimada	97,1	80,0	91,9	92,3	66,7	80,0
Rotação de culturas	20,0	-	3,2	-	-	-
Descanso	48,6	100,0	88,7	92,3	83,3	85,0
Agrotóxico	40,0	20,0	17,7	23,1	16,7	30,0
Adubação química	5,7	-	1,6	-	-	-
Plantio direto	11,4	6,7	3,2	-	-	5,0
Rotação de pastagem	22,9	20,0	19,9	-	-	-
Suplemento mineral	57,1	26,7	16,1	-	16,7	20,0
Calcário	2,9	-	-	-	-	-
Tração mecânica	8,6	-	-	-	-	-
Tração animal	2,9	-	-	-	-	-
Plantio em nível	2,9	-	-	-	-	-
Outros	11,4	-	9,7	7,7	-	10,0

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 5.7.3 – Ceará</b>				
Práticas de produção	Ceará (%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Plantio direto	33,3	25,3	33,7	18,4
Tração mecânica	32,9	54,7	24,1	44,9
Descanso de solo	30,1	12,7	14,5	18,4
Queimada	28,9	43,3	30,1	65,3
Tração animal	23,2	27,3	8,4	26,5
Adubação química	18,3	0,7	7,2	-
Agrotóxico	13,8	20,0	21,7	4,1
Rotação de culturas	6,9	24,7	1,2	28,6
Plantio em nível	4,5	2,7	9,6	-
Bio-fertilizantes	3,7	-	3,6	-
Controle biológico	3,3	5,3	14,5	-
Calcário	0,8	-	1,2	-
Rotação de pastagem	0,8	-	-	-
Suplemento mineral	0,8	-	-	-
Inseminação	0,4	-	-	-
Irrigação	0,4	0,7	-	-
Outros	28,5	12,0	38,6	16,3

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 5.7.4 - Bahia</b>		
Práticas de produção	Bahia (%)	
	Beneficiário	Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
Tração mecânica	1,1	2,5
Tração animal	25,1	21,2
Plantio em nível	1,1	-
Queimada	15,0	16,2
Rotação de culturas	2,1	5,0
Descanso de solo p/recuperação	23,5	17,5
Controle biológico praga/doenças	-	-
Agrotóxico	13,4	16,2
Adubação química	-	-
Plantio direto	15,5	18,7
Irrigação	-	-
Inseminação artificial	-	-
Rotação de pastagem	-	1,3
Bio-fertilizantes	-	-
Suplementação mineral	-	-
Calcário	-	-
Outros	3,2	1,3

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006



<b>Tabela 5.7.4 - Bahia</b>		
Práticas de produção	Bahia (%)	
	Beneficiário	Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
Tração mecânica	1,1	2,5
Tração animal	25,1	21,2
Plantio em nível	1,1	-
Queimada	15,0	16,2
Rotação de culturas	2,1	5,0
Descanso de solo p/recuperação	23,5	17,5
Controle biológico praga/doenças	-	-
Agrotóxico	13,4	16,2
Adubação química	-	-
Plantio direto	15,5	18,7
Irrigação	-	-
Inseminação artificial	-	-
Rotação de pastagem	-	1,3
Bio-fertilizantes	-	-
Suplementação mineral	-	-
Calcário	-	-
Outros	3,2	1,3

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 5.7.5 - Minas Gerais</b>				
Práticas de produção	Minas Gerais (%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritizeiro
Tração mecânica	16,5	70,5	50,0	50,0
Tração animal	21,1	34,4	26,7	22,2
Rotação de culturas	7,3	1,6	26,7	16,7
Descanso do solo	33,9	24,6	-	27,8
Agrotóxico	20,2	47,5	-	5,6
Adubação química	33,9	54,1	36,4	22,2
Irrigação	-	3,3	-	16,7
Rotação de pastagem	-	60,6	-	5,6
Bio-fertilizante	59,6	42,6	26,7	22,2
Suplemento mineral	-	70,5	3,3	33,3
Outros	22,9	8,2	20,0	22,2

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

## 5.8 Composição da mão-de-obra

A composição da mão-de-obra dentro das propriedades observadas é, em sua maioria, exclusivamente familiar. Mesmo tendo o consumo familiar como principal destino e não apresentando produtos muito exigentes em mão-de-obra, o município de Zé Doca, no Maranhão, apresentou um grande número de agricultores que não dependia da mão-de-obra exclusivamente familiar, o que fugiu do perfil da maioria dos entrevistados.

Tabela 5.8.1 - São Paulo							
Mão de Obra	São Paulo (%)						
	Beneficiário				Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Exclusivamente familiar	69,8	53,9	81,5	59,6	79,2	65,6	66,7
Predominantemente familiar	25,4	30,8	18,5	34,9	20,8	34,4	23,2
Contratada	1,6	11,5	-	4,6	-	-	4,8
Sem resposta	3,2	3,8	-	0,9	-	-	5,3

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 5.8.2 - Maranhão						
Mão de Obra	Maranhão (%)					
	Beneficiário				Controle	
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Exclusivamente familiar	48,6	53,3	48,4	84,6	83,3	60,0
Predominantemente familiar	22,9	26,7	38,7	7,7	16,7	30,0
Contratada	22,9	6,7	9,7	-	-	10,0
Sem resposta	5,6	13,3	3,2	7,7	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 5.8.3 - Ceará				
Mão de Obra	Ceará (%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Exclusivamente familiar	74,4	69,3	69,9	81,6
Predominantemente familiar	17,1	24,0	24,1	16,4
Contratada	3,7	5,3	2,4	2,0
Sem resposta	4,9	1,4	3,6	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 5.8.4 - Bahia		
Mão de Obra	Bahia (%)	
	Beneficiário	Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
Exclusivamente familiar	100,0	100,0
Predominantemente familiar	-	-
Contratada	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 5.8.5 - Minas Gerais				
Mão de Obra	Minas Gerais (%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritizeiro
Exclusivamente familiar	78,9	62,2	56,7	77,8
Predominantemente familiar	18,4	31,2	40,0	16,7
Contratada	0,9	3,3	3,3	5,5
Sem resposta	1,8	3,3	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

## 5.9 Acesso ao crédito convencional

O acesso dos agricultores ao crédito convencional não se mostra muito freqüente. No município de Independência, no Ceará, 12% dos agricultores afirmaram ter obtido algum tipo de financiamento convencional.

O principal fator que impede os agricultores de obter algum tipo de financiamento é o medo de contrair dívidas, fator apontado por 70% dos entrevistados em João Pinheiro, Minas Gerais. O resultado é particularmente importante, pois demonstra que, apesar de a “dificuldade em obter empréstimos” ter sido apontada por uma parcela significativa dos agricultores como uma das conseqüências da não-regularização de suas áreas, esse não é o fator que aparece aqui como limitante para a obtenção de financiamentos.

Os bancos estatais foram apontados como origem desse tipo de crédito na maioria dos estados. Em Pedro Rosário, no Maranhão, 75% dos agricultores que receberam esse tipo de crédito acessaram-no por meio de bancos estatais.

Tabela 5.9.1 - São Paulo							
Obtenção de Financiamento	São Paulo (%)						
	Beneficiário				Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Sim	25,4	21,4	14,1	17,6	12,5	9,4	8,1

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 5.9.1.a - São Paulo							
Fatores para não obtenção do crédito	São Paulo						
	Beneficiário				Grupo de Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Medo de contrair dívidas	38,1	44,4	50,0	41,9	62,5	54,8	64,7
Não sabe como obter	1,6	-	1,6	1,0	-	-	-
Falta garantia pessoal	11,1	14,8	11,3	19,0	16,7	19,4	38,2
Dívidas anteriores	1,6	-	-	-	4,2	-	-
Não precisou	19,0	18,5	21,0	19,0	8,3	19,4	17,6

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 5.9.1.b - São Paulo							
Origem do financiamento	São Paulo						
	Beneficiário				Grupo de Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Banco particular	11,1	3,6	12,5	9,3	-	6,3	2,7
Banco estatal	14,3	17,9	3,1	6,5	12,5	-	5,4
Microcrédito	-	-	-	0,9	-	-	-
Cooperativa	-	-	-	-	-	3,1	-
Empréstimo pessoal	-	-	-	0,9	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 5.9.2 - Maranhão						
Obtenção de financiamento	Maranhão (%)					
	Beneficiário				Controle	
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Sim	34,3	26,7	14,5	7,7	33,3	15,0

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 5.9.2.a - Maranhão						
Fatores para não obtenção do crédito	Maranhão (%)					
	Beneficiário				Controle	
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Medo de contrair dívidas	30,4	53,3	52,8	50,0	33,3	23,5
Não sabe como obter	4,3	-	-	-	16,7	5,9
Falta de garantia pessoal	26,1	6,7	22,6	-	-	11,8
Dívidas anteriores	4,3	-	5,7	-	-	5,9

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

**Tabela 5.9.2.b - Maranhão**

Origem do financiamento	Maranhão (%)					
	Beneficiário			Controle		
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Banco Estatal	66,6	75,0	11,1	-	100,0	66,6
Banco Particular	25,1	25,0	88,8	100,0	-	33,3
Microcrédito	8,3	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

**Tabela 5.9.3 - Ceará**

Obtenção de financiamento	Ceará (%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Sim	25,2	12,0	25,3	32,7

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

**Tabela 5.9.3.a - Ceará**

Fatores para não obtenção do crédito	Ceará (%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Medo de contrair dívidas	52,7	35,6	56,5	45,5
Não precisou	12,5	7,6	14,5	6,1
Falta de garantia pessoal	7,6	7,6	8,1	6,1
Dívidas anteriores	3,3	-	4,8	-
Não sabe como obter	2,7	3,8	6,5	3,0
Sem resposta	22,8	47,	9,7	42,4

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

**Tabela 5.9.3.b - Ceará**

Origem do financiamento	Ceará (%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Banco estatal	59,7	55,6	52,4	81,3
Banco particular	3,2	11,1	-	6,3
Microcrédito	17,7	5,6	4,8	6,3
Cooperativa	1,6	-	-	-
Empréstimo pessoal	16,1	-	33,3	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 5.9.4 - Bahia</b>		
Obtenção de financiamento	Bahia (%)	
	Beneficiário	Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
Sim	32,0	17,6

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 5.9.4.a - Bahia</b>		
Fatores para não obtenção do crédito	Bahia (%)	
	Beneficiário	Grupo de Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
Medo de contrair dívidas	57,5	53,3
Não sabe como obter	-	-
Falta de garantia pessoal	32,5	46,7
Dívidas anteriores	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 5.9.4.b - Bahia</b>		
Origem do financiamento	Bahia (%)	
	Beneficiário	Grupo de Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
Banco particular	-	-
Banco estatal	37,5	-
Microcrédito	43,6	33,3
Cooperativa	6,3	-
Empréstimo pessoal	6,3	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 5.9.5 - Minas Gerais</b>				
Obtenção de Financiamento	Minas Gerais(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritzeiro
Sim	21,1	18,0	13,3	38,9

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

**Tabela 5.9.5.a - Minas Gerais**

Fatores para não obtenção do crédito	Minas Gerais(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritizeiro
Medo de contrair dívidas	67,4	70,0	34,6	27,3
Não sabe como obter	2,3	-	3,8	-
Falta de garantia pessoal	3,5	-	7,7	9,1
Dívidas anteriores	-	-	3,8	-
Sem resposta	-	10,0	19,2	27,3

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

**Tabela 5.9.5.b - Minas Gerais**

Origem do financiamento	Minas Gerais(%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritizeiro
Banco Estatal	20,2	13,1	13,3	33,3
Banco Privado	-	3,3	-	-
Empréstimo pessoal	0,9	-	-	-
Microcrédito	-	1,6	-	5,6
Não se aplica	78,9	82,0	86,7	61,1

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

## 5.10 Acesso ao Pronaf

A quantidade de agricultores que tiveram acesso ao Pronaf, em geral, é baixa na maioria dos estados, sendo de 12,2% no município cearense de Beberibe. Contudo é importante mencionar que há exceções relevantes, principalmente em municípios que apresentam a maior parte de mão-de-obra exclusivamente familiar, como é o caso de Bom Jesus da Lapa, na Bahia, que, como foi observado, teve 100% da mão de obra exclusivamente familiar e 62,0% de acessos ao Pronaf .

**Tabela 5.10.1 - São Paulo**

Obtenção de	São Paulo (%)						
	Beneficiário				Grupo de Controle		
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Sim	22,2	-	4,8	0,9	20,8	9,4	10,8

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 5.10.2 - Maranhão</b>						
Obtenção de	Maranhão (%)					
	Beneficiário			Controle		
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Sim	37,1	13,3	19,4	46,2	33,3	15,0

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 5.10.3 - Ceará</b>				
Obtenção de	Ceará (%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Sim	12,2	6,7	10,8	26,5

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 5.10.4 - Bahia</b>		
Obtenção de	Bahia (%)	
	Beneficiário	Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
Sim	62,0	41,2

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 5.10.5 - Minas Gerais</b>				
Obtenção de	Minas Gerais (%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritizeiro
Sim	28,4	27,9	30,0	44,4

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

## 5.11 Grau de inadimplência

Analisando os dados quanto à inadimplência do crédito convencional, observa-se que um grande número de agricultores entrevistados está ou estará adimplente com esse tipo de crédito. No Maranhão se concentra a maior proporcionalidade de agricultores que declaram ter condições de quitar os créditos contraídos dentro dos prazos estabelecidos. Em contrapartida, os municípios do estado da Bahia declaram que terão maiores dificuldades em saldar suas dívidas.

Quanto ao pagamento do , assim como no caso do crédito convencional, pode-se observar que muitos agricultores estão na mesma situação, ou seja, declaram que estão ou estarão adimplentes no prazo de vencimento do empréstimo contraído por meio daquele Programa. Minas Gerais é o que apresenta a maior proporcionalidade de inadimplência para essa linha de crédito.

No entanto, este item deve ser analisado de maneira bastante criteriosa, uma vez que esses financiemen-



tos ainda permanecem abertos e as negociações para prorrogação de dívidas rurais são uma constante, o que pode determinar uma diminuição significativa no número de agricultores que se declararam inadimplentes no momento da pesquisa.

Tabela 5.11.1 - São Paulo							
Inadimplente – Crédito convencional	São Paulo (%)						
	Beneficiário					Controle	
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Sim	19,0	21,4	12,5	16,7	4,2	6,3	5,4

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 5.11.1a - São Paulo							
Inadimplente –	São Paulo						
	Beneficiário					Grupo de Controle	
	São Miguel Arcanjo	Iporanga	Eldorado	Sete Barras	Capão Bonito	Barra do Turvo	Juquiá
Sim	11,1	-	1,6	0,9	8,3	3,1	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/FUBRA, 2006

Tabela 5.11.2 - Maranhão						
Inadimplente – Crédito convencional	Maranhão (%)					
	Beneficiário				Controle	
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Sim	-	-	11,1	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 5.11.2a - Maranhão						
Inadimplente –	Maranhão (%)					
	Beneficiário				Controle	
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Sim	-	-	75,0	-	100,0	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 5.11.3 - Ceará				
Inadimplente – Crédito convencional	Ceará (%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Sim	12,5	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 5.11.3a - Ceará</b>				
Inadimplente –	Ceará (%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Sim	15,0	14,3	11,1	11,1

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 5.11.4 - Bahia</b>		
Inadimplente – Crédito Convencional	Bahia (%)	
	Beneficiário	Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
Sim	62,5	66,7

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 5.11.5 - Minas Gerais</b>				
Inadimplente – Crédito convencional	Minas Gerais (%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritizeiro
Sim	22,2	45,5	100,0	14,3

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 5.11.5a - Minas Gerais</b>				
Inadimplente –	Minas Gerais (%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritizeiro
Sim	72,4	88,2	55,6	72,5

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

# 6

## Grau de organização





## 6.1 Entidades

Os agricultores observados parecem ter uma boa percepção dos benefícios que a união lhes pode trazer, pois a participação dos agricultores familiares em entidades e organizações pode ser considerada alta, quando se observa que 93,3% dos entrevistados em Pedro Rosário, no Maranhão, alegam participar de uma organização. O Ceará é o estado que teve menor participação dos agricultores em entidades e organizações, chegando a ter mais de 34% de agricultores que não participam de nenhuma entidade. Os sindicatos de trabalhadores rurais e as associações de moradores foram os mais apontados, tendo no Maranhão a maior participação em sindicato de trabalhadores rurais o município de Cândido Mendes, com mais de 93% de participação.

Tabela 6.1.1 - Maranhão						
Entidades	Maranhão (%)					
	Beneficiário			Controle		
	Zé Doca	Pedro Rosário	Cândido Mendes	Penalva	Pinheiro	Governador Nunes Freire
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	77,1	93,3	93,6	53,9	100,0	80,0
Movimento de Trabalhadores Rurais	8,6	6,7	1,6	30,8	-	-
Associação de Moradores	11,4	13,3	11,3	84,6	50,0	30,0
Grupos ligados à Igreja	28,6	20,0	27,4	30,8	6,0	-
Sindicato Rural	5,7	-	-	-	-	-
Outras	-	6,7	4,8	-	-	5,0
Nenhuma	20,0	6,7	3,2	7,7	-	15,0

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

Tabela 6.1.2 - Ceará				
Entidades	Ceará (%)			
	Beneficiário		Controle	
	Beberibe	Independência	Cascavel	Novas Russas
Sindicato de trabalhadores rurais	39,0	63,3	55,4	71,4
Associação de moradores	27,6	25,3	-	8,2
Grupos ligados à Igreja	15,0	4,0	2,4	2,0
Movimento de trabalhadores rurais	0,8	1,3	-	-
Sindicato rural	1,2	0,7	-	-
Cooperativa rural	0,4	-	-	-
Outras	6,5	2,7	1,2	-
Nenhuma	34,1	24,0	42,2	20,4

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 6.1.3 – Bahia</b>		
Entidades	Bahia (%)	
	Beneficiário	Controle
	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
Sindicato de Trabalhadores Rurais	54,0	45,8
Movimento de Trabalhadores Rurais	-	-
Cooperativa Rural	-	-
Sindicato Rural	1,2	-
Associação de Moradores	41,2	41,7
Grupos ligados à Igreja	-	-
Outras	1,2	-
Nenhuma	2,4	12,5

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

<b>Tabela 6.1.4 - Minas Gerais</b>				
Entidades	Minas Gerais (%)			
	Beneficiário		Controle	
	Minas Novas	João Pinheiro	Novo Cruzeiro	Buritizeiro
Sindicato de Trabalhadores Rurais	68,8	18,0	33,3	77,8
Movimento de Trabalhadores Rurais	-	-	-	5,6
Cooperativa Rural	-	4,9	-	-
Sindicato Rural	0,9	-	-	-
Associação de Moradores	62,4	29,5		83,3
Grupos ligados à Igreja	8,3	-	20,0	11,1
Outras	2,8	1,6	3,3	11,1

Fonte: Pesquisa de campo MDA/Fubra, 2006

# 7

## Conclusões







O estudo realizado aponta uma população predominantemente do sexo masculino, de 40 a 59 anos, de formação básica, embora com um número preocupante de analfabetos e bastante dependente de transferências públicas.

Possuem um tempo bastante expressivo de moradia e de trabalho no local – a maioria acima de 30 anos –, o que pode significar certa diminuição no risco mais iminente em um processo de regularização fundiária – a venda das áreas regularizadas e, conseqüentemente, mais valorizadas. No entanto, a ainda incipiente organização demonstrada pela população pesquisada demandará um esforço maior por parte dos poderes constituídos no sentido de fazer com que a iniciativa da regularização fundiária, seus objetivos e vantagens sejam efetivamente difundidos entre a população beneficiária. Esse aspecto é particularmente importante na medida em que há evidências claras de que os agricultores pesquisados não têm a dimensão exata da situação de fragilidade em que se encontram: quando perguntado, um número expressivo de agricultores afirmou não enfrentar problema algum decorrente da ausência de documento de sua propriedade.

Em parte, essa afirmação parece ter sentido ao analisar que eles desenvolvem estratégias de melhoria de sua condição de vida – são casas de alvenaria, consideradas acabadas, com três a cinco cômodos, acesso à energia elétrica e alguns bens de consumo; o grau de instrução de seus dependentes é mais elevado do que o declarado pelo titular da unidade de produção.

Alguns serviços públicos são facilmente acessíveis para essa população – escola, posto de saúde e transporte figuram entre eles, embora a qualidade apresentada por eles seja insatisfatória.

No âmbito da organização da produção, no entanto, adotam técnicas bastante simples, operam com uma baixa diversidade de produtos e não adotam práticas que agreguem valor aos produtos obtidos. Isso se deve ao baixo grau de capitalização que os impede de realizar investimentos nas próprias lavouras – significativa maioria não realizou investimentos nos últimos dois anos anteriores à realização da pesquisa e pela ausência de acompanhamento técnico e extensão rural, pública, privada ou não-governamental.

O Poder Público tem uma atuação somente discreta na organização da produção dessa população. Isso, certamente, é um indicativo de que, se, por um lado, o programa pode ser implantado sem maiores dificuldades, por outro, demonstra que a maior preocupação dos órgãos públicos deve ser com os impactos que essa política deve trazer. Equivale dizer que proceder à regularização fundiária sem estabelecer mecanismos eficientes de difusão de tecnologia e baseados na inclusão participativa dos agricultores, de organização da produção e comercialização não será suficiente para, por si, alterar o quadro socioeconômico encontrado.

Isso aumenta a responsabilidade que o Ministério do Desenvolvimento Agrário assume, visto que o programa possui uma magnitude que impõe a construção de um arranjo político, jurídico e administrativo local que vai além das duas principais organizações nele envolvidas: os órgãos estaduais de terras (OET) e os cartórios de registro de imóveis. A autonomia de alguns OETs é limitada pela vinculação macroorganizativa a que eles estão sujeitos e os processos que antecedem a regularização de áreas nem sempre vão ao encontro dos interesses dos principais atores locais.

A maioria dos OETs não possui em sua estrutura áreas de Assistência Técnica e Extensão Rural ou de Meio Ambiente, ações complementares fundamentais para a garantia do desenvolvimento das famílias regularizadas dentro de padrões ambientais sustentáveis.

A regularização fundiária determina uma nova dinâmica econômica e social local que aumenta a demanda por equipamentos e políticas públicas, para as quais o Executivo municipal e, em menor escala, o estadual deverão estar preparados – equivale dizer que as discussões em torno de políticas compensatórias aos estados e municípios que recebem esse programa devem ser pensadas paralelamente ao Programa de Regularização Fundiária.

Só uma parte do desenvolvimento rural está vinculada à regularização das ocupações – é preciso uma política consistente de acompanhamento técnico e apoio à comercialização, além dos aspectos anteriormente levantados.

Por fim, a rede de conversações estabelecida entre os principais componentes do Programa, ou seja, órgãos estaduais de terras e cartórios de registro de imóveis, está longe das condições previstas no Manual de Cadastro e Regularização Fundiária e do Regulamento Operativo do Programa.

Posto isso e considerando que a pesquisa aqui sumarizada envolveu também um estudo acerca das condições organizativas das instituições vinculadas ao Programa, são apresentadas, a seguir, algumas sugestões fundamentais para garantir o sucesso da iniciativa, que de resto deve ser incentivada pelos atores direta e indiretamente envolvidos no processo.

O Programa deve, portanto, considerar os seguintes aspectos, além daqueles já declarados mais diretamente ligados à organização da produção:

- 1 Imediato estreitamento de relações com as entidades representativas dos agricultores para divulgação e aprimoramento do Programa Cadastro;
- 2 Inversão de parte dos recursos do BID para aprimoramento das unidades responsáveis pelos serviços de Assistência Técnica, Extensão Rural e Meio Ambiente nos estados;
- 3 Articulação do Programa Cadastro com outras políticas federais ligadas ao desenvolvimento rural, tais como as políticas de desenvolvimento territorial da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério de Desenvolvimento Agrário;
- 4 A Unidade Gestora Nacional (UGN) deverá articular a formação de equipes de levantamento e melhoria de processos estaduais (que antecedam os trabalhos realizados pelas UCE);
- 5 Essas equipes deverão ser capacitadas para realizar um mapeamento detalhado dos processos adotados pelos órgãos estaduais de terra e cartórios de registro de imóveis relacionados à regularização fundiária e ao registro de imóveis rurais, respectivamente;
- 6 Esse mapeamento deverá ser matéria-prima para a identificação de pontos de estrangulamento dos processos e seu conseqüente redesenho, buscando, ao máximo, sua uniformização entre as instituições participantes do Programa;
- 7 Paralelamente, a UGN deverá mobilizar profissionais de cada um dos OET e CRI para a proposição de modalidades alternativas de realização de ações discriminatórias e legitimação de posse para, também, buscar a uniformização das diferentes modalidades adotadas pelos estados;
- 8 Dessa forma, propõe-se que o programa estabeleça um termo de referência para os trabalhos de discriminação, regularização e legitimação do patrimônio público rural e que ele seja a base das negociações realizadas no âmbito de cada estado para que cada um o adote ou se aproxime dos procedimentos ali estabelecidos, diminuindo, inclusive, as diferenças conceituais que existem entre eles e, dentro deles, entre as principais instituições integrantes do programa;
- 9 A UGN deve envidar esforços para que o programa passe a ocupar a agenda de decisões dos Executivos estaduais e municipais no sentido de que estes se integrem efetivamente a ele (não só por meio de seus órgãos estaduais de terras), a fim de estender àqueles agricultores as políticas públicas necessárias ao seu desenvolvimento;
- 10 A integração do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil – Irib e da Associação dos Notários e Registradores do Brasil é urgente e fundamental – os cartórios de registro de imóveis demonstraram ser o elo mais fraco da corrente que deve ancorar o Programa, posicionando-se, em alguns casos, contrariamente a ele;
- 11 Essas duas organizações devem ser parceiras preferenciais na identificação e melhoria dos processos referidos no item 2, acima.

Advoga-se, assim, que o Programa não seja visto como uma peça eminentemente técnica – ele se constitui numa iniciativa louvável que busca resgatar uma enorme dívida com um setor expressivo de nossa sociedade. Todavia, se ele não for configurado com a abrangência que o assunto requer, poderá até atingir as metas estabelecidas, no entanto não terá contribuído para o efetivo desenvolvimento da população beneficiada.

# PARTE 3

## Capacidade operacional das instituições

# 1

## Discussão dos resultados





## 1.1 Órgãos estaduais de terra

### 1.1.1 Perfil organizacional

Segundo Carlos Matus (1996), departamentalização refere-se às possíveis formas organizacionais, necessárias para a obtenção de determinados produtos, traduzidas em estruturas organizacionais diferenciadas e concretas que incorporam as regras de direcionalidade emanadas da alta direção da organização e a fazem operar.

Por sua vez, Chiavenato (2000:205) define desenho organizacional como aquilo que “*retrata a configuração estrutural da empresa*”<sup>9</sup> e o seu funcionamento”. Ele resulta da diferenciação das atividades dentro de uma organização que, à medida que se especializa, passa a exigir graus cada vez maiores de coordenação. O mesmo autor ensina ainda que, quando o desenho organizacional não está adequado às suas necessidades, são comuns as reorganizações e reestruturações.

É ainda Chiavenato que dá a base para a categorização do desenho das organizações que será aplicada para a caracterização das unidades estaduais que foram analisadas.

A literatura que trata dessa questão e é voltada à iniciativa privada é, de longe, muito mais vasta do que aquela relacionada às organizações públicas. Usualmente, a Administração Pública tem sido estudada a partir da análise dos “princípios da administração” e a idéia de neutralidade e aplicabilidade a qualquer contexto (Keinert, 2000), e não a partir de como o desenho departamental pode ajudar na aplicação desses princípios.

Assim, a discussão sobre a departamentalização dos órgãos estaduais de terra apresentada a seguir, suas vantagens, desvantagens e aplicações devem ser entendidas a partir dessa limitação e representam um esforço de transpor do privado para o público conceitos largamente utilizados para o primeiro. Além disso, ela é proposta a partir da análise dos organogramas das instituições, o que, por si, é insuficiente para um posicionamento mais assertivo sobre o assunto, já que isso demandaria uma análise que levasse em consideração não somente este aspecto, mas também aqueles relacionados às práticas de trabalho adotadas. No entanto, as observações de campo e a experiência da equipe responsável pelo estudo autorizam as conclusões apresentadas.

A estrutura departamental corrente encontrada nos órgãos estaduais de terra analisados é do tipo *funcional*. A departamentalização funcional é assim caracterizada quando a organização se estrutura a partir de funções que requerem atividades similares para sua consecução. Existem grandes limitações a esse tipo de arranjo institucional; uma delas é que a especialização de cada uma das áreas pode levar ao isolamento e a pontos de vista viciados, dificultando a integração e limitando o desenvolvimento de profissionais generalistas.

Essa estrutura tende a ser mais burocratizada e a sua integração depende de arranjos administrativos mais elaborados ou “extra-organogramáticos”, o que pode ser facilmente verificado pela constatação de que dos cinco órgãos estaduais analisados dois (Ceará e Bahia) adotam práticas de trabalho diferentes de suas respectivas representações organogramáticas, e um (Maranhão) não observa integralmente as mudanças definidas pelas reformas administrativas implantadas pelo Governo do estado. Isso evidencia um esforço da instituição em adequar seu modo de operação às demandas apresentadas. Os organogramas dos órgãos estaduais de terra são integrantes do Apêndice A deste relatório.

<sup>9</sup> A palavra “empresa” aparece aqui para manter a fidelidade ao texto do autor, mas é também plenamente aplicável à administração pública. Cada vez mais o desenho organizacional tem deixado de ser uma imposição para se transformar num suporte, altamente flexível, para que as pessoas possam se relacionar melhor, processar informações e tomar decisões de maneira mais adequada.

Se são semelhantes em sua forma de organização, estas apresentam sutis diferenças em termos da diferenciação hierárquica <sup>10</sup> e da organização de bases territoriais. Esses dois aspectos são particularmente importantes para implementação do Programa, que, pela sua magnitude, exigirá instituições ágeis (para funcionamento das unidades centrais estaduais – UCE, por exemplo) e com uma forte presença local (para operacionalização dos núcleos operacionais móveis – NOM, por exemplo) que respondam prontamente às tarefas apresentadas. Assim, o estudo categorizou as instituições em função desses dois âmbitos. Os resultados estão expressos no Quadro 1.1.1.1.a, a seguir.

Quadro 1.1.1.1 - Diferenciação hierárquica e bases territoriais dos Órgãos Estaduais de Terras.				
UF	Instituição	Âmbito		
		Integração vertical potencial		Bases territoriais
SP	Itesp	baixa		sim
CE	Idace	média		sim (*)
MA	Iterma	média		não
BA	CDA	média		não
MG	Iter	média		Sim

\* 4 NOM já criados e 2 previstos

Fonte – Pesquisa de campo 2006 – Convênio MDA/FUBRA

Equivale dizer que, em tese, o Programa Cadastro enfrentaria menos problemas organizativos para sua implantação nos estados de São Paulo, Ceará e Minas Gerais, sendo que, no Itesp, em São Paulo, esses problemas poderiam ser pouco mais significativos em função da menor integração vertical verificada.

### 1.1.2 Recursos humanos.

No que diz respeito aos recursos humanos existentes em cada um dos órgãos estaduais de terra, serão analisados dois aspectos considerados mais relevantes para o alcance de sua finalidade: o número de profissionais diretamente ligados à área de regularização fundiária e a relação entre profissionais das áreas fim e áreas meio.

É importante chamar a atenção para um aspecto relevante – a equipe responsável pelo estudo foi orientada a identificar áreas com as quais a organização efetivamente atua independentemente de sua representação no correspondente organograma. Isso explica eventuais diferenças entre os números apresentados abaixo, correspondentes ao total de profissionais que atuam na **área de regularização fundiária** quando e se comparados ao número de profissionais que atuam na **unidade hierárquica** responsável por executar a regularização fundiária no estado.

Os estudos feitos alcançaram os seguintes resultados:

Tabela 1.1.2.1 - Distribuição dos Recursos Humanos na regularização fundiária.					
UF	Instituição	Recursos Humanos			
		Total	Regularização	%	Área fim/área meio
SP	Itesp	624	176	28	2:1
CE	Idace	195	39	20	1:1
MA	Iterma	153	43	28	1:2
BA	CDA	351	123	35	1:1
MG	Iter	84	52	62	1:1

Fonte – Pesquisa de campo 2006 – Convênio MDA/FUBRA

<sup>10</sup> Diz-se que uma organização possui uma grande diferenciação hierárquica quando estruturada com vários níveis organizacionais os quais as informações e os atos de fala que determinam seu funcionamento devem percorrer. Quanto **maior a diferenciação hierárquica, mais difícil se torna a integração vertical** e **maior** a possibilidade de **ocorrência de ruídos de comunicação**.

Da análise da tabela acima, depreende-se um relativo equilíbrio entre as instituições com destaque para o Instituto de Terras de Minas Gerais e a Coordenadoria de Desenvolvimento Agrário, da Bahia, com maior porcentagem de profissionais lotados nas áreas de regularização fundiária. Esse mesmo equilíbrio pode ser verificado na relação entre profissionais das áreas finalísticas e intermediárias das instituições, à exceção da relação verificada no Instituto de Terras do Maranhão, onde se verifica a existência de dois profissionais de áreas intermediárias para um funcionário de área considerada finalística.

Essa inversão na distribuição pode evidenciar uma instituição com uma carga burocrática maior que as demais, o que, conseqüentemente, pode limitar sua produção terminal, no caso em análise, à implantação do Programa Cadastro.

É importante ressaltar também que o Regulamento Operativo do Programa Cadastro prevê o remanejamento de profissionais com perfis específicos para que desempenhem funções tanto nas unidades centrais estaduais (UCE), como nos núcleos operacionais móveis (NOM). Certamente essa ação demandará uma atenção especial do Programa para que o remanejamento desses profissionais não concorra com outras metas estabelecidas pela instituição.

### 1.1.3 Planejamento

O Regulamento Operativo do Programa estabelece a meta para os próximos três anos de cadastramento de aproximadamente 145 mil imóveis e a emissão de 53 mil títulos, conforme o quadro abaixo.

Quadro 1.1.3.1 – Metas Físicas do Programa Cadastro.								
Metas Físicas (Em 1.000 imóveis)								
UF	Ano 1		Ano 2		Ano 3		Total	
	Cadastro	Título	Cadastro	Título	Cadastro	Título	Cadastro	Título
BA	6.368	1.592	18.404	4.601	15.228	3.807	40.000	10.000
CE	5.812	3.953	12.136	8.256	8.933	6.078	26.881	18.287
MA	4.600	1.150	10.650	2.664	10.750	2.686	26.000	6.500
MG	4.600	1.150	10.700	2.675	10.700	2.675	26.000	6.500
SP	2.881	1.346	11.566	5.553	11.814	5.404	26.261	12.303
<b>Total</b>	<b>24.261</b>	<b>9.191</b>	<b>63.456</b>	<b>23.749</b>	<b>57.425</b>	<b>20.650</b>	<b>145.142</b>	<b>53.590</b>

Fonte – Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil - Regulamento Operativo

Independentemente do adjetivo que se dê às metas do Programa, o fato é que, quando comparadas aos índices de produtividade dos órgãos estaduais de terra apresentados na Tabela 1.1.3.1, elas se apresentam muito distantes do que foi realizado até agora pelos órgãos estaduais de terra. Além disso, ainda que venha a merecer tratamento prioritário dos governos estaduais e que o Programa preveja o financiamento de máquinas e equipamentos exclusivamente voltados para sua execução, esta deverá concorrer, no mínimo, com os limitados recursos humanos existentes nas instituições.

Tabela 1.1.3.1 - Produtividade dos órgãos estaduais de terra x metas do Programa.			
UF	Média Estado	Meta Programa	Média Programa (*)
SP	1.564	12.303	4.101
MG	646**(1.236)	6.500	2.167
CE	2.352***	18.287	6.096
BA	12.653	10.000	3.334
MA	519	6.500	2.167

(\*) O Regulamento Operativo opera com metas de 3 anos

(\*\*) Somente em área rural

(\*\*\*) Média de 8 anos

Dessa maneira, se os órgãos estaduais de terras não aprimorarem sua capacidade de planejamento, as limitações encontradas para a implantação do Programa nos estados serão inúmeras. Nesse aspecto, o estudo buscou identificar quais dos órgãos estaduais de terras possuem uma área de planejamento ou que, mesmo na ausência desta, adotam metodologias de planejamento para execução de suas tarefas. Antes da apresentação dos resultados, duas ressalvas são necessárias:

- A orientação dada aos profissionais responsáveis pelo levantamento e análise dos dados junto às instituições estudadas foi a de verificar a existência de **práticas de planejamento**, independente da existência ou não de **áreas de planejamento**, devidamente representadas em organograma;
- Somente foram consideradas metodologias de planejamento aquelas, conceitual e tecnicamente, voltadas para a elaboração de planos de ação.

O que se constatou é que o órgão estadual de terras do Ceará é o único que utiliza uma ferramenta própria de planejamento (Método Zopp). As demais instituições se valem de planilhas e tabelas ou de formulários desenvolvidos por suas correspondentes Secretarias de Planejamento, que, fundamentalmente, são utilizadas para a elaboração dos planos plurianuais locais.

O que se constatou é que o órgão estadual de terras do Ceará é o único que utiliza uma ferramenta própria de planejamento (Método Zopp). As demais instituições se valem de planilhas e tabelas ou de formulários desenvolvidos por suas correspondentes Secretarias de Planejamento, que, fundamentalmente, são utilizadas para a elaboração dos planos plurianuais locais.

**Quadro 1.1.3.2 - Existência de prática de planejamento nas instituições.**

UF	Instituição	Metodologia	Área
SP	Itesp	-	-
MG	Iter	-	-
CE	Idace	x	x
BA	CDA	-	x
MA	Itermá	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/FUBRA, 2006

#### 1.1.4 Informática

O Programa Cadastro prevê, em seu Regulamento Operativo, que:

O Programa irá disponibilizar recursos para viabilizar o desenvolvimento de soluções de Tecnologia da Informação (TI) e a aquisição de bens de Informática necessários à implantação de Sistema de Informações Geográfica - SIG adequadamente dimensionado, interligado e com capacidade para atender aos trâmites exigidos na Lei 10.267/01.

Dessa forma, o que se avalia neste item não é a existência de bens de informática, mas sim se as condições dadas pela instituição são favoráveis à implantação de soluções tecnológicas que respondam às exigências do Programa. O primeiro dos aspectos analisados está relacionado com a maneira como se dá o desenvolvimento da área de informática dentro da instituição. Os resultados estão expressos na Tabela 1.1.4.1.

**Tabela 1.1.4.1 - Existência de Planos Diretores.**

UF	Instituição	PDI	PDG
SP	Itesp	x	x
MG	Iter	-	-



**Tabela 1.1.4.1 - Existência de Planos Diretores.**

UF	Instituição	PDI	PDG
CE	Idace	x	x
BA	CDA	-	-
MA	Iterma	-	-

Fonte: Pesquisa de campo MDA/FUBRA, 2006

O resultado, preocupante, da pesquisa é que, tanto em termos físicos como em termos lógicos, a grande maioria das instituições incrementa seu parque de máquinas e soluções de maneira desordenada, sem a devida direcionalidade representada pelos Planos Diretores de Informática (PDI) ou de Geoprocessamento (PDG). Tal fato decorre, em boa parte das instituições analisadas, de outro fator igualmente preocupante: a inexistência de uma área de informática dentro da instituição, o que faz que a maioria delas improvise soluções caseiras e, por isso mesmo, aquém das necessidades da instituição.

Certamente essa debilidade tem um reflexo direto sobre o grau de informatização dos processos da instituição, assim como sobre o seu grau de relacionamento não só interno, como também entre instituições que atuam com a questão fundiária. Os resultados estão expressos nas Tabelas 1.1.4.2 e 1.1.4.3, abaixo.

**Tabela 1.1.4.2 - Grau de informatização dos processos.**

UF	Instituição	Processos/Grau de informatização									
		Prot	RH	Finan	Patr	Proc	Acerv	Frota	Téc	Jur	Proj
SP	Itesp	A	A	M	B	A	M	A	M	M	M
MG	Iter	M	M	M	M	B	B	B	M	B	M
CE	Idace	A	A	A	A	A	-	M	M	-	M
BA	CDA	-	-	M	-	B	-	-	M	-	M
MA	Iterma	A	B	-	B	M	B	B	A	B	A

A = Alto ; M = Médio; B= Baixo

Fonte: Pesquisa de campo MDA/FUBRA, 2006

Os processos que possuem um grau de informatização considerado alto pelos profissionais das instituições analisadas são aqueles mais diretamente ligados aos procedimentos administrativos, normalmente desenvolvidos pelos Governos estaduais, como é o caso das soluções para controle da execução financeira e patrimonial, ou de fácil solução “caseira”, como, via de regra, ocorre com os programas para controle de acervo, protocolo, movimento de frota, entre outros. Além disso, parece bastante razoável supor que mesmo os processos técnicos e de acompanhamento de projetos que surgem com um grau médio de informatização se referem à existência de sistemas ainda rudimentares de monitoramento e avaliação, uma vez que a grande maioria das organizações estudadas declarou não utilizar nenhuma metodologia ou ferramenta própria de planejamento.

Merece destaque, também, o baixo grau ou inexistência de informatização dos processos jurídicos, controle que certamente terá um peso específico quando da implantação do Programa Cadastro.

**Tabela 1.1.4.3 - Existência de Banco de Dados.**

UF	Instituição	Banco de Dados	
		Institucional	Interinstitucional
SP	Itesp	x (*)	-
MG	Iter	-	-

UF	Instituição	Banco de Dados	
		Institucional	Interinstitucional
CE	Idace	x	x
BA	CDA	x	-
MA	Itermá	x	-

(\*) BD gráfico e literal

Fonte: Pesquisa de campo MDA/FUBRA, 2006

A tabela acima demonstra que quatro das cinco organizações estudadas possuem algum tipo de banco de dados, embora somente no Itesp exista um banco de dados destinado a armazenar informações gráficas e literais em uma única plataforma; em contrapartida, o Idace é a única organização que compartilha seus dados com outras instituições.

Dessa forma, a preocupação do Programa Cadastro deve estar além da aquisição de equipamentos e de soluções de informática e de geoprocessamento – a preocupação deve estar centrada na criação de um ambiente favorável nos órgãos estaduais de terra para que eles estejam preparados para recepcionar os equipamentos e as soluções previstas – elaboração de Planos de Informática e de Geoprocessamento, capacitação, estruturação de redes de comunicação e estruturação de áreas específicas para o tratamento da questão no âmbito do OET são algumas das providências que devem ser adotadas sob o risco de equipamentos e soluções adquiridas pelo Programa serem subutilizados ou utilizados de maneira inadequada.

### 1.1.5 Procedimentos e capacidade instalada para regularização fundiária

Já foi ressaltada, no item anterior, a precariedade com que o geoprocessamento está presente nas instituições, assim como a produtividade de cada uma das instituições analisadas em termos de títulos emitidos e áreas cadastradas.

Na percepção dos profissionais entrevistados para a realização destes estudos, esses índices poderiam ser aprimorados mediante a atualização de programas e equipamentos destinados a este trabalho. Nesse sentido, o Programa atua na direção correta ao adquirir equipamentos e programas para serem utilizados exclusivamente no alcance de suas metas. Dessa forma e também nesse aspecto, não há que se avaliar a existência de equipamentos por si, mas sim o que isso significa em termos da existência de condições para recepcionar novas ferramentas de geoprocessamento.

O estudo ocupou-se de identificar a quantidade e qualidade dos equipamentos utilizados pelas organizações. Os resultados estão expressos no Quadro 1.1.5.1, abaixo.

UF	OET	Tipo de equipamento	Qtdd.	Idade Média			Programas
				Até 2	2-4	>4	
SP	Itesp	Estações totais	31	x	-	x	Geomedia, Microstation, MGE
		GPS simples frequência	52	x	x	x	
		GPS dupla frequência	5	x	-	-	
		Teodolito com distanciom.	2	-	-	x	
		GPS de navegação	24	x	-	x	

Quadro 1.1.5.1 - Equipamentos e programas de geoprocessamento							
UF	OET	Tipo de equipamento	Qtdd.	Idade Média			Programas
				Até 2	2-4	>4	
CE	Idace	Receptor GPS	16	-	-	x	Geomedia, Microstation
		Distanciômetro	2	-	-	x	
		Teodolito	15	-	-	x	
		Plotter	2	-	x	-	
		Nível	2	-	-	x	
		Planímetro	2	-	-	x	
		Curvímeter	2	-	-	x	
		Bússola	3	-	x	x	
		Clinômetro	1	-	-	x	
		Estação gráfica	2	-	-	-	
MA	Iterma	GPS de dupla frequência	2	x	-	-	Microstation, MGE
		GPS de única frequência	4	x	-	-	
		Teodolito	12	-	-	x	
		Plotter	1	-	x	-	
BA	CDA	Receptor GPS pro XR	20	-	-	x	Topograph
		Receptor GPS geoexplores	08	-	x	-	
		Plotter	01	-	-	x	
		Impressoras	03	x	-	-	
MG	Iter	Teodolitos	15	-	-	x	Mapinfo, Microstation e data-geosis
		Gps Pro Xr	15 *	-	x	-	
		Plotter	1	x	-	-	
		Impressoras A4 e A3	3	x	x	x	
		Estação de Trabalho	1	x	-	-	

\*2, Utilizados no convênio IEF/Iter.

Fonte – Pesquisa de campo 2006 – Convênio MDA/FUBRA.

O ROP assim define as providências que serão adotadas quanto à aquisição de equipamentos e soluções de geoprocessamento:

A fim de se obter uma padronização dos equipamentos e softwares, as especificações técnicas e os termos de referência serão elaborados pela UGN, cabendo aos OETs a verificação do item adquirido, sendo de responsabilidade dessas a preparação e assinatura da declaração de recebimento do bem que deverá ser encaminhada à UGN, para que se proceda ao pagamento da empresa vencedora do processo de licitação.

Sendo assim, não é possível estabelecer uma comparação entre os equipamentos e programas existentes e o previsto no sentido de avaliar se existe conhecimento acumulado suficiente para operação dos novos equipamentos adquiridos pelo Programa. No entanto, as observações feitas pelos profissionais entrevistados davam conta da configuração inadequada dos equipamentos, inadequação da versão dos programas, falta de licença, desatualização das versões e incompatibilidade entre os programas e equipamentos existentes.

Quanto aos procedimentos adotados para a regularização fundiária, o Manual de Cadastro Rural e Regularização Fundiária assim se refere aos procedimentos adotados pelos estados para a regularização de suas áreas:

8.3 - De modo geral o que se verifica nos estados é a execução dos procedimentos de regularização fundiária sendo conduzida de forma esparsa e pontual e quase sempre motivada pela iniciativa individual do ocupante do imóvel.

Para, em seguida, assim definir a proposta do Programa:

8.4 - O Programa se propõe a realizar estes procedimentos de forma institucional, coordenada e dentro dos conceitos de políticas públicas, objetivando com isso viabilizar o desenvolvimento sustentável regional, transferindo, de forma correta, a iniciativa da regularização fundiária da sociedade civil para o poder público.

Com efeito, os fluxos operacionais para regularização fundiária que foram desenhados para cada uma das organizações estudadas (Apêndice B) corroboram aquela afirmação inicial.

Os principais problemas indicados pelos profissionais entrevistados podem ser classificados, segundo sua origem, em gerenciais, processuais e estruturais e estão relacionados no quadro abaixo:

Quadro 1.1.5.2: Problemas identificados no processo de Regularização Fundiária	
Origem do problema	Descrição do Problema
Gerencial	<ul style="list-style-type: none"> <li>Diferenças conceituais entre Inkra e OET relativos à questão da propriedade;</li> <li>Demora da resposta dos órgãos consultados sobre seu interesse nas áreas vistoriadas;</li> <li>Deficiente capacitação dos servidores em novos programas vinculados ao geoprocessamento e tecnologia das informações;</li> <li>Fragilidade nos canais de comunicação intra e interinstitucional;</li> </ul>
Processual	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sistema de informações do Inkra é pesado e instável;</li> <li>Inconsistência dos dados sobre os imóveis cadastrados;</li> <li>Falta de fontes alternativas de informações;</li> <li>Centralização de informações;</li> <li>Dificuldade para dimensionamento de preços em função das diferentes paisagens na região;</li> <li>Dados secundários disponíveis insuficientes e inconsistentes para correto dimensionamento dos trabalhos;</li> <li>Os ocupantes titulados não registram os títulos recebidos;</li> <li>Falta de uma rotina para a assinatura dos títulos definitivos pelo Governador do Estado;</li> <li>Despreparo dos Cartórios de Registro de Imóveis;</li> <li>Demora nos procedimentos de levantamento cartorial;</li> <li>Demora em proceder ao registro da matrícula do imóvel arrecadado em nome do Estado;</li> </ul>
Estrutural	<ul style="list-style-type: none"> <li>Limitação de recursos financeiros e falta de equipamentos e veículos para fazer o trabalho;</li> <li>Ausência de um Banco de Dados georreferenciado;</li> <li>Obsolescência dos softwares;</li> <li>Demanda maior que a capacidade operacional;</li> <li>Precariedade dos Cartórios de Registro de Imóveis;</li> <li>Deficiência de apoio logístico;</li> <li>Obsolescência de equipamentos e periféricos de geoprocessamento;</li> <li>Defasagem no quadro de pessoal;</li> </ul>

Fonte – Pesquisa de campo 2006 – Convênio MDA/FUBRA

Ainda que seja evidente o peso das questões estruturais sobre o processo de regularização fundiária, elas não são as limitantes dos trabalhos. Equivale dizer, mesmo sendo resolvidas questões ligadas à atualização do parque de máquinas e de programas, aquisição de veículos ou contratação de pessoal, problemas processuais e gerenciais representarão a real limitação ao desenvolvimento dos trabalhos do Programa Cadastro e, conseqüentemente, comprometerão as metas ali estabelecidas.

## 1.2 Cartórios de registro de imóveis

### 1.2.1 Perfil organizacional

Sem dúvida alguma, o ponto nevrálgico deste Programa está localizado nos cartórios de registro de imóveis, uma vez que a maioria possui estrutura bastante precária e uma visão bastante cética sobre ele.

Sendo diferentes em essência, os aspectos avaliados aqui não seguirão a mesma ordem adotada para os órgãos estaduais de terra, mas àqueles que, a critério desta consultoria, parecem mais relevantes para avaliar os pontos fortes e pontos fracos dessas instituições.

A aplicação dos critérios utilizados para definição dos cartórios de registro de imóveis resultou na seguinte distribuição:

<b>Quadro 1.2.1.1 - Cartórios de Registro de Imóveis estudados.</b>		
<b>UF</b>	<b>Municípios</b>	<b>Nome dos cartórios</b>
<b>BA</b>	Bom Jesus da Lapa	Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas
	Beberibe	Cartório do 2º. Ofício de Registro de Imóveis
<b>CE</b>	Independência	Cartório do 3º. Ofício de Registro de Imóveis
		Cartório do 2º. Ofício de Registro de Imóveis
<b>MA</b>	Zé Doca	Cartório do 1º. Ofício Extrajudicial
	Pedro do Rosário	Cartório do 1º. Ofício Extrajudicial de Pinheiro
	Cândido Mendes	Serventia Extrajudicial do 1º. Ofício
<b>MG</b>	Minas Novas	Cartório do 1º. Ofício de Registro de Imóveis
	João Pinheiro	Cartório de Registro de Imóveis Jarbas Alves de Mendonça
<b>SP</b>	São Miguel Arcanjo	Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil de Pessoas Jurídicas e Protestos - Itapetininga.
	Iporanga	Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil de Pessoas Jurídicas e Protestos - Eldorado.
	Eldorado	
	Sete Barras	Cartório Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de Registro.

Fonte – Pesquisa de campo 2006 – Convênio MDA/FUBRA

A maioria dos cartórios estudados funcionam sob regime de delegação do Poder Público (Lei n. 8.935/94) e são controlados regularmente pelo Poder Judiciário (Corregedoria Permanente). Isso pode representar certa facilidade para o Programa na medida em que, privatizada a sua gestão, supõe-se maior flexibilidade e agilidade no estabelecimento de parcerias e na aplicação de recursos para a implementação das ações previstas naquela iniciativa. O quadro abaixo dá idéia dessa distribuição.

<b>Quadro 1.2.1.2 - Gestão dos CRI estudados</b>		
<b>UF</b>	<b>Nome dos cartórios</b>	<b>Gestão</b>
<b>BA</b>	CRI e Hipotecas de Bom Jesus da Lapa.	Adm. Pública
	CRI do 2º. Ofício - Beberibe.	Delegação
<b>CE</b>	CRI do 3º. Ofício - Independência.	Delegação
	CRI do 2º. Ofício - Independência.	Delegação
<b>MA</b>	CRI do 1º. Ofício – Zé Doca.	Adm. Pública
	CRI do 1º. Ofício – Pinheiro.	Delegação
	Serventia 1º. Ofício- Cândido Mendes.	Adm. Pública
<b>MG</b>	CRI do 1º. Ofício – Minas Novas.	Delegação
	CRI – João Pinheiro.	Delegação
<b>SP</b>	CRI – Itapetininga.	Delegação
	CRI – Registro.	Delegação
	CRI – Eldorado.	Delegação

Fonte – Pesquisa de campo 2006 – Convênio MDA/FUBRA

## 1.2.2 Grau de organização

O conjunto de quadros e tabelas abaixo apresenta um panorama sobre o grau de organização que os cartórios de registro de imóveis possuem ou adquiriram após a promulgação da Lei n. 10.267/01 e outros instrumentos legais relacionados.

O primeiro desses quadros registra os CRI filiados à Associação dos Notários e Registradores (Anoreg) e ao Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (Irib). Essa filiação ganha especial importância em função de dois aspectos: os cartórios que se declaram filiados às duas organizações declaram, também, serem elas as fornecedoras de informações relacionadas ao Programa Cadastro; por outro lado, uma parceria com a Anoreg tem sido buscada<sup>11</sup> pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário como estratégia para envolver com eficácia os CRI a ela associados.

Nesse sentido, não deixa de ser preocupante o relativo baixo grau de adesão dos cartórios àquelas duas organizações, já que 50% delas declaram-se não filiadas a nenhuma das duas organizações. O quadro abaixo representa esses resultados.

Quadro 1.2.2.1 - Filiação dos CRI junto à Anoreg e Irib				
UF	Nome dos cartórios	Anoreg	Irib	
BA	CRI e Hipotecas de Bom Jesus da Lapa.	-	-	
	CRI do 2º. Ofício - Beberibe.	x	x	
CE	CRI do 3º. Ofício - Independência.	x	x	
	CRI do 2º. Ofício - Independência.	x	x	
MA	CRI do 1º. Ofício – Zé Doca.	-	-	
	CRI do 1º. Ofício – Pinheiro.	-	-	
	Serventia 1º. Ofício- Cândido Mendes.	-	-	
MG	CRI do 1º. Ofício – Minas Novas.	-	-	
	CRI – João Pinheiro.	x	X	
SP	CRI – Itapetininga.	x	x	
	CRI – Registro.	-	x	
	CRI – Eldorado.	-	X	

Fonte – Pesquisa de campo 2006 – Convênio MDA/FUBRA

Certamente o grau de isolamento ao qual os cartórios estão sujeitos (ou se sujeitam) ajuda a explicar o grau de conhecimento e a postura que os cartórios adotam frente à Lei n. 10.267/01. Os registros feitos no quadro abaixo refletem as opiniões emitidas pelos próprios entrevistados e revelam-se bastante preocupantes.

Quadro 1.2.2.2 - Postura perante a Lei 10.267/01				
Estado	Nome dos cartórios	Conhecimento	Postura/opinião	Motivo alegado
Bahia	CRI e Hipotecas de Bom Jesus da Lapa.	não	-	-
Ceará	CRI do 2º. Ofício - Beberibe.	sim	Difícil implantação	Custo elevado e desarticulação institucional.
	CRI do 2º. e 3º. Ofício - Independência.	Conhecimento parcial		
Maranhão	CRI do 1º. Ofício – Zé Doca.	não	-	-
	CRI do 1º. Ofício – Pinheiro.	não	Fadado ao fracasso	Outras tentativas foram feitas sem sucesso.
	CRI 1º. Ofício- C. Mendes.	não	-	-
Minas Gerais	CRI do 1º. Ofício – Minas Novas.	parcialmente	Difícil implantação.	Custo elevado e desarticulação institucional.
	CRI – João Pinheiro.	sim		

<sup>11</sup> Até a conclusão deste relatório, esta iniciativa ainda não havia sido concretizada.

**Quadro 1.2.2.2 - Postura perante a Lei 10.267/01**

Estado	Nome dos cartórios	Conhecimento	Postura/opinião	Motivo alegado
	CRI – Itapetininga.	sim		
<b>São Paulo</b>	CRI – Registro.	sim	Aplicação lenta e de difícil implantação.	Custo elevado e demoradas discriminatórias judiciais.
	CRI – Eldorado.	sim		

Fonte – Pesquisa de campo 2006 – Convênio MDA/FUBRA

Os resultados apurados demonstram que o envolvimento efetivo dos cartórios, fundamental para o sucesso do Programa, deve ser precedido de um forte movimento no sentido de aprofundar (em alguns casos, inaugurar) as discussões em torno da legislação relacionada à regularização fundiária, assim como convencer os representantes daquelas organizações da efetividade do Programa. Interessante também notar que os custos elevados para os proprietários rurais figuram como uma das principais razões apontadas pelos oficiais para a dificuldade ou mesmo fracasso na implantação do Programa, sem que tenha sido citada por nenhum deles a gratuidade para a regularização de áreas até quatro módulos fiscais.

A ausência dessa observação pode ser um sinal das dificuldades que o Programa vai encontrar para interagir com os cartórios de registros de imóveis em questões como a gratuidade dos registros, por exemplo, na medida em que atinge um segmento da sociedade distinto daquele com o qual os cartórios atuam cotidianamente.

Os quadros apresentados acima resultam numa pequena mobilização por parte dos cartórios após a promulgação da Lei n. 10.267/01 – poucos alteraram suas práticas de trabalho e um número ainda menor notou diferenças nas demandas apresentadas pelo público externo.

Nenhum dos cartórios visitados possui informações sistematizadas sobre o patrimônio imobiliário rural de domínio público em sua área de atuação, não possui estatísticas sobre os atos registrares envolvendo posse e propriedade nos municípios sob sua jurisdição e não dispõe de informações sistematizadas e disponíveis para consulta sobre esses assuntos.

O grau de relacionamento que essas organizações possuem com outras instituições é efetivamente pequeno – afora relacionamentos esporádicos com a Receita Federal e as auditorias periódicas a que estão sujeitos, os cartórios mantêm um relacionamento apenas razoável, sendo que, na maioria deles, nem mesmo é observado o estabelecido pela legislação (comunicar ao Incra qualquer alteração registral nos imóveis rurais sob sua jurisdição).

### 1.2.3 Informática

Ao contrário do que o Programa prevê para os órgãos estaduais de terra, os cartórios obterão os equipamentos de informática necessários para sua implementação por um tipo de empréstimo – o princípio por trás dessa determinação é que o Programa operará uma mudança na dinâmica do mercado de terras local. Na medida em que existe a obrigatoriedade para que os proprietários promovam o saneamento documental de suas posses, o cartório receberá um fluxo maior de recursos proveniente da cobrança de taxas e, com isso, poderá investir na melhoria de seu sistema de informações.

Portanto, a mesma afirmação feita para os OET se presta aos cartórios de registro de imóveis: a análise da área de informática destas organizações não deve ser feita a partir da quantidade de equipamentos por si, mas sim do significado que isso pode ter no oferecimento de condições para a organização recepcionar novas tecnologias. Nesse sentido e com exceções representadas pelos municípios de Independência e Minas Novas, embora haja certo aparelhamento dos cartórios em termos de equipamentos de informática, estes se prestam à execução das atividades rotineiras dos cartórios, o que os coloca, assim como aos seus operadores, distantes da possibilidade da operação de um “Sistema de Gestão Territorial” tal qual preconizado pelo Programa. A tabela abaixo dá idéia da situação do parque de máquinas dos cartórios estudados

Quadro 1.2.3.1 - Informática nos Cartórios			
Estado	Nome dos cartórios	Equip.	Periférico
BA	CRI e Hipotecas de Bom Jesus da Lapa.	-	-
	CRI do 2º. Ofício – Beberibe.	4 PC	3 impressora, 1 scanner, 1 hub, 1 gravador
CE	CRI do 2º. Ofício - Independência.	1 PC	1 impressora, 1 scanner, 1 gravador
	CRI do 3º. Ofício - Independência.	1 PC	1 impressora, 1 scanner
MA	CRI do 1º. Ofício – Zé Doca.	2 PC	1 impressora
	CRI do 1º. Ofício – Pinheiro.	4 PC	3 impressora, 1 scanner e 1 gravador
	Serventia 1º. Ofício- Cândido Mendes.	-	-
MG	CRI do 1º. Ofício – Minas Novas.	1 PC	4 impressoras, 1 scanner
	CRI – João Pinheiro.	6 PC	5 impressoras, 1 scanner
SP	CRI – Itapetininga.	15 PC	9 impressoras., 1 scanner, 2 gravadores, e 2 hub
	CRI – Registro.	9 PC	7 impressoras., 1 scanner, 9 gravadores, 1 rotter, 1 hub
	CRI – Eldorado.	2 PC	3 impressora, 1 gravador

Fonte – Pesquisa de campo 2006 – Convênio MDA/FUBRA

#### 1.2.4 Organização e métodos para registro e controle de imóveis públicos rurais.

Outro âmbito analisado junto aos cartórios esteve ligado aos procedimentos por eles adotados na organização das informações acerca do patrimônio imobiliário rural de domínio público nos municípios abrangidos por eles e no fluxo adotado para o registro de transações dessas terras.

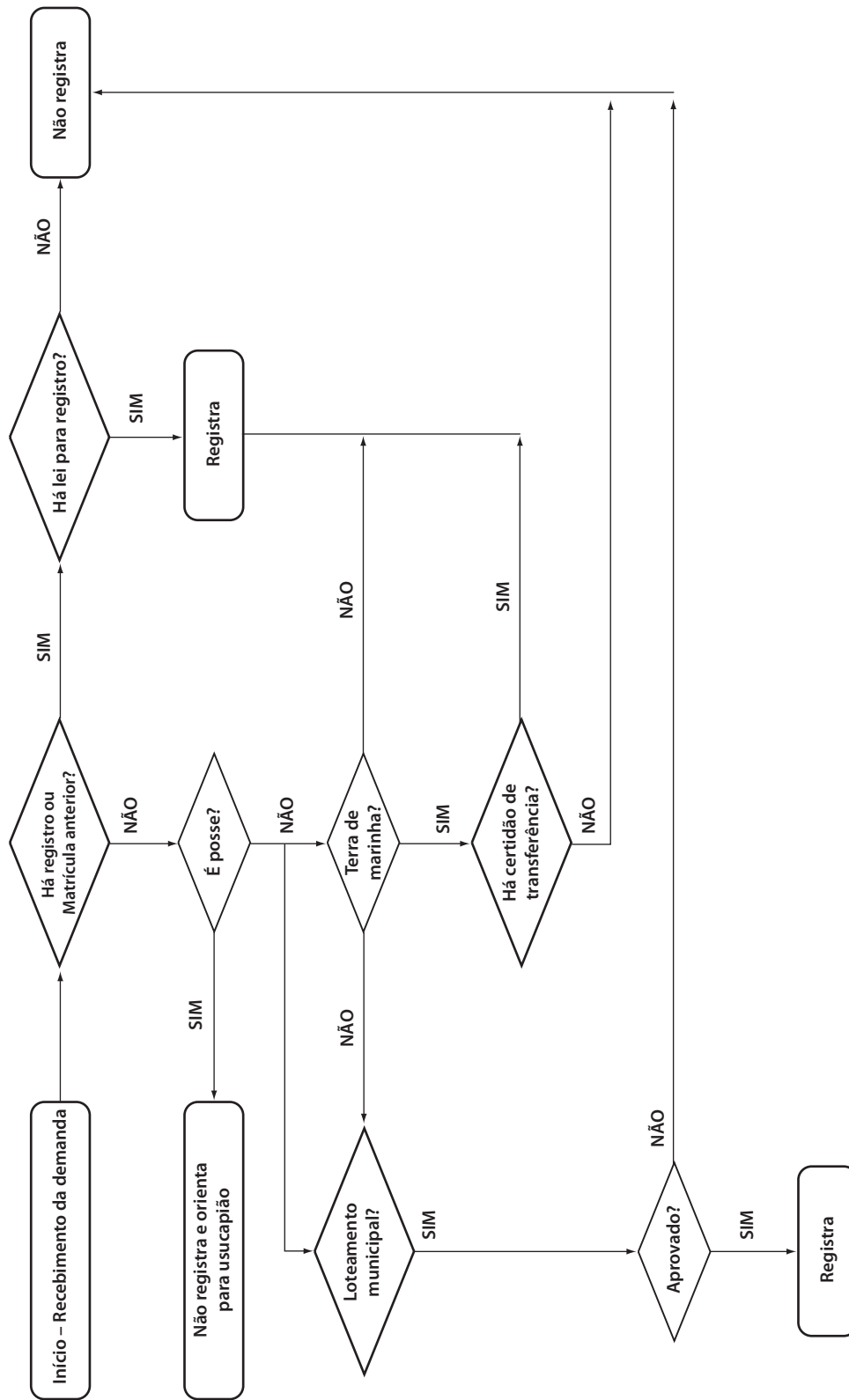
Com exceção de dois dos três CRI de São Paulo, observou-se que o grau de organização desse tipo de informação é bastante precário, o que certamente representará uma dificuldade adicional para o Programa no cumprimento de seu objetivo de “realizar os trabalhos de buscas cartoriais para levantamento e coleta da documentação (matrículas, transcrições, certidões etc.) necessários ao processo de regularização fundiária, preparação dos Processos e Planos Gerais de Legitimação da Posse, registro dos novos títulos emitidos” (ROP, 2007).

Quanto ao fluxo adotado para registro de transações envolvendo imóveis públicos rurais, o que se nota e se tem por natural é que cada cartório adota um fluxo diferente para proceder ao registro de transações envolvendo imóveis públicos. No entanto, e isso é que parece ser efetivamente relevante, a maioria dos cartórios não observa os procedimentos legais resultantes da edição da Lei n. 10.267/01 e outros diplomas legais relacionados, destacando-se a ausência de comunicação ao Incra e à Secretaria da Receita Federal das alterações realizadas. Um outro problema identificado, este mais de ordem conceitual, refere-se ao comportamento dos cartórios frente aos pedidos de registro dessa modalidade de transação – para alguns, a alegação de que, se o imóvel em questão está localizado em terras públicas, é suficiente para que o registro seja efetivado; para outros, no entanto, consultas preliminares são realizadas em busca de maior consistência na informação dada.

Essa ausência de padrão dificultou até mesmo o desenho dos fluxos adotados pelos diferentes cartórios estudados – as figuras 1 a 3 apresentam os fluxos adotados pelos CRI de Beberibe, Minas Novas e João Pinheiro respectivamente.



Figura 1: Fluxo para registro de imóveis públicos – CRI de Beberibe.<sup>12</sup>



<sup>12</sup> Há semelhanças entre este fluxo e o adotado pelos CRI de Independência.

Figura 2: Fluxo para registro de imóveis públicos – CRI de Minas Novas

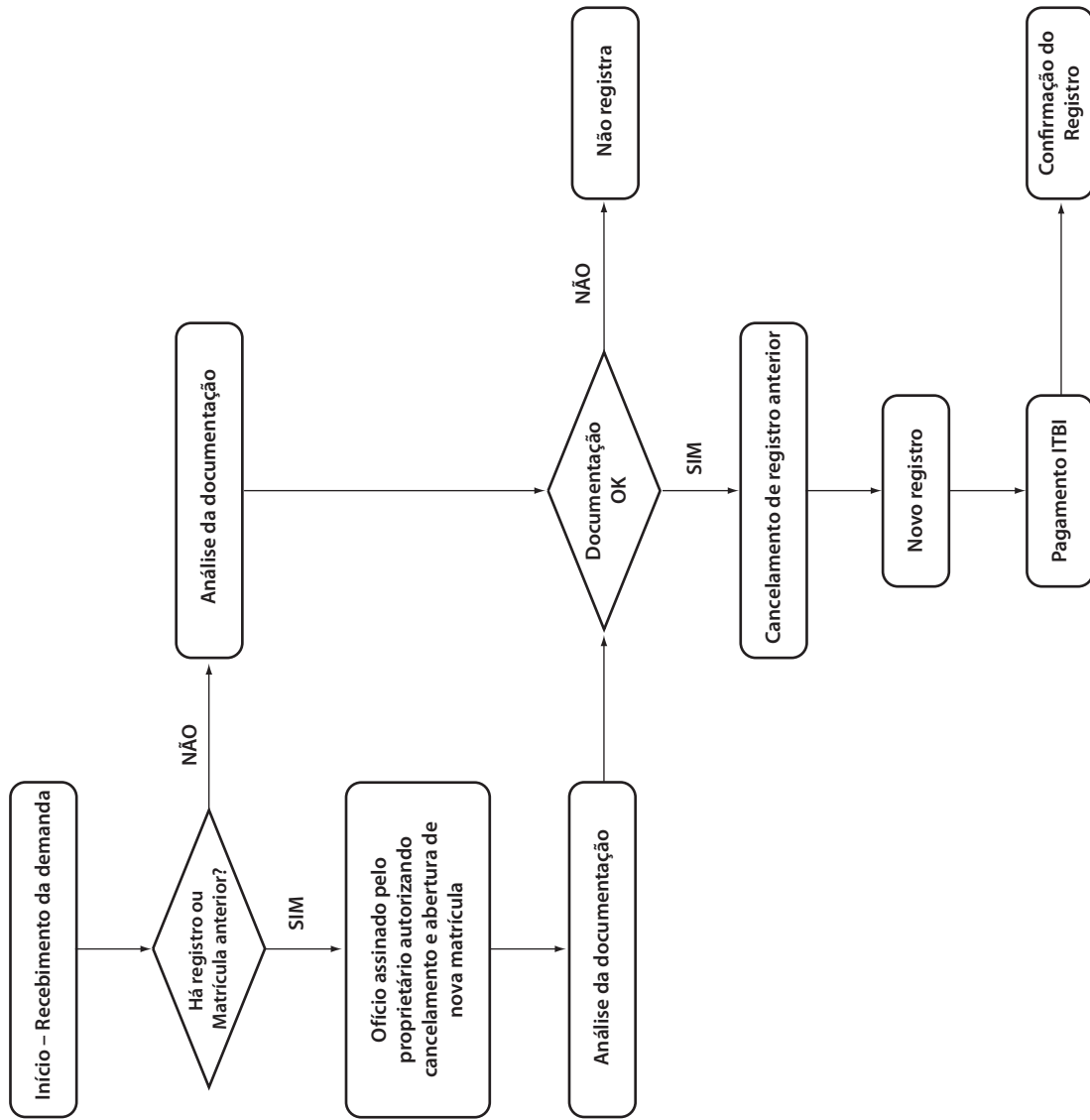
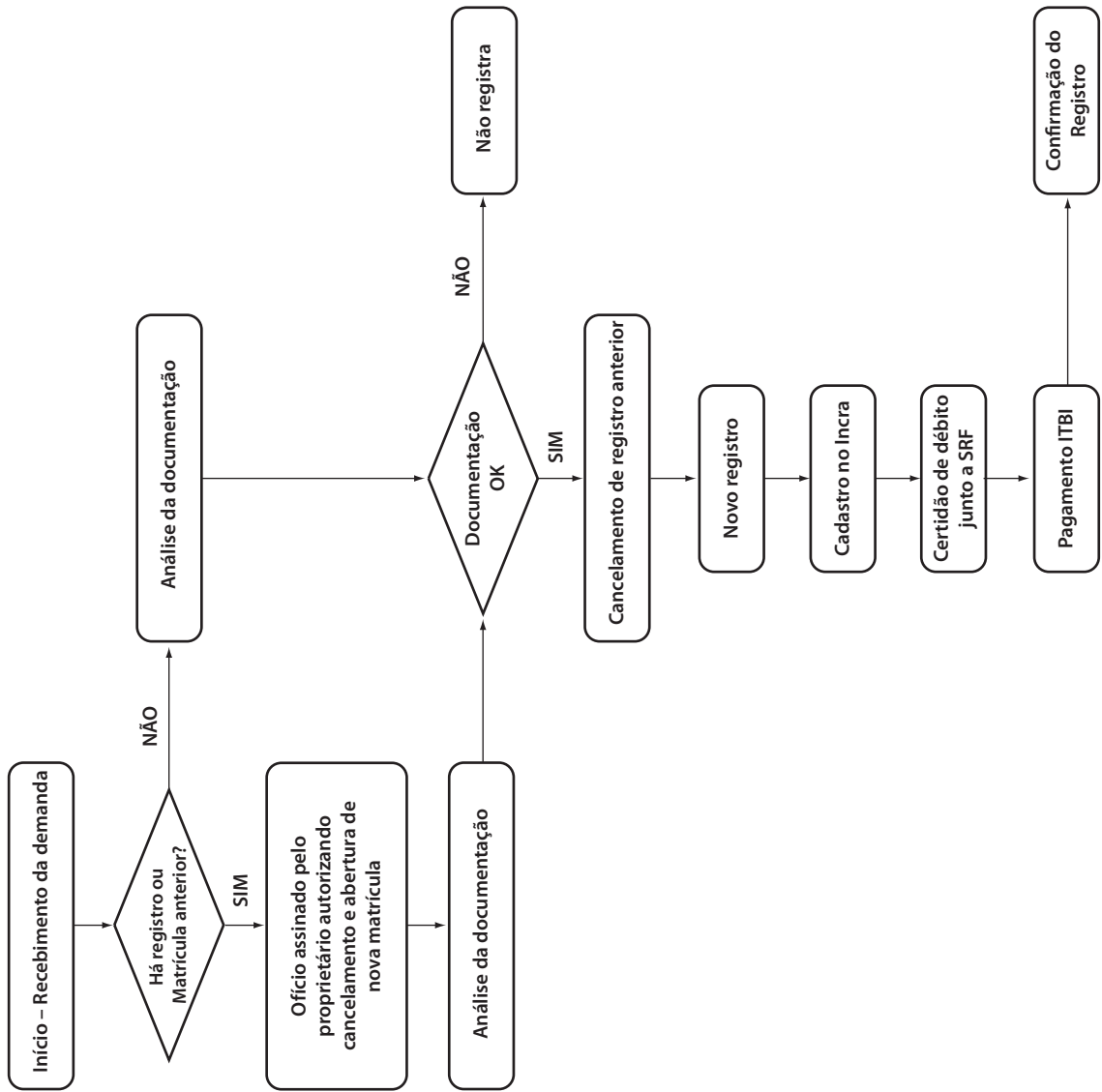


Figura 3: Fluxo para registro de imóveis públicos – CRI de João Pinheiro.



### 1.3 Considerações finais

De modo geral, os Órgãos Estaduais de Terra apresentaram uma boa capacidade operativa e seus dirigentes adotam uma postura bastante receptiva ao Programa, embora eles externem preocupações relacionadas à liberação de recursos, prazo para início do Programa, aparelhamento necessário para fazer frente às metas estabelecidas, ou seja, preocupações que efetivamente ocupam a agenda de um dirigente público.

No entanto, aparentemente, a avaliação sobre a capacidade operacional das instituições estudadas deve ser feita a partir de um outro ângulo, se não mais importante que o primeiro, fundamental para um desenho mais fiel do cenário no qual o Programa se desenvolverá. Equivale dizer: é necessário posicionar-se ao lado das metas estabelecidas e olhar para a direção do que se tem hoje e, a partir desse novo olhar, avaliar as providências que devem ser adotadas.

A análise da defasagem existente entre a produtividade histórica dos Órgãos Estaduais de Terras e as metas físicas estabelecidas pelo Programa, devidamente registradas na Tabela 1.1.3.1 deste estudo, corrobora integralmente as necessidades preconizadas no Componente 2 do referido Programa – é necessário que o fortalecimento das instituições que o integram ocorra na mesma intensidade dos trabalhos técnicos para regularização dos imóveis rurais.

No entanto, esse fortalecimento transcende as atividades de desenvolvimento de um sistema de informações para o qual está prevista a aquisição de equipamentos e periféricos ou de melhoria da estrutura organizacional dos OET, que engloba a instalação dos NOM e a aquisição de veículos e GPS.

As análises parciais sobre a capacidade operacional das instituições permitiram a identificação de problemas de três diferentes âmbitos: gerencial-estratégico, processual e de infra-estrutura.

Entre os três, talvez o mais oneroso seja o que apresenta um horizonte de solução mais próximo: prover os OET e CRI da infra-estrutura necessária para responder às metas estabelecidas pelo Programa. Como já foi explicitado, o Programa prevê a aquisição de equipamentos de informática e soluções de geoprocessamento de acordo com as necessidades de cada organização. Portanto, não há que se avaliar a suficiência destes componentes; parte-se do princípio de que o dimensionamento apresentado no Programa foi realizado a partir da avaliação sobre a situação daquelas instituições no momento de sua elaboração, vis-à-vis as metas estabelecidas. Sabe-se que estas serão reajustadas em função da recente assinatura da segunda etapa do termo de acordo com o Banco Mundial; dessa forma, uma nova avaliação a partir dos resultados deste estudo mais se aproximaria de um exercício de adivinhação do que de uma análise técnica rigorosa.

Desse modo, a preocupação maior estará focada nos aspectos gerencial-estratégico e processual, citados apenas residualmente nos documentos de base do Programa, mas que têm uma importância capital para sua implantação.

As avaliações apresentadas a seguir são generalizações extraídas do estudo de cada estado e pretendem fornecer subsídios para a realização de ajustes no programa. A particularização de cada um deles dependerá, obviamente, da situação fática dos estados e das organizações que serão trabalhadas.

Do ponto de vista gerencial-estratégico, foram observados os seguintes aspectos:

- » O Programa possui uma magnitude que impõe a construção de um arranjo político, jurídico e administrativo local que vá além das duas principais organizações estudadas: os Órgãos Estaduais de Terras e os Cartórios de Registro de Imóveis:
  - A autonomia de alguns OET é limitada pela vinculação macro-organizativa a que eles estão sujeitos;
  - Os processos que antecedem a regularização de áreas nem sempre vão ao encontro dos interesses dos principais atores locais;
  - a maioria dos OET não possui em sua estrutura áreas de Assistência Técnica e Extensão Rural ou de Meio Ambiente, ações complementares fundamentais para a garantia do desenvolvimento das famílias regularizadas dentro de padrões ambientais sustentáveis;

- A regularização fundiária determina uma nova dinâmica econômica e social local que aumenta a demanda por equipamentos e políticas públicas, para as quais o Executivo municipal deverá estar preparado;
  - Só uma parte do desenvolvimento do rural está vinculada à regularização das ocupações – é preciso uma política consistente de acompanhamento técnico e apoio à comercialização, além dos aspectos anteriormente levantados;
- » A rede de conversações estabelecida entre os principais componentes do Programa, ou seja, Órgãos Estaduais de Terras e Cartórios de Registro de Imóveis está longe das condições previstas no Manual de Cadastro e Regularização Fundiária e do Regulamento Operativo do Programa;
  - » O elo mais fraco dessa cadeia é representado pelos cartórios de registro de imóveis. Ao lado da enorme carência de infra-estrutura verificada, a maioria dos representantes dos CRI mostrou-se cética ou mesmo resistente ao Programa;
  - » Somente o Órgão Estadual de Terras do Ceará adota princípios de planejamento em suas práticas de trabalho.
  - » Do ponto de vista processual, podem-se destacar as seguintes questões:
  - » Ainda que seja natural que cada uma das unidades da Federação adote procedimentos diferentes para as ações de discriminação de terras, reivindicação de terras públicas e legitimação das ocupações nessas áreas, isso, de fato, representará uma dificuldade no gerenciamento do Programa e pode constituir um limitante para o alcance das metas ali estabelecidas;
  - » A utilização de procedimentos exclusivamente jurídicos para a realização de ações discriminatórias, como ocorre no estado de São Paulo, por exemplo, impõe que o Programa trabalhe com variáveis que fogem totalmente de seu controle – tempo de tramitação do processo, julgamento da ação, recursos impetrados pelos interessados etc;
  - » Por outro lado, outros OETs adotam procedimentos baseados no atendimento às demandas apresentadas pelos interessados em detrimento da utilização da prática de varredura que, sabe-se, será preferencialmente utilizada pelo Programa;
  - » Cada cartório de registro de imóveis também adota um procedimento diferente para o registro de alterações nas matrículas de imóveis públicos sob sua jurisdição e não observa o estabelecido na legislação basilar do Programa Cadastro.
  - » Em termos da infra-estrutura, ressalvadas as observações feitas anteriormente com relação ao que está previsto no Programa, três aspectos devem ser ressaltados:
  - » Para a maioria dos OET e em todos os CRI, existe uma limitação em termos de recursos humanos, principalmente ao se considerar que o Programa prevê o remanejamento de profissionais para a montagem dos núcleos operacionais móveis e das unidades centrais estaduais;
  - » A falta de capilaridade de alguns OETs pode ser um limitante para a instalação dos NOM;
  - » As condições existentes para a estruturação de um Sistema de Gestão Territorial, tal como citado no Relatório Operativo do Programa não são favoráveis – o grau de informatização dos principais processos ligados à regularização fundiária é baixo, é único o caso de bancos de dados gráfico-literais e a arquitetura de rede encontrada é tida como limitante já para atender as atuais demandas dos OETs e inexistente nos CRI.

As sugestões apresentadas a seguir partem da seguinte premissa: a regularização fundiária de imóveis rurais não deve ser vista como uma providência eminentemente técnica; ela é tão somente um meio a partir do qual uma população com uma infinidade de carências (ver o Perfil de Entrada do público beneficiário) passa a vislumbrar a possibilidade de atendimento de algumas delas.

Além disso, ao terem reconhecidas as suas ocupações, os agricultores passam a ser demandantes de uma série de outras providências de caráter técnico, econômico, político e social que devem ser obrigatoriamente absorvidas pelos poderes públicos constituídos, particularmente os poderes públicos municipais. Dessa forma, não é um plano de um só ator.

Exatamente por possuir essas características, entende-se que o Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil deve, sim, manter o foco na regularização fundiária de agricultores familiares, mas não pode deixar de apontar, e ele mesmo ser um catalisador delas, todas as outras ações necessárias para garantir o bem estar daqueles agricultores.

Assim, entende-se que o Programa deve incorporar em seu escopo, os seguintes aspectos e providências:

1. A unidade gestora nacional (UGN) deverá articular a formação de equipes de levantamento e melhoria de processos estaduais (que antecedam os trabalhos realizados pelas UCE);
2. Essas equipes deverão ser capacitadas para realizar um mapeamento detalhado dos processos adotados pelos órgãos estaduais de terra e cartórios de registro de imóveis relacionados à regularização fundiária e ao registro de imóveis rurais, respectivamente;
3. Esse mapeamento deverá ser matéria prima para a identificação de pontos de estrangulamento dos processos e seu conseqüente redesenho, buscando, ao máximo, sua uniformização entre as instituições participantes do Programa;
4. Paralelamente, a UGN deverá mobilizar profissionais de cada um dos OETs e CRIs para a proposição de modalidades alternativas de realização de ações discriminatórias e legitimação de posse para, também, buscar a uniformização das diferentes modalidades adotadas pelos estados.
  - » Neste particular, deve-se reconhecer a autonomia dos estados para dispor de seu patrimônio; no entanto é imperativo que se reconheça a necessidade de o Programa Cadastro, como política pública, gerenciar processos minimamente padronizados, em nome do alcance de metas que, a princípio, interessam a todo o Estado brasileiro;
  - » Por exemplo, cada estado dispõe de lei estadual própria para disciplinar a alienação de suas terras devolutas, cada unidade federativa adota um procedimento diferente;
  - » Há situações de transferência gratuita e casos de transferência onerosa;
  - » Há casos de transferência com cláusulas resolutivas (caso não se cumpram determinadas condições), como é o caso de São Paulo;
  - » Há casos em que, imediatamente após a transferência, o beneficiário já pode dispor do imóvel como bem entender, ou seja, aliená-lo a terceiros;
  - » Há estados que adotam a ação discriminatória judicial, por imóveis ou por perímetros;
  - » Há estados que adotam a ação discriminatória administrativa;
  - » Há estados que legitimam as ocupações em suas áreas a partir da manifestação do interessado, assim como estados que tomam a iniciativa por meio da execução de planos de legitimação de posse;
5. Dessa forma, propõe-se que o Programa estabeleça um termo de referência para os trabalhos de discriminação, regularização e legitimação do patrimônio público rural e que este seja a base das negociações realizadas no âmbito de cada estado para que eles o adotem ou se aproximem dos procedimentos ali estabelecidos, diminuindo, inclusive, as diferenças conceituais que existem entre eles e, dentro deles, entre as principais instituições integrantes do Programa;
6. A UGN deve envidar esforços para que o Programa passe a ocupar a agenda de decisões dos Executivos estaduais e municipais, no sentido de que eles se integrem efetivamente a ele (não só por meio de seus órgãos estaduais de terras), no sentido de estender àqueles agricultores as políticas públicas necessárias ao seu desenvolvimento;
7. A integração do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil – Irib e da Associação dos Notários e Registradores do Brasil - Anoreg é urgente e fundamental – os cartórios de registro de imóveis demonstraram ser o elo mais fraco da corrente que deve ancorar o Programa, posicionando-se, em alguns casos, contrariamente a ele;
8. Essas duas organizações devem ser parceiras de preferência na identificação e melhoria dos processos referidos no item 2, acima;

Advoga-se, assim, que o Programa não seja visto como uma peça eminentemente técnica – ele se constitui numa iniciativa louvável que busca resgatar uma enorme dívida com um setor expressivo de nossa sociedade. Todavia, se ele não for configurado com a abrangência que o assunto requer, poderá até atingir as metas estabelecidas, no entanto não terá contribuído para o efetivo desenvolvimento da população beneficiada.

# Bibliografia







- CHIAVENATO, Idalberto. *Administração – Teoria, Processo e Prática*. São Paulo: Makron Books, 2000. 3ª. Edição.
- CURY, Antonio – *Organização e Métodos – Uma visão holística* – 8. ed. Rev. e ampl. – São Paulo : Atlas, 2005.
- KEINERT, Tânia M. M. – *Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas*. São Paulo : Anna-blume : Fapesp, 2000. 212 p.
- MATUS, Carlos – *Adeus Senhor Presidente: governantes e governados*; tradução de Luis Felipe Rodriguez Del Rio. São Paulo: FUNDAP, 1996. (Ciências e Técnicas de Governo)
- MATUS, Carlos. *El Método PES, la Reingenieria Publica y la Teoria de las Conversaciones: trabas y Problemas*. Material xerografado, 1996.
- TACHIZAWA, Takeshy e SCAICO, Oswaldo – *Organização Flexível – Qualidade na Gestão por Processos* – 2. ed. – São Paulo : Atlas, 2006
- ZAMBRANO, L. C. B. *Formação Continuada em Serviço*, 2002 a 2004. Acervo

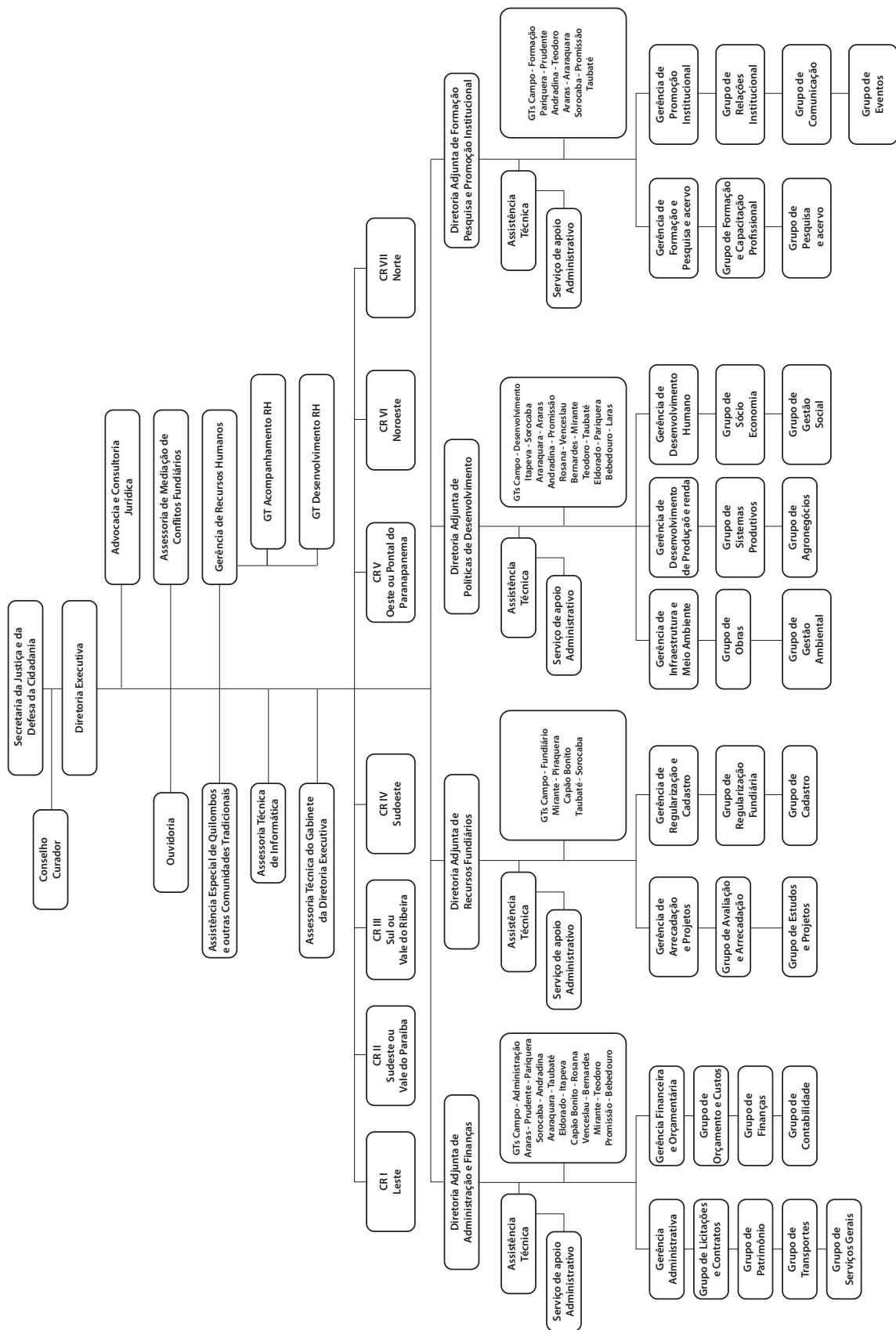


# Apêndices

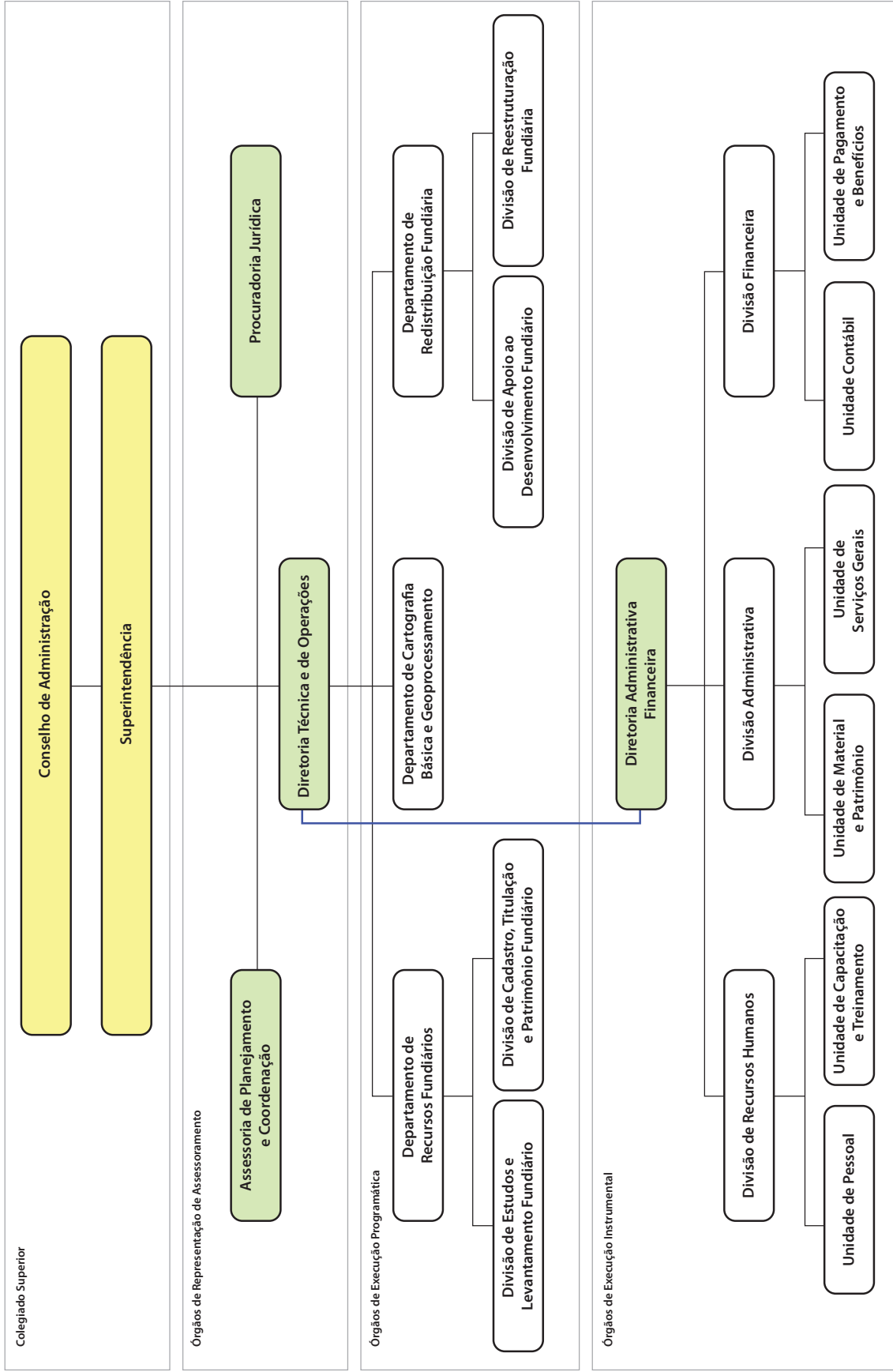




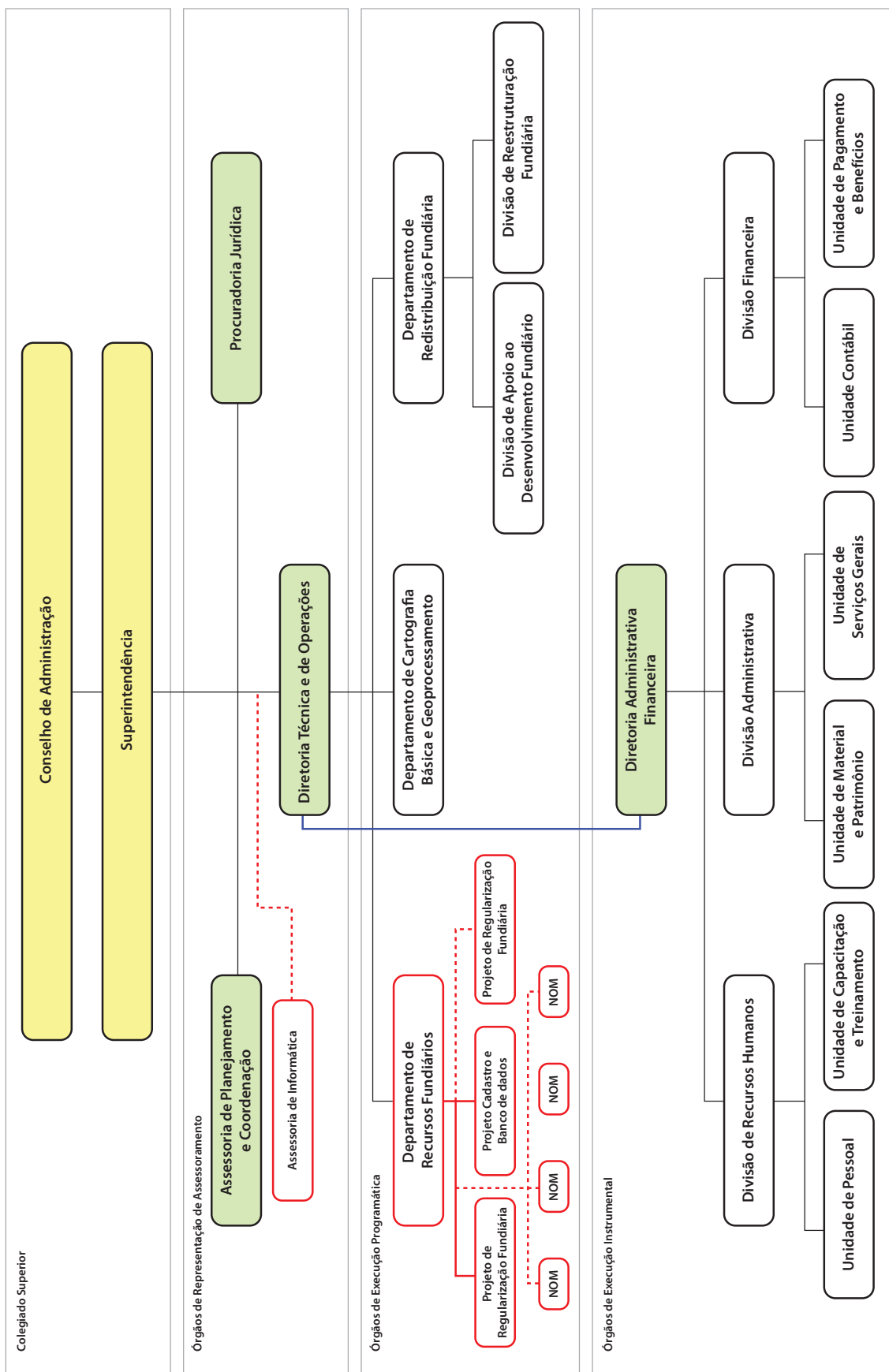
# Apêndice A - Organogramas dos órgãos estaduais de terra.



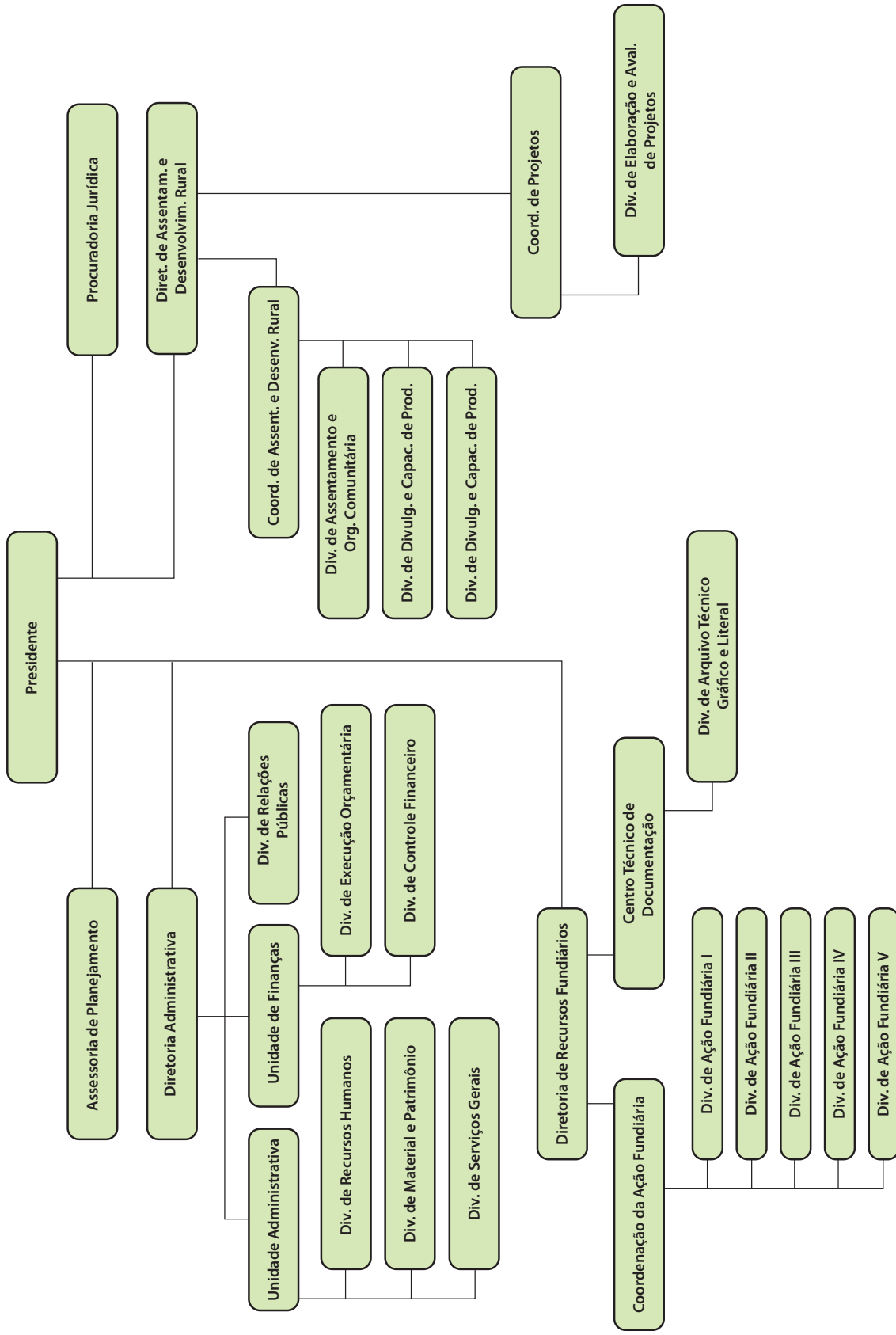
Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará – Idace (Oficial).



**Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará – Idace (Praticado).**

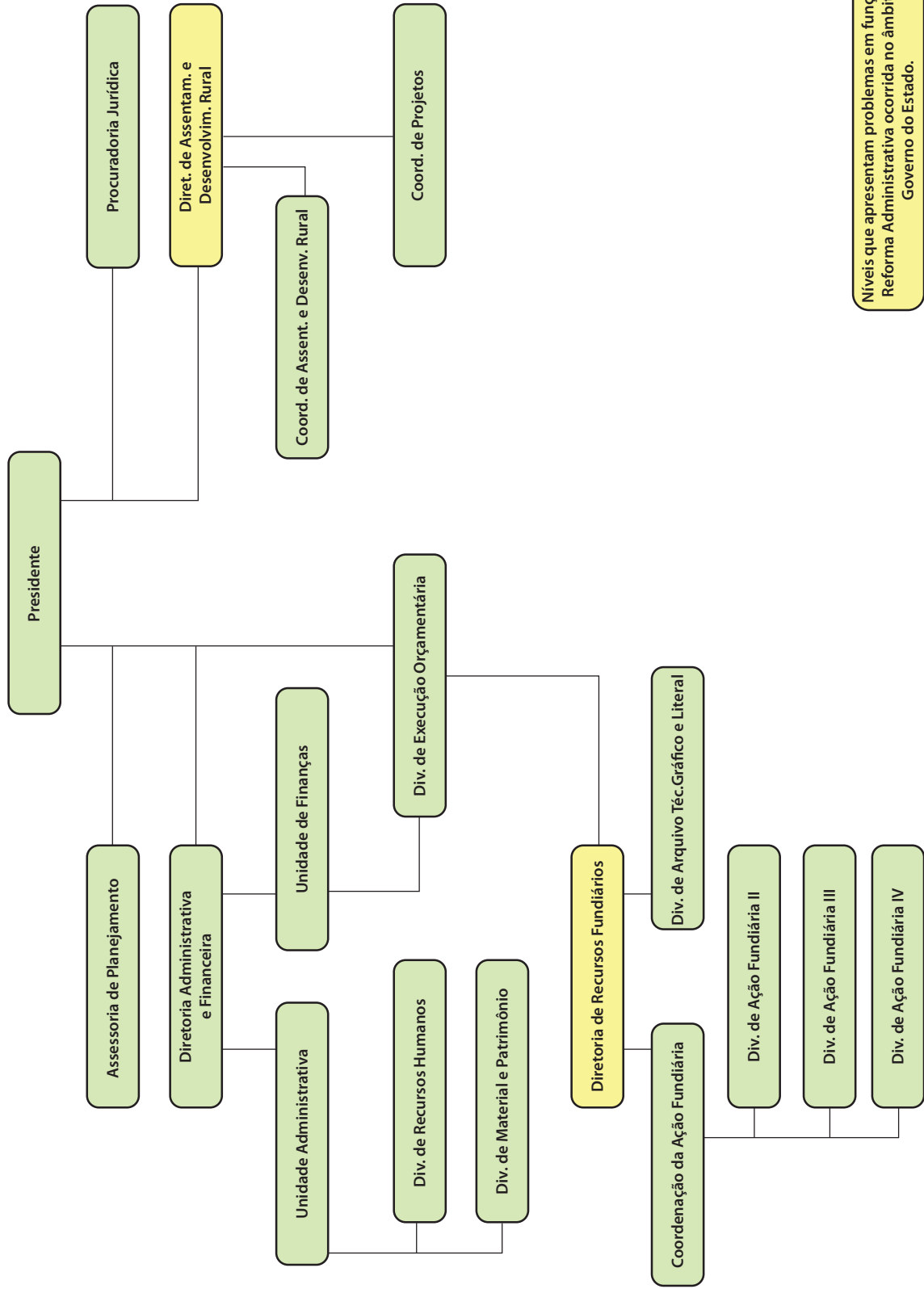


Instituto de Terras do Maranhão (praticado).



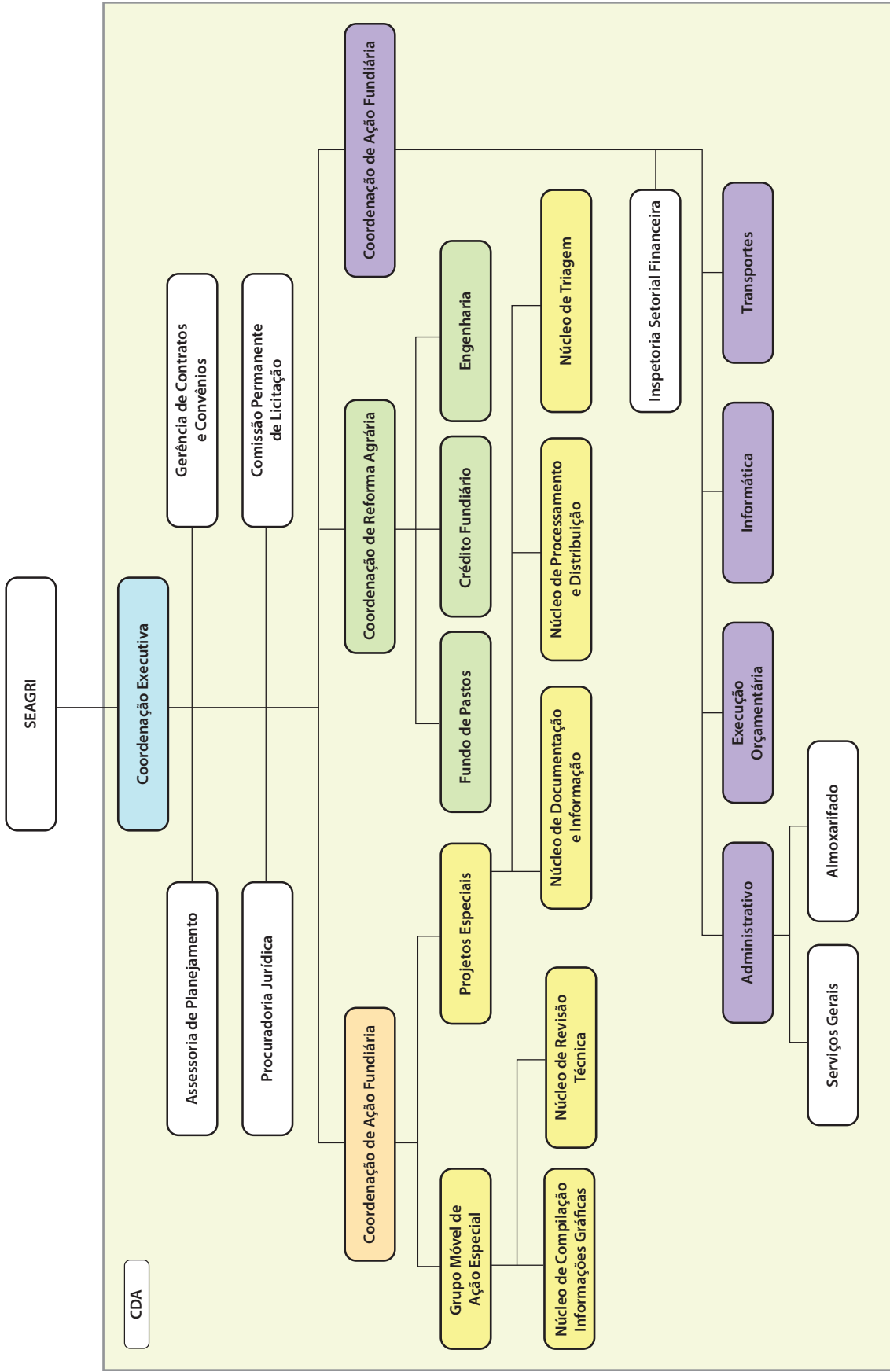


Instituto de Terras do Maranhão (praticado).

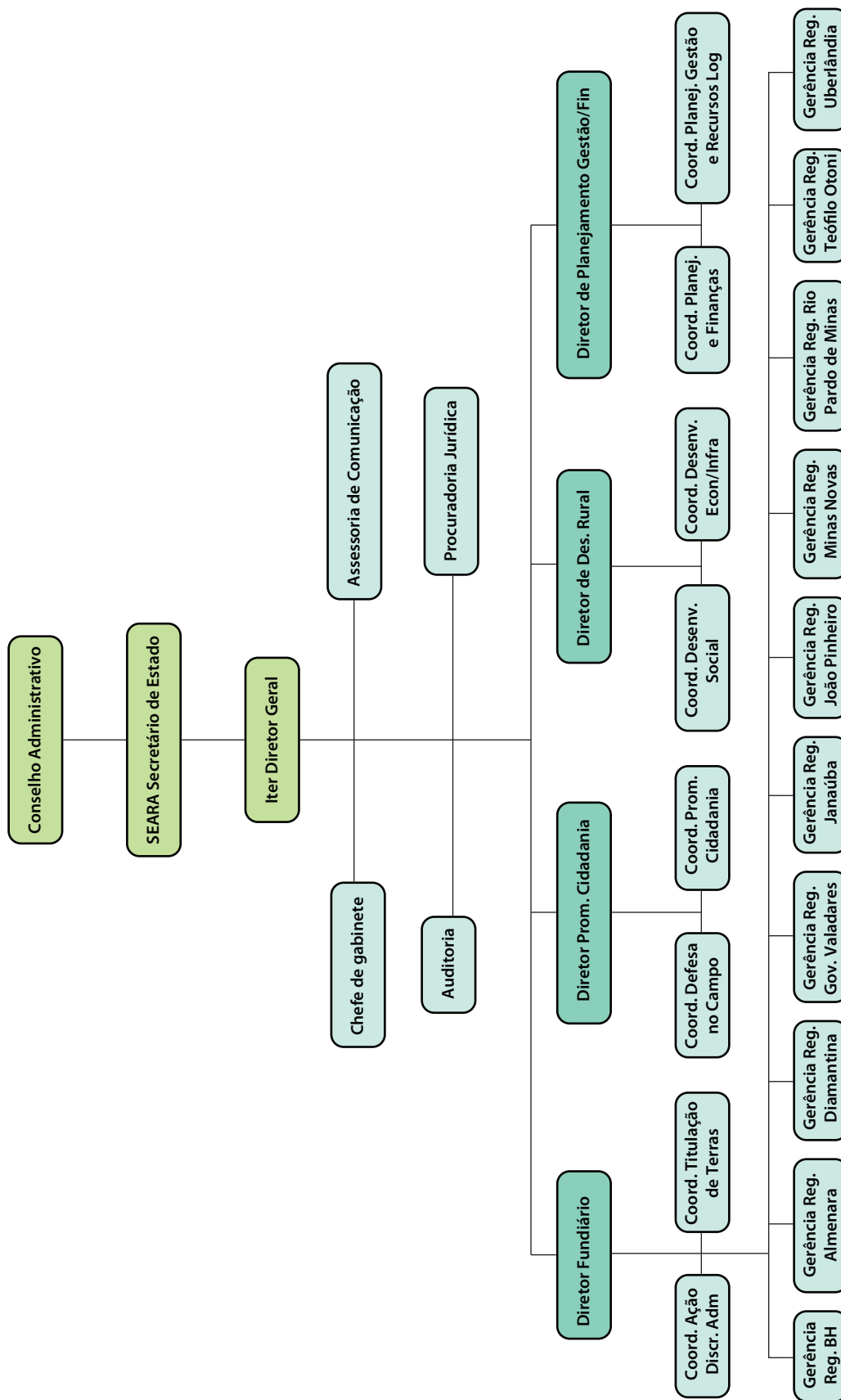


Níveis que apresentam problemas em função da Reforma Administrativa ocorrida no âmbito do Governo do Estado.

Coordenadoria de Desenvolvimento Agrário da Bahia (praticado).

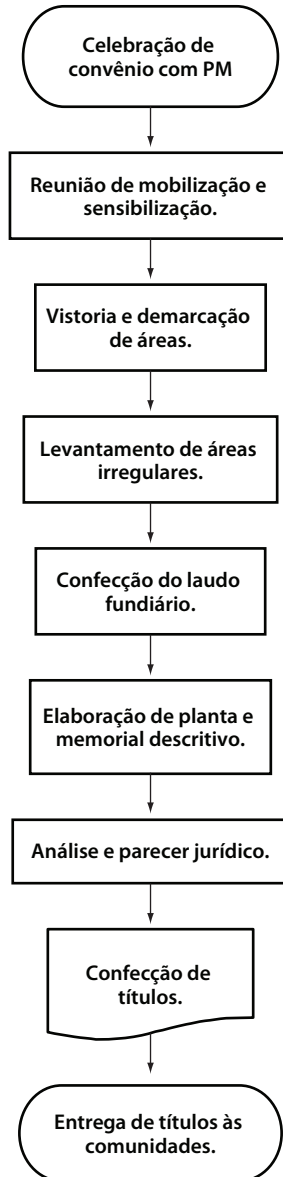


Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais.

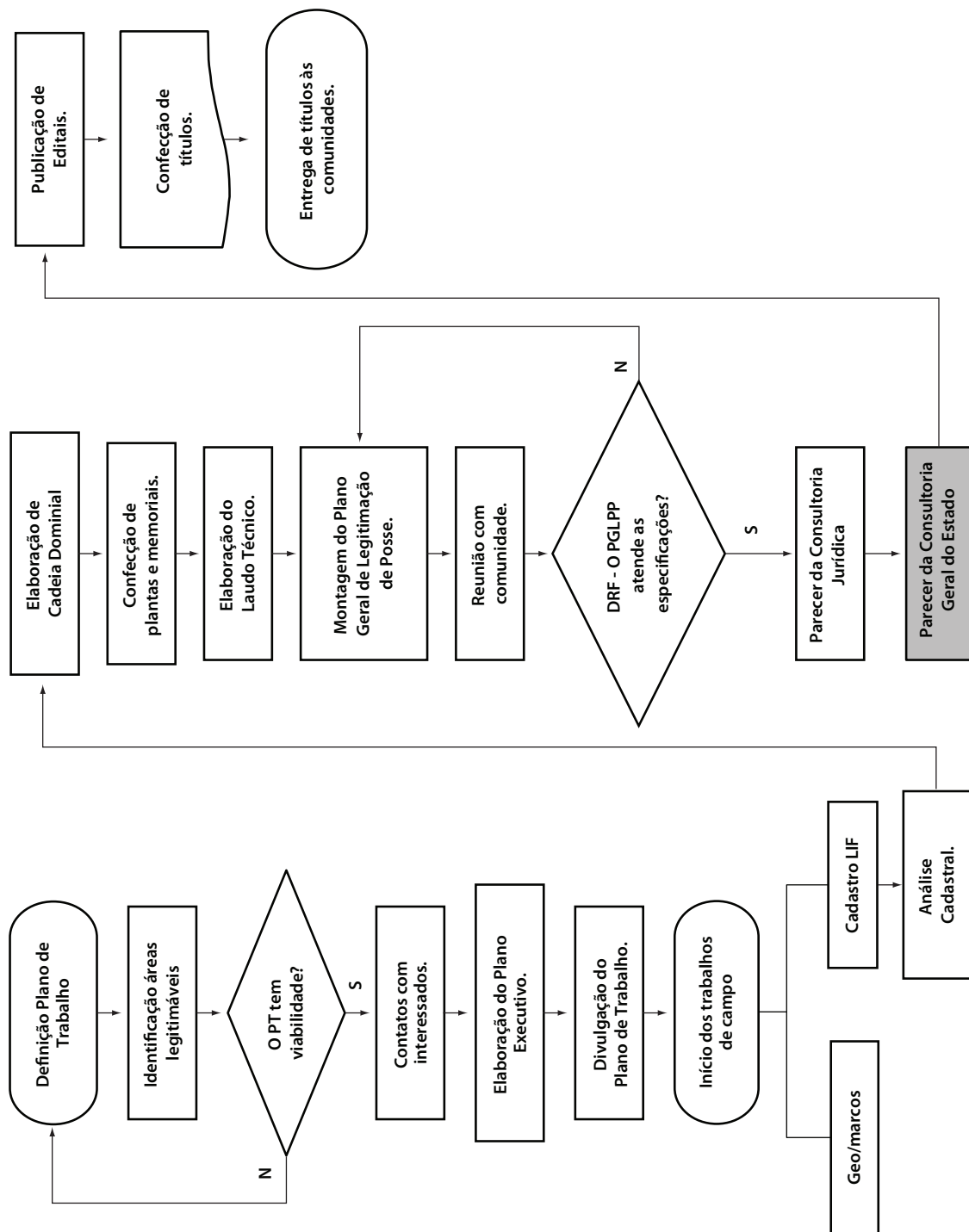


## Apêndice B – Fluxo de regularização fundiária adotado pelos estados.

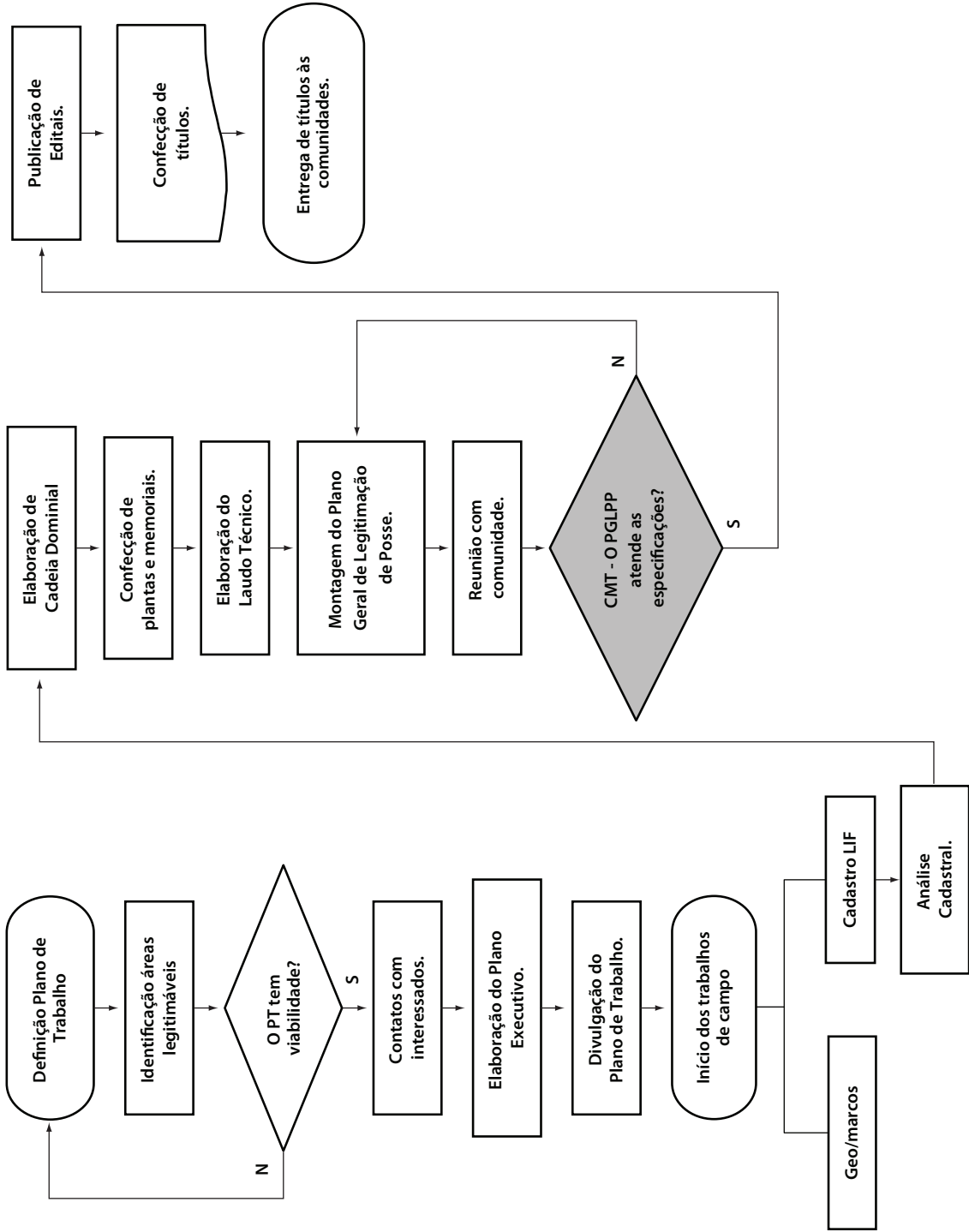
Fluxo operacional da regularização fundiária no Iter-MG (experiência de Janaúba).



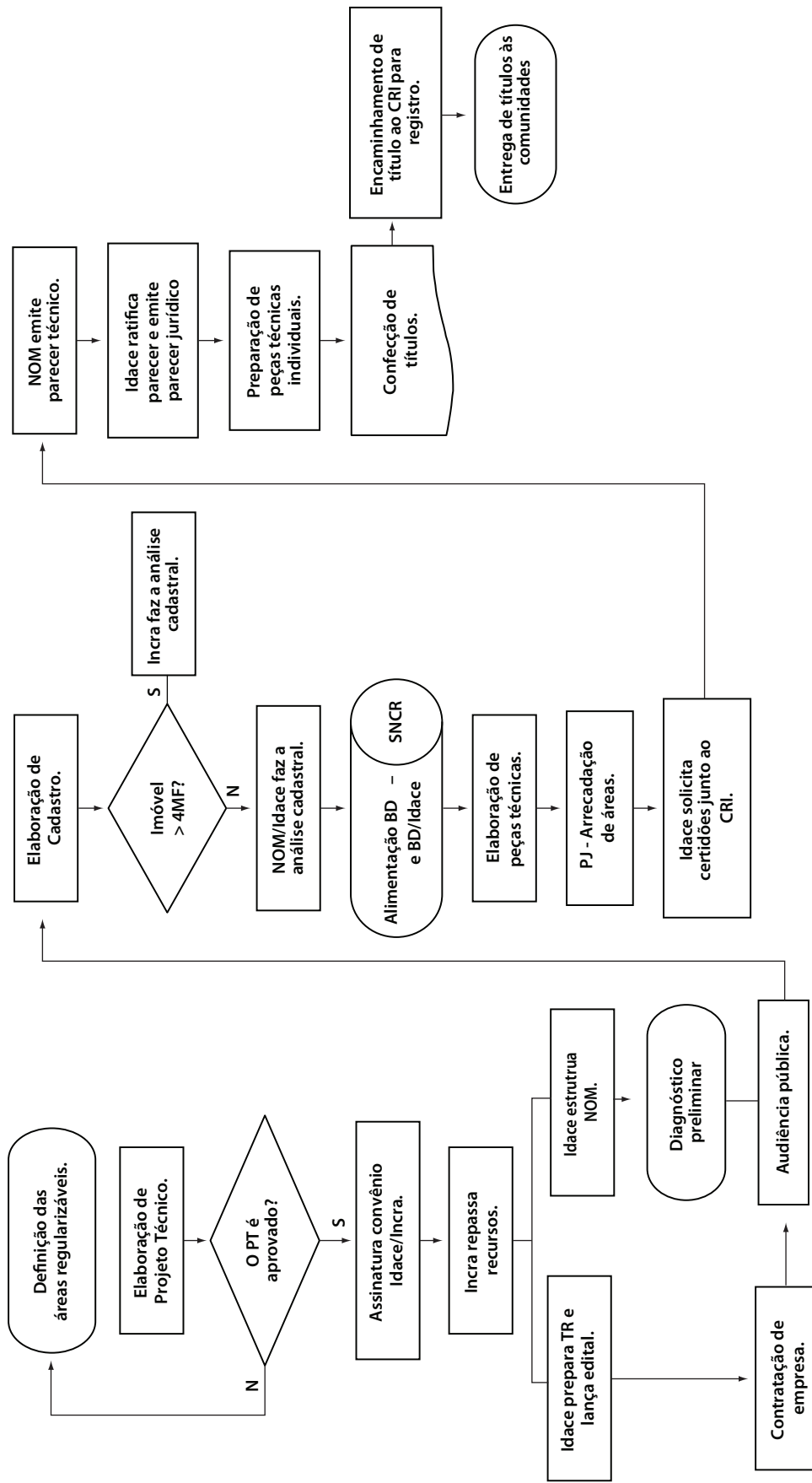
Fluxograma de legitimação de terras devolutas estaduais adotado pelo Itesp – São Paulo.



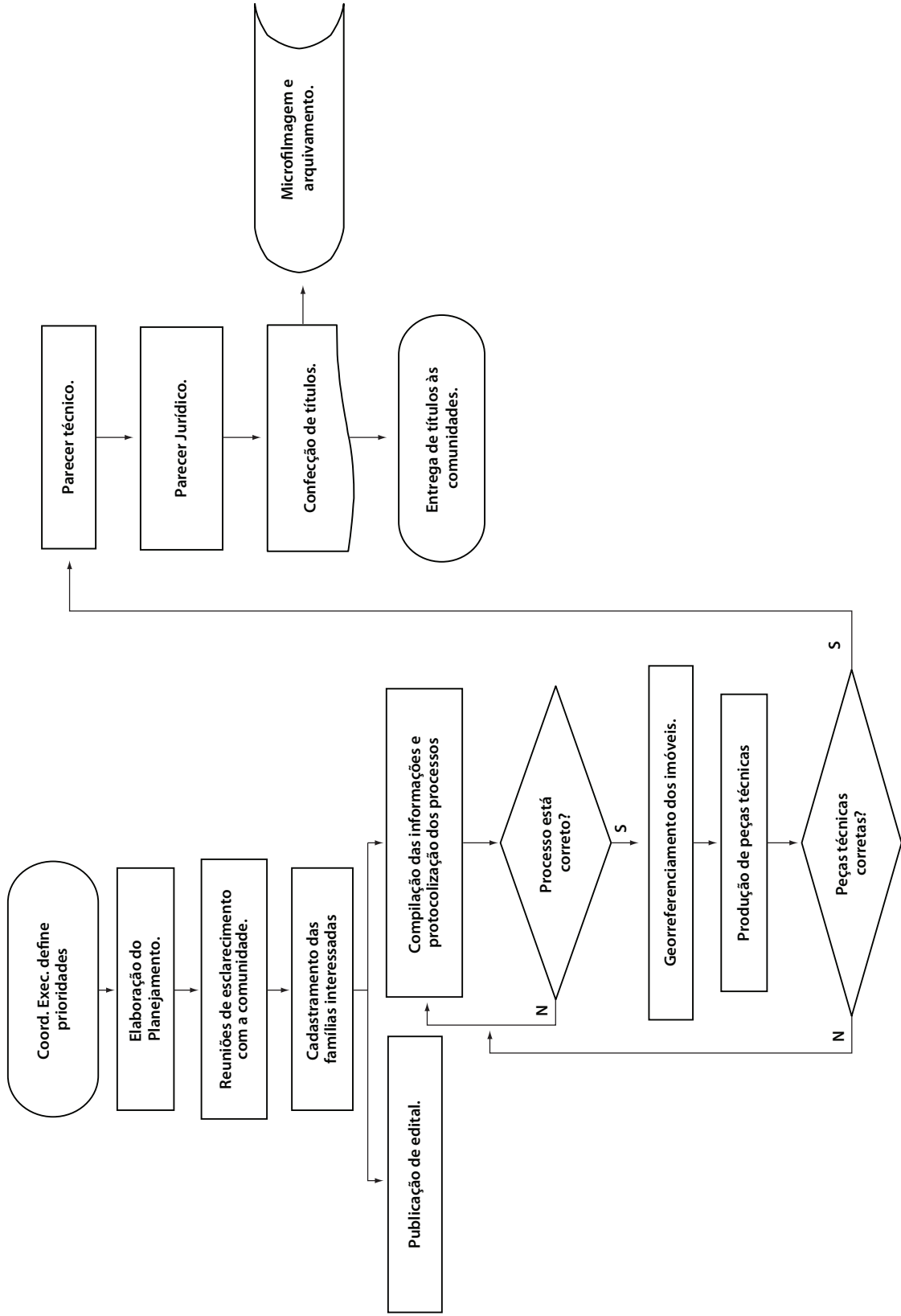
Fluxograma de legitimação de terras devolutas municipais adotado pelo Itesp – São Paulo.



Fluxograma de legitimação de terras devolutas adotado pelo Idace – Ceará.

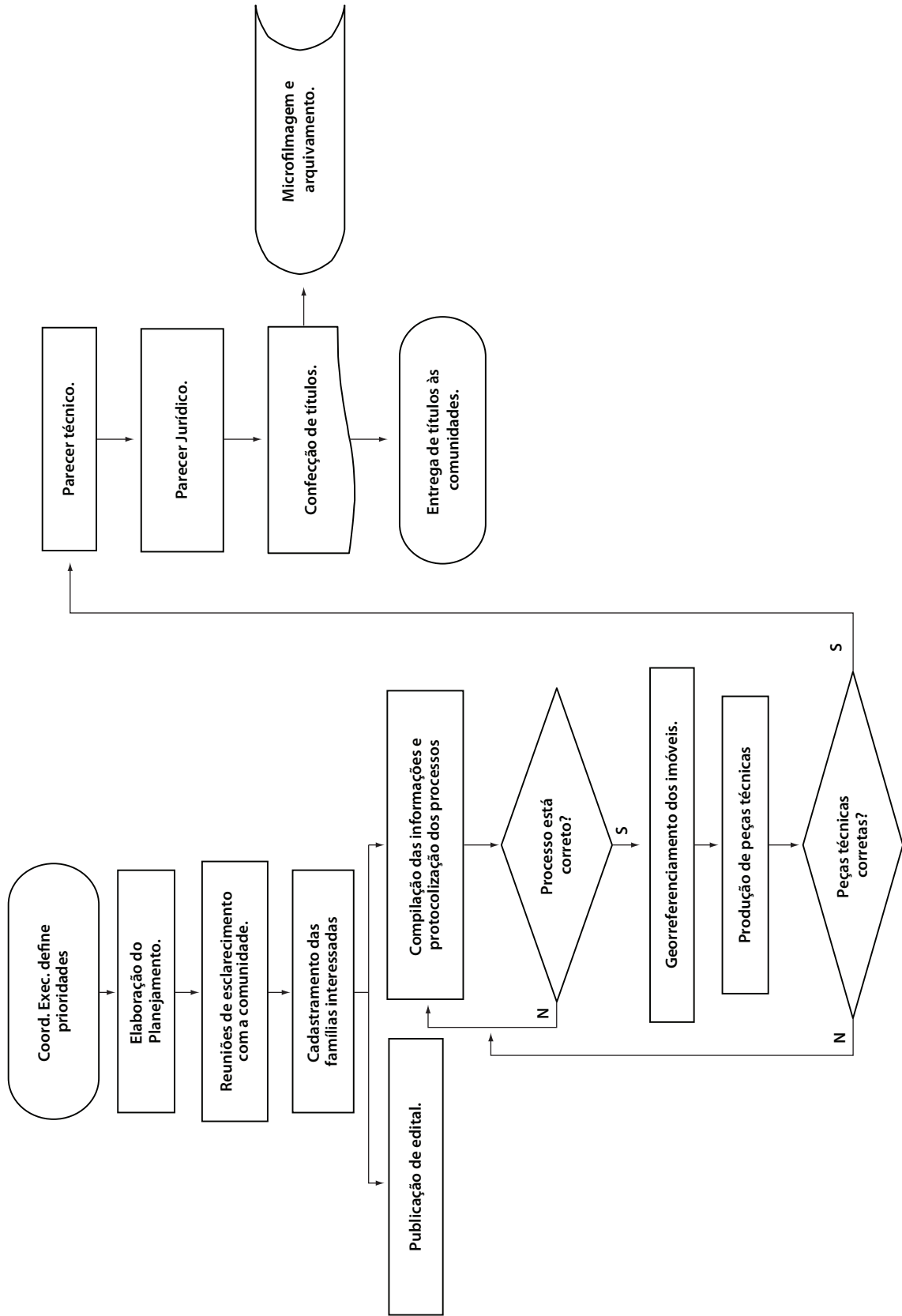


Fluxograma para regularização de áreas adotado pelo Iterma - Maranhão.





Fluxograma para regularização fundiária adotado pela CDA – Bahia.



Ministério do Desenvolvimento Agrário  
Secretaria de Reordenamento Agrário  
Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação  
SBN - Quadra 1 - Ed. Palácio do Desenvolvimento, BI "D", 10º andar, sala 1008.  
CEP: 70.057-900  
<http://www.mda.gov.br>  
e-mail: [pma-sra@mda.gov.br](mailto:pma-sra@mda.gov.br)





Secretaria de  
Reordenamento  
Agrário

Ministério do  
Desenvolvimento  
Agrário



ISBN 978-85-60236-03-9



9 788560 236039 >